



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
CURSO DE PEDAGOGIA**

THAÍSE SANTANA DE JESUS

**PRÁTICA DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS DOS ANOS
INÍCIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO
DE MUTUÍPE-BA.**

**AMARGOSA/BA
MARÇO/2022**

THAÍSE SANTANA DE JESUS

**PRÁTICA DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS DOS ANOS
INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO
DE MUTUÍPE-BA.**

Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, apresentado à banca examinadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como obtenção do título Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Fátima Aparecida Silva.

**AMARGOSA/BA
MARÇO/2022**

THAÍSE SANTANA DE JESUS

**PRÁTICA DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE
ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE-BA.**

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Pedagogia,
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, como requisito parcial para obtenção
do grau de Licenciada em Pedagogia, pela seguinte banca examinadora.

Aprovada em 18 / 03 / 2022

BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Fátima Aparecida Silva (Orientadora)

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Profa. Dra. Andréia Barbosa dos Santos

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB



Profa. Dra. Erica Bastos da Silva

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB

Amargosa - BA, 18 de março de 2022.

Dedico primeiramente a Deus por ter me sustentado durante toda essa caminhada e por ser perfeito autor da minha história, a minha mãe Antônia Maria de Santana e minha irmã Thamires Santana dos Santos pelo amor sempre dedicado a mim.

“Ninguém nasce odiando outra pessoa por causa da cor da sua pele, ou sua origem, ou sua religião. As pessoas têm que aprender a odiar, e se elas podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que o seu oposto.”

Nelson Mandela (1995)

AGRADECIMENTOS

É chegado o fim dessa etapa tão sonhada em minha vida. Sendo assim dedico este trabalho a todos que fizeram parte desta graduação de muitos risos, choros, inseguranças e superações. Agradeço primeiramente a Deus por ter sido socorro bem presente na angústia e ter sido refúgio nas muitas vezes que pensei em desistir ou que pensei não ser capaz, a Ele toda glória e gratidão por esse amor que excede todo entendimento.

A minha mãe Antonia Maria de Santana pela dedicação empenhada em minha criação. Mãe solteira e desempregada, mas que nunca mediu esforços para dar a mim e minha irmã uma vida confortável. Na nossa casa ainda que precisássemos reduzir os gastos de alguma coisa, nunca faltou amor. Sou grata por ela sonhar meus sonhos e compartilhar das minhas loucuras, me incentivando a buscar um futuro melhor. Certamente é um exemplo de mulher, de mãe e uma amiga incomparável. Me espelho em sua vida, para ser um ser humano melhor, determinada e atencioso ao meu próximo.

A meu pai Josafá Santos de Jesus pelo apoio, pelo carinho fornecido ainda que a quilômetros de distância (Bahia - São Paulo) e pela compreensão das vezes que estive ausente pois precisava me dedicar nos estudos. Hoje vivencio estar na universidade, nível que ele não teve acesso, mas que decorrente disso buscou contribuir para minha permanência no curso, com palavras de esperança e ajuda financeira.

Compartilho dessa conquista com minha irmã Thamiris Santana dos Santos, que além de me apoiar e me incentivar, abriu também a porta de sua casa para me receber nos dias que precisava ficar em Amargosa. Ela também está concluindo sua formação, no curso de licenciatura em química e desejo sucesso em sua trajetória futura.

Agradeço igualmente a meus avós, tios e primos maternos, pelos “agrados” em dinheiro para auxiliar no pagamento do transporte ou na compra de apostilas. Admiro seus conhecimentos de mundo e aprendo com cada um. As frutas e alimentos da agricultura familiar que eles produzem e trazem na minha casa, me deixaram mais forte e focada em conseguir o certificado de concluinte, que é nosso.

Não posso esquecer de expressar minha gratidão aos meus colegas de classe que me acompanharam nessa longa jornada. As conversas, as trocas de saberes, as palavras de incentivos, as críticas construtivas, os trabalhos em equipe e para além disso, por todos os momentos que vivenciamos juntos, agradeço em especial a Eliana Pereira, Iago dos Anjos,

Kamilla Leal, Keise Millany Ferreira, Joseane Santos, Iolayne Lanay Cruz, Sicleide Lima, Thamires Brandão e a todos que direta ou indiretamente contribuíram na minha formação pessoal e acadêmica, levarei comigo a amizade construída durante esses anos. Cada um de nós com suas diferenças e especificidades, mas com o objetivo em comum: concluir o nível superior, por isso nos damos as mãos para avançarmos na construção desse sonho.

Ao grupo mais animado das manhãs “transporte-matutino”. Como resido em Mutuípe, quase que diariamente, vou e volto no transporte com estudantes de diferentes cursos e semestres. É bom partilhar um pouco de mim com cada um e conhecer um pouco deles/delas também, compartilhando saberes e sorrisos durante o percurso. Agradeço aos motoristas e discentes pelas risadas, pelas conversas aleatórias e direcionadas, pelos louvores cantados e pelas vezes que me fizeram esquecer as preocupações.

Obrigada também a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE) pela bolsa concedida a mim e a todos que como eu, precisavam de recursos para se manter dentro da universidade. Ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) pela oportunidade de vivenciar à docência através do estágio na educação infantil, percebendo as delícias e desafios da prática educativa.

Agradeço especialmente a todos os professores que fizeram com que essa conquista fosse real e especialmente a Edmila de Oliveira, Andreia Barbosa, Erica Bastos, Maicelma Maia, Maria Euracia de Andrade, Sirlândia Teixeira e tantos outros que passaram por meu caminho e por dons do ofício me ensinaram muito além que conteúdos e conceitos. Que a profissão de professor seja mais valorizada e que meus eternos professores continuem exercendo esse belíssimo trabalho. Desejo ter tanta significância na vida dos meus educandos como alguns de vocês (professores) tiveram na minha. Agradeço também por confiar em mim, quando eu nem sabia que teria potencial para executar tais tarefas.

A minha querida orientadora Fátima Aparecida Silva, pelo aceite em me orientar, pelo carinho, paciência, por ser um exemplo de ser humano e pelos conselhos durante as orientações, destaco também as trocas de conhecimento que temos sempre que dialogamos e por ser calma nas minhas inquietudes.

Agradeço aos pedagogos/pedagogas pelo aceite na realização desta pesquisa, pelo carinho, pela disponibilidade em responder sobre sua prática e seus esforços no ensino e aprendizagem das futuras gerações, agradeço também as diretoras das escolas pela gentileza e pelos repasse do formulário aos professores da instituição.

A todos aqueles que, embora não tenham sido citados, contribuíram para a concretização desse trabalho, a exemplo dos nossos antepassados que lutaram por uma sociedade mais igualitária e aos autores e pesquisadores da área abordada, me possibilitando aprofundamento teórico sobre os temas.

Saio deste Centro de Formação de Professores com a sensação de que poderia ter feito mais, mas, sei que a história só está começando e que a um mundo para desbravar.

OBRIGADA!

JESUS, Thaíse Santana de. **PRÁTICA DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS DOS ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE-BA.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2022.

RESUMO

Este trabalho consiste em uma reflexão sobre a construção da identidade de estudantes negros e negras dos anos iniciais do Ensino Fundamental no município de Mutuípe-Bahia, a partir de práticas docentes. O problema da pesquisa surgiu da seguinte inquietação: de que maneira as práticas docentes contribuem para a construção da identidade das crianças negras do Ensino Fundamental? Diante desta problemática o objetivo geral foi: compreender como as práticas docentes contribuem para a construção da identidade de estudantes negros dos anos iniciais do ensino fundamental em Mutuípe-BA. A metodologia desta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa e quantitativa, de cunho exploratório, desenvolvida com quatorze professor(res) dos anos iniciais do Ensino Fundamental do referido município e o instrumento utilizado para coleta de dados foi o questionário. Os resultados da pesquisa indicam que a maioria dos professores entendem a relevância da construção identitária para o indivíduo negro, e seus impactos no desenvolvimento cognitivo e social, no entanto, alguns aparentam ter pouco aprofundamento teórico referente as problemáticas da identidade racial. Espera-se que esta pesquisa contribua nas discussões voltadas a necessidade de perceber de que maneira as práticas docentes colaboram para a construção da identidade da criança negra, possibilitando assim, um olhar diferenciado sobre como essas práticas podem afetar de modo positivo ou negativo na vida das crianças negras.

Palavras-chave: Identidade Negra; Prática Docente; Lei 10.639.

JESUS, Thaíse Santana de. **PRÁTICA DOCENTE: CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE ESTUDANTES NEGROS E NEGRAS DOS ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE MUTUÍPE-BA.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Amargosa, 2022.

RESUMO

This work consists of a reflection on the construction of the identity of black students of the initial years of Elementary School in the municipality of Mutuípe-Bahia, from teaching practices. The research problem arose from the following concern: in which way teaching practices contribute to the construction of the identity of black children in elementary school? In view of this problem, the general objective was: understand how teaching practices contribute for the construction of the identity of black students of the initial years of elementary school in Mutuípe-BA. The methodology of this research presents an approach qualitative and quantitative, of an exploratory nature, developed with fourteen teacher(s) from the initial years of Elementary School in that municipality and the instrument used for data collection was the questionnaire. The survey results indicate that most teachers understand the relevance of identity construction for the black person, and its impacts on cognitive and social development, however, some seem to have little theoretical depth regarding the issues of racial identity. It is hoped that this research will contribute to the discussions focused on the need to understand how teaching practices collaborate for the construction of the identity of the black child, thus enabling a different look about how these practices can positively or negatively affect the lives of black children.

Palavras-chave: Black Identity; Teaching Practice; Law 10.639.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Gênero dos docentes.	47
Gráfico 2- Pertencimento racial dos docentes.	48
Gráfico 3- Faixa etária dos docentes.	49
Gráfico 4- Turma/ano que lecionam atualmente.	50
Gráfico 5- Rede de escola que lecionam atualmente.....	51
Gráfico 6- Tempo de atuação na docência.	52
Gráfico 7- Formação acadêmica do pedagogo.	53
Gráfico 8- Formação acadêmica e ensino de relações étnico-raciais ou cultura afro-brasileira.	54
Gráfico 9- Percepções sobre a valorização da população negra na sociedade brasileira.	55
Gráfico 10- Trabalham com discentes afrodescendentes.	56
Gráfico 11- Diferença de comportamentos entre raças na sala de aula.	57
Gráfico 12- Conflitos decorrentes da cor da pele e traços negroides.	58
Gráfico 13- Reação dos/das docentes frente a conflitos relacionados a cor da pele e traços físicos característicos do povo negro.	59
Gráfico 14- Temática da identidade racial dentro da sala de aula.	60
Gráfico 15- Trabalhando com a identidade negra na sala de aula.	61
Gráfico 16- Ha dificuldades em trabalhar a temática da identidade racial?.....	62
Gráfico 17- Conhecimento da Lei 10.639/2003.	63
Gráfico 18- Motivos para o desconhecimento da Lei 10.639/03	64
Gráfico 19- Docentes que participaram de formação voltada para História e Cultura Africana e Afro-brasileira.....	65
Gráfico 20- Docentes que tiveram contato com a Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.	66
Gráfico 21- Motivos para não ter lido as Diretrizes das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana.	67
Gráfico 22- Participou de curso(s) de formação dentro da temática étnico racial?.....	68
Gráfico 23- Curso escolhido dentro da temática étnico racial.....	69
Gráfico 24- O PPP da escola contempla ações voltadas para as relações étnico raciais?	70
Gráfico 25- Já recebeu orientações para trabalhar questões raciais?.....	71
Gráfico 26- Suas aulas abordam as questões raciais?.....	72
Gráfico 27- Participou de algum projeto ou atividade voltado para as relações étnico-raciais?	73
Gráfico 28- Os materiais didáticos utilizados apresentam conteúdos étnicos raciais?.....	74
Gráfico 29- Como utilizam os materiais didáticos?	75
Gráfico 30- A escola possui biblioteca?	76
Gráfico 31- O acervo da biblioteca contempla as questões raciais?.....	77
Gráfico 32- Construir uma identidade positiva para os/as estudantes negros(as) é um desafio?	78
Gráfico 33- Construir uma identidade positiva é difícil devido à valorização de ideias eurocêntricas da nossa sociedade?	79
Gráfico 34- Atitudes recomendadas diante de uma situação de discriminação.	81

Gráfico 35- Existe relação entre discriminação e dificuldade de aprendizagem para o estudante negro(as)?	82
Gráfico 36- Representatividade negra é importante?	83
Gráfico 37- A não aceitação do indivíduo como negro(a) prejudica sua compreensão sobre suas origens e sua história?.....	84
Gráfico 38- É verdade que o racismo não pode ser considerado uma atitude individual, mas sim um fenômeno da sociedade?	85
Gráfico 39- Os brancos reproduzem constantemente discursos de superioridade racial?.....	87
Gráfico 40- Discutir a questão racial é importante apenas para a população negra?	88
Gráfico 41- Construir uma identidade racial perpassa pelos materiais didáticos usados na sala de aula?.....	89
Gráfico 42- A ausência de questionamentos sobre o preconceito de raça pode causar prejuízos aos estudantes?	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- O que você entende por identidade negra?.....	91
Quadro 2- Dê alguns exemplos de atividade que você pensa ser importante para a valorização da identidade negra.	91

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. BREVES REFLEXÕES: PRÁTICA PEDAGÓGICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE	20
3. PRÁTICA DOCENTE E IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA	25
3.1 Considerações sobre o conceito de identidade	25
3.2 Identidade da criança negra	26
3.3 Construção da identidade da criança negra e a prática docente no ensino fundamental	29
4. PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE E IGUALDADE RACIAL	34
4.1 Práticas pedagógicas e relações étnico-raciais	34
4.2 Considerações sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e Parecer do Conselho Nacional da Educação e relações étnico-raciais	37
5. METODOLOGIA	41
5.1 Metodologia e Procedimentos	41
5.2 Participantes da pesquisa	44
6. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS	46
7. CONSIDERAÇÕES GERAIS	96
8. REFERÊNCIAS	98
9. APÊNDICES	102
APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	102
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103
APÊNDICE C – Roteiro do Questionário	104

1. INTRODUÇÃO

O interesse em pesquisar sobre a influência da prática docente na construção da identidade de estudantes negros, surgiu após passar pelo processo de transição capilar. Essa fase caracteriza-se pelo abandono de procedimentos químicos que modificam a textura do fio (ondulado, cacheado ou crespo), para permitir exibi-lo em sua natural beleza. Após oito meses na transição, realizei o *big chop* (grande corte) que é a retirada de todo o alisamento e finalmente assumi meu cabelo natural. Não foi fácil lidar com os julgamentos e “piadinhas” depois de ter cortado radicalmente o cabelo, fui aprendendo a cuidar dele aos poucos, a amar ao me sentir livre do padrão liso que me oprimia, a ignorar opiniões que não me acrescentavam. E através disso, incentivando outras meninas no processo de transição, porque compreendo a importância do incentivo e do apoio para a aceitação do cabelo crespo.

Nesse processo, me interessei por assuntos que permeiam a beleza negra, como cabelo e estética, buscando ter um olhar crítico sobre a pouca representatividade presente na mídia, livros, desenhos animados, entre outros, pois esses são os principais meios de acesso das crianças e, infelizmente, quando os negros são colocados, estão geralmente em situação de inferioridade. O ato de ocultamento ou desvalorização das pessoas negras gera um sentimento de negação da cor, devido à exibição negativa gerada pelos meios de comunicação, mostrando uma supervalorização do padrão de beleza branco, nos fazendo sentir cada vez mais distantes do que é considerado belo, podendo gerar baixa autoestima e insegurança. Essa representação é importante porque, como cita Silva (2011, p.137-138):

Ver-se representado de forma positiva e aproximada do real desenvolve na criança um sentido de existência, de positividade, de pertença às categorias de humano e cidadão, porque ela passa a ver-se como existente nessa representação, que para ela corresponde ao real. Ao reconhecer-se e ser visibilizada, a criança desenvolve o amor ao seu semelhante étnico. Também as crianças de outras raças/etnias, começam a ver a criança negra sem os estigmas inferiorizantes, passando a reconhecer suas diferenças sem hierarquias, respeitando-a e interagindo com ela no convívio escolar e fora dele.

A infância é um período importante para empoderar as crianças na construção de sua identidade, conhecer sua ancestralidade e valorizar sua beleza e traços. Por isso, com o referido tema busco compreender de que maneira as práticas docentes contribui para construção da identidade de estudantes negros no contexto pesquisado.

O reconhecimento da identidade é o princípio para a construção do eu como cidadão dotado de direitos e deveres perante a sociedade. Esse processo não ocorre de forma lenta e linear, mas se constitui como um processo dinâmico decorrentes das relações pessoais e coletivas, diante do contexto histórico dos sujeitos. Segundo Ferreira (2000 apud PINTO;

FERREIRA, 2014, p. 261), “a categoria identidade, além de pessoal, é fundamentalmente social e política. É considerada como uma referência em torno da qual o indivíduo se autorreconhece e se constitui”. Como explicita o autor, o reconhecimento da identidade reflete também na maneira como nos enxergamos, e isso interfere significativamente na nossa autoestima.

A categoria identidade é efetivamente importante para compreendermos como o indivíduo se constitui, influencia sua autoestima e sua maneira de existir. Nesse sentido, é fundamental, para a compreensão da problemática da pessoa negra, o conhecimento da maneira como ela desenvolve sua identidade, principalmente em contextos sociais adversos nos quais é discriminada negativamente. (PINTO; FERREIRA, 2014, p. 161)

O reconhecimento da identidade principalmente para a pessoa negra tende a ser mais cuidadoso, devido aos conceitos racistas que vigoram até nos dias atuais. Bento (2019) situa que “identidade refere-se também à cidadania, ao direito ao bem-estar e à saúde plena”, a baixa autoestima decorrente da discriminação do negro pode acarretar distanciamento social e problemas de desenvolvimento psicológico como auto rejeição quando não corrigido os estereótipos na infância.

Como sabemos, a história dos negros no Brasil é marcada pelo tráfico negreiro, pela escravidão, pelas mortes, humilhações e pela propagação de teorias racistas que alegavam a superioridade de uma raça (branca) sobre a outra (preta) como relata Pinto e Ferreira (2014). Porém, essa é só uma fatia da história, não podemos negar as lutas e resistências dos povos negros frente a opressão, das contribuições na culinária, na música, na religião, e para o avanço do país. São exemplos, a data 20 de novembro na qual comemora-se o dia da Consciência Negra, propondo uma reflexão sobre as lutas dos negros no Brasil, o combate ao racismo e uma forma de homenagear aos ancestrais que lutaram na conquista de direitos atuais; e a lei 10.639 de 2003 que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro brasileiro nas instituições de ensino fundamental e médio, no intuito de dar visibilidade ao povo que foi historicamente excluído “resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil” (BRASIL, 2003). Pois, assim como afirma Silva:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA, 2008, p. 18)

O padrão de beleza, representado pelo nariz e lábios finos, cabelo lisos, cor de pele e olhos claros, continua sendo predominantemente branco, colocando o que está associado ao negro como ruim ou feio, o que gera uma autoimagem negativa. A sociedade continua

privilegiando nas vagas de emprego, na representatividade apresentadas nos meios de comunicação, aqueles que mais se aproximem da “raça ariana”, e distanciando aqueles que divergem desse padrão dominante, olhando-o através das margens (marginalização).

Com o passar dos séculos e a formação de um Brasil multicultural, de população majoritariamente preta e com uma maior representatividade de homens e mulheres negra nos meios de comunicações e espaços de poder, ainda é possível observar o racismo presente em nosso meio direta ou indiretamente, e pior, também nos espaços escolares mesmo após a implementação da lei 10.639/2003 como afirma Silva; Medeiros; Delfino. (et. al. 2015, p. 9)

A escola age de forma a negar os valores culturais do negro, desvalorizando e/ou dando pouca importância, aos elementos culturais brasileiros que estão relacionados ao negro de fato. Por outro lado, detalhes como a servidão e a escravização são constantemente lembrados e reafirmados pelas instituições escolares.

A escola como espaço de aprendizado e relações na qual as crianças passam boa parte de suas vidas, deve ter um currículo democrático, respeitando às especificidades de cada educando. Assim o professor em sua prática docente deve trabalhar temas étnicos/raciais, afim de objetivar a superação de práticas discriminatórias e racistas, através métodos que considerem as diferenças étnicas, respeito e correção do estereótipo. Segundo Silva (2008, p. 18) o trabalho sobre as relações étnico raciais é “uma das formas de visibilizar as diferentes práticas cotidianas, experiências e processos culturais, sem o estigma da desigualdade, colocando todos eles como parte do passado significativo, da tradição e do conhecimento universal”. Desta forma, é possível proporcionar uma prática antirracista, que dê visibilidade a todos os sujeitos no processo de aprendizagem.

É imprescindível lembrar que, devido a pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) que levou a óbito até o presente momento cerca de 645.420¹ pessoas, a pesquisa sofreu algumas alterações. O mundo vivencia uma nova realidade, as pessoas tiveram que reinventar suas formas de trabalho, sendo necessário manter o distanciamento, o uso de máscaras, evitar tocar o rosto e manter higienização constantes das mãos, devido aos perigos que essa doença pode causar. As escolas estão fechadas desde o seu surgimento no Brasil em março de 2020, fazendo com que os professores passem a realizar suas aulas de forma remota em plataformas virtuais. A disseminação do vírus tem se espalhado de forma rápida por isso as medidas de prevenção precisam ser mantidas até que todos estejam vacinados. Diante disso, os procedimentos metodológicos da presente pesquisa tiveram que ser alterados, para evitar riscos,

¹ Número de óbitos segundo site oficial <https://covid.saude.gov.br/> retirado no dia 22/02/2022

substituindo a ida ao campo, observação e entrevista por um questionário enviado através do aplicativo Whatsapp por ser uma ferramenta de fácil acesso.

As questões apresentadas pela temática elencou o seguinte problema de pesquisa: De que maneira as práticas docentes contribuem para a construção da identidade das crianças negras do Ensino Fundamental?. A partir do problema de pesquisa exposto foi construído o seguinte objetivo geral: Compreender como as práticas docentes contribuem para a construção da identidade de estudantes negros dos anos iniciais do ensino fundamental em Mutuípe-BA. Para alcançar o objetivo geral foram traçados os seguintes objetivos específicos: Conhecer as práticas docentes no que se refere ao trabalho com a negritude; Investigar quais as práticas docentes contribuem para a formação da identidade das crianças negras; Perceber como o trabalho com identidade negra influencia na construção do sujeito.

A fundamentação teórica utilizou de autores como Ana Célia Silva, professora e escritora que discorre principalmente sobre os estereótipos e representação social do negro no livro didático, e educação das relações étnicas raciais. O professor Kabengele Munanga que é antropólogo e pesquisador atuante principalmente nos temas de racismo escolar e identidade negra. A professora Eliane dos Santos Cavalleiro que desenvolve pesquisas na área de socialização de populações afrodescendentes no contexto escolar. Silvio Luiz de Almeida professor e advogado, com pesquisas na área de racismo estrutural e práticas antidiscriminatórias. Entre outros autores.

Na categoria de prática docente foi utilizado autores como Paulo Reglus Neves Freire educador e filósofo que se dedicou em temas como formação de professores, educação emancipadora e consciência de classe. Edineide Souza Sá Leitão, que é pesquisadora na área de formação de professores e prática pedagógica. A professora Regina Célia Ribeiro Lotffi, cujo a área de interesse são formação docente, práticas pedagógicas e didática. Maria da Paixão de Oliveira professora e pesquisadora em docência e educação infantil. Entre outros autores.

A metodologia desse trabalho é de cunho exploratório, desenvolvida com professoras(es) dos anos iniciais de escolas públicas do Ensino Fundamental, do município de Mutuípe-BA através de pesquisa qualitativa e quantitativa. A princípio foram feitos levantamentos bibliográficos para ampliar os conhecimentos acerca do trabalho e após, se utilizou de um questionário com quatorze professoras atuantes para coletar os dados.

O presente trabalho monográfico está estruturado da seguinte forma: A presente introdução; O primeiro capítulo intitulado “Práticas Docentes: Perspectivas de Análise, Sentidos

e Significados”, no qual discorremos sobre a prática pedagógica e prática pedagógica docente; O terceiro capítulo intitula-se “Prática Docente e Identidade da Criança Negra”, abordando as considerações sobre o conceito de identidade, especialmente da criança negra e sua construção na prática docente no Ensino Fundamental. O capítulo 4 se encarregará da “Prática Pedagógica Docente e Igualdade Racial”, direcionando para as práticas pedagógicas e relações étnico-raciais, além de considerações sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e parecer do conselho nacional da educação e relações étnico-raciais. A metodologia compõe o capítulo cinco que trata os métodos e procedimentos que foram utilizados, constando os participantes da pesquisa e os instrumentos para coleta de dados. O capítulo seis é o resultado e análise de dados e por fim, as considerações finais.

Este trabalho monográfico é relevante para a sociedade por enfatizar a necessidade de perceber de que maneira as práticas docentes contribuem para a construção da identidade da criança negra, considerando o padrão de beleza que se instalou na sociedade e adentrou também nos espaços escolares, possibilitando um olhar diferenciado sobre como essas práticas podem afetar de modo positivo ou negativo na vida das crianças.

2. BREVES REFLEXÕES: PRÁTICA PEDAGÓGICA E PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE

Esta parte do trabalho apresenta breves reflexões sobre práticas pedagógicas e práticas pedagógicas docentes, entendendo que para o campo educacional não existe uma única definição para as duas indicações e as definições dependerão das concepções teóricas e das práticas docentes.

Como nossa intenção na pesquisa é compreender como as práticas docentes contribuem para a construção da identidade de estudantes negros dos anos iniciais do ensino fundamental, no município Mutuípe-Bahia, consideramos necessário refletirmos sobre práticas pedagógicas e práticas pedagógicas docente, sabendo que estas duas temáticas se relacionam entre si.

A concepção de prática pedagógica foi se construindo ao longo da história, como forma de superar os modelos tradicionais que percebiam o aluno como mero receptor. O processo de ensino era realizado de forma mecânica e distante da realidade do sujeito, objetivando a memorização do conteúdo através da repetição literal ou parcial. Conhecido como método catequético, esse modelo de ensino alienou, silenciou e fez com que muitos aceitassem a realidade posta, afinal os estudantes eram vistos como folhas em branco, um depósito de ideias e o professor como autoritário e único detentor do saber.

A aprendizagem estava associada ao tanto que o estudante era capaz de reproduzir das falas dos professores, desconsiderando a compreensão daquilo que era falado. Com isso, os ricos mantinham seus privilégios alcançados pela dominação das camadas pobres e pouco esclarecidas. Com o tempo, alguns pensadores contribuíram para essa mudança de mentalidade referente ao ato de ensinar. Mas de acordo com Leitão (2015) foi somente em 1980, com a redemocratização no Brasil que surgiram as consideradas pedagogias contra-hegemônicas, denunciando a manipulação da classe dominante, para desencadear na promoção da igualdade e ampliação do sistema de ensino.

A crítica ao modelo tradicional foi se intensificando e Paulo Freire (2009) a denominou como educação bancária, pois acontece como em um depósito no banco: o professor transfere conceitos prontos e o aluno recebe, fortalecendo a intencionalidade da elite de manter a população sem esclarecimento, passiva e alheia aos interesses sociais. Hoje podemos elencar várias concepções de educação, mas a mais aceita e propagada por priorizar o processo de ensino-aprendizagem é a abordagem sociocultural, iniciada por Vygotsky (1987, 1991) e bem representada por Freire, no Brasil, pois aponta:

A memorização mecânica do perfil do objeto não é aprendizado verdadeiro do objeto ou do conteúdo. Neste caso, o aprendiz funciona muito mais como paciente da

transferência do objeto ou do conteúdo do que como sujeito crítico, epistemologicamente curioso, que constrói o conhecimento do objeto ou participa de sua construção. (FREIRE, 1996, p. 36)

Essa forma de ensino tradicional não garante o aprendizado, pois não permite o estudante problematizar sua realidade, isso por quê:

O ser humano não pode ser compreendido fora de seu contexto; ele é o sujeito de sua própria formação e se desenvolve por meio da contínua reflexão sobre seu lugar no mundo, sobre sua realidade. Essa conscientização é pré-requisito para o processo de construção individual de conhecimento ao longo de toda a vida, na relação pensamento-prática. Visa à consciência crítica, que é a transcendência do nível de assimilação dos dados do mundo concreto e imediato, para o nível de percepção subjetiva da realidade, como um processo de relações complexas e flexíveis ao longo da história. (OLIVEIRA; LEITE, 2010-2011, p. 12)

Nessa perspectiva de prática pedagógica, professor e estudante possuem uma relação democrática, dialógica, os educandos tornam-se participantes, abertos para trocar conhecimentos e construir novos saberes. O educador, deve ser crítico, levantar questionamentos, estimular a curiosidade e criatividade, ampliando a compreensão dos conceitos trabalhados. A isso Freire (1996, p.14) nomeou de educação problematizadora, pois, para ele “é a força criadora do aprender de que fazem parte a comparação, a repetição, a constatação, a dúvida rebelde, a curiosidade não facilmente satisfeita, que supera os efeitos negativos do falso ensinar”. O despertar para esse entendimento levará o sujeito a ultrapassar a alienação que são submetidos pelo sistema ao longo do tempo.

a proposta de educação humanizadora em Freire (2009) pauta-se na confiança de que os seres humanos são ontologicamente vocacionados para ser mais, para a liberdade, no entanto, as situações-limite impostas por um modelo econômico, político e cultural hegemônico inviabilizam tal vocação, colaborando para a exclusão e a minimização do papel dos seres humanos no mundo, especificamente dos grupos sociais menos favorecidos. (LEITÃO, 2015, p. 20)

As definições de Freire (1996, p.12) em relação à prática pedagógica exemplifica muito bem quando diz que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” Nesse caso, a prática pedagógica se faz na dialogicidade, respeito as diferenças e construção do eu enquanto agente de mudança, capaz de agir e reagir sobre o mundo. A práxis pedagógica assume uma vertente de intencionalidade e organização pré-definidas, a fim de propiciar a superação do pensamento ingênuo.

A prática torna-se práxis quando o docente apresenta significado ao conteúdo, intencionalidade, ação e reflexão sobre o ato de ensinar. Vazquez (2007 apud LEITÃO 2015, p. 24) percebe a práxis como “uma atividade conscientemente orientada, que implica não apenas as dimensões objetivas, mas também subjetivas da atividade”, ou seja, ela tem um significado maior que a aplicação de atividades a ser decoradas. O professor deve construir suas práxis através de um referencial teórico, contextualizando-o com a realidade do educando,

manter uma escuta atenta e possibilitar a autonomia deste, encorajando-o a relacionar a teoria à prática, visando a transformação permanente sobre o ser e estar no mundo.

Leitão (2015, p. 25) articula que “Prática não vinculada com às questões do cotidiano do(a) educando(a) mantém-se inflexível e desconsidera a diversidade contextual da sala de aula.” A escola como o espaço heterogêneo carece de ampliar os conteúdos para além de seus muros, trabalhando não apenas “o que” mas “o por que” das coisas serem como são. A prática dissociada da ação reflexão é apenas conceitos e não práxis, pois esta última possibilita o aprendizado crítico e duradouro, unindo teoria e prática.

Para refletirmos sobre prática pedagógica docente utilizaremos as reflexões teóricas de Freire (1996, p.13), pois ele revela que “não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender”. Para o autor, se reconhecer como professor é ter consciência do seu inacabamento, é aceitar que sempre tem o que aprender e ensinar. E o estudante tem muito a contribuir, pois possui experiências enriquecedoras trazidas do seu universo social.

Valorizar esses saberes é possibilitar a participação ativa dos sujeitos, em contra partida “desprezar tais saberes significa colocar uma distância desfavorecedora para esses(as) estudantes como se faz na utilização apenas dos saberes disponíveis nos livros, intelectuais e formais” (LEITÃO, 2015, p.29). Os estudantes sentem-se parte do processo de sua aprendizagem, quando seus saberes são considerados relevantes, tornando-os até mais participativos.

De acordo com Sampaio (2016, p. 15) “Prática docente, então, não é reprodução passiva da formação profissional ou das normas oficiais—ações são constituídas nas redes de relações e no envolvimento dos agentes – sua história, sua formação, seu habitus”. Neste caso, a atuação do professor pauta-se na sua concepção da pedagogia, na sua visão do aluno, nos textos e documentos lidos, nas notícias, na relação com as pessoas e na sua cultura.

Sampaio (2016, p. 16) afirma ainda que “na docência se integram os diversos conhecimentos sociais e culturais que o professor possui, além de sua formação profissional, o que se faz necessário”. Por isso, a reflexão sobre sua prática exige o distanciamento do objeto para observá-lo de forma ampla e perceber se sua teoria condiz com sua prática, entendendo ambas como fulcral para uma educação de qualidade.

O discurso da prática pedagógica docente se relaciona com o discurso sobre currículo, pois de acordo com Sacristán (2013, p. 17) “o currículo a ensinar é uma seleção organizada dos

conteúdos a aprender, os quais, por sua vez, regularão a prática didática que se desenvolve durante a escolaridade.” Ele é responsável por organizar os conteúdos que se deve aprender de acordo com a idade do estudante e/ou o grau de escolaridade e por unificar os assuntos pertencentes a cada disciplina. O currículo possibilita um direcionamento para o docente e conseqüentemente uma limitação sobre o que deve ser ensinado e o tempo para que esse ensino-aprendizagem aconteça, mas é a prática do professor que fará o diferencial de como esse ensino vai ser transmitido.

Pensar o currículo é pensar maneiras para sua efetivação de modo a não ser mera transmissão superficial de saberes ou repetição do livro didático com abordagem geralmente ultrapassada. Sobre isso Munanga (2008, p.18) argumenta que:

Cabe uma formação específica para o professor de Ensino fundamental, com o objetivo de prepara-lo para uma prática pedagógica, com as condições necessárias para identificar e corrigir os estereótipos e a invisibilidade constatados nos materiais pedagógicos, especificamente nos textos e ilustrações dos livros didáticos.

Perpetuar esse currículo engessado impede o educando de se aprofundar nos conteúdos, tornando-os acrílicos, sem a curiosidade e reproduzindo ideias ultrapassadas. A didática também é necessária, pois revela que além dos conhecimentos científicos adquiridos em sua formação acadêmica, o professor tem outros conhecimentos que favorecem na exposição do conteúdo, no trato com os discentes, no seu posicionamento político, pedagógico e reflexivo sobre a prática. Sobre a didática Marin (2011, p. 18) expressa que “é área de conhecimento pedagógico que se dedica ao estudo, análise, divulgação e desempenho do trabalho docente”.

A didática mobiliza os sujeitos a construir/reconstruir seus saberes por meio de atividades que lhes permitam criar significado, tornando visível o que estava oculto. Sobre isso “a questão da Didática se amplia e complexifica-se ao tomar como objeto de estudo e pesquisa não apenas os atos de ensinar, mas o processo e as circunstâncias que produzem as aprendizagens e que, em sua totalidade, podem ser denominados de processos de ensino” (PIMENTA, 2019, p. 15). Isso nos revela que toda ação em sala de aula contribui para o resultado da aprendizagem do educando, podendo ser mais satisfatório quando se tem uma boa didática, pois ela mobiliza os sujeitos na construção do saber.

Para reconhecer se a didática está alcançando os objetivos da práxis docente é necessário o exercício de reflexão-ação-reflexão, ao qual o professor se torna sujeito de sua investigação, pensando sobre suas práticas passadas para melhorar as práticas futuras. Ao rever se seu discurso está alinhado com seu trabalho formativo, o professor avalia seus acertos e erros a fim de melhorar a qualidade do ensino. Com isso o professor re-significa seu olhar e “vai construindo sua prática na perspectiva de ação reflexiva e transformadora, mediada pelo

conhecimento, ou melhor, dizendo, no exercício de sua práxis” (LOTFFI, 2014, p. 55). Ou seja, esse ato reflexivo permite ao professor aprofundar seus conhecimentos teóricos referente a própria prática.

3. PRÁTICA DOCENTE E IDENTIDADE DA CRIANÇA NEGRA

3.1 Considerações sobre o conceito de identidade

O significado da palavra identidade segundo mostra o Dicionário Online de Português (2021), refere-se ao: Conjunto das qualidades e das características particulares de uma pessoa que torna possível sua identificação ou reconhecimento. Em outras palavras, identidade é aquilo que nos torna únicos, é nossa particularidade no mundo que nos diferem dos outros. Esse é um termo abrangente pois não se trata apenas de números em um documento, identidade é também um fenômeno construído socialmente.

O meio social possui forte influência na identidade individual, pois os valores, costumes e crenças presentes na sociedade influenciam no comportamento, relacionamento e no olhar sobre si e sobre o outro, passando a se perceber pela similaridade e diferença. Nossa identidade individual se constrói através do somatório com a identidade coletiva, sobre isso Soares (2011, p. 65-66) esclarece:

ela se elabora embasada em uma soma de conteúdos sociais nos quais estamos imiscuídos desde nosso nascimento: moral, valores, crenças, costumes, regras e leis que são assegurados pela reprodução eficaz das instituições formativas (família, escola, igreja e estado etc.). Essas instituições participam de nossa construção identitária e do processo de introjeção das disposições formadoras do *eu*, que não se constrói isoladamente.

Essas instituições - família, escola, Estado e igreja – reproduzem os modelos coletivos que lhes foram passados, gerando um ciclo que se perpetua e exerce força através das gerações. Essa reprodução nem sempre é benéfica, considerando que a depender do modo que foram ensinados, podem reproduzir irracionalidades que inferiorizam o modo de ser e viver do outro, repetindo ações sexistas e racistas do passado.

A identidade individual se faz na interação social, pois aquilo que sabemos foi apresentado por alguém. Inicialmente nos percebemos com os olhos dos outros e à medida que crescemos vamos tomando consciência sobre “quem sou”. A família é primeira instituição que nos apresenta a diferença entre o *eu* e o *outro*, que é o elemento fundante para elaboração da nossa identidade, porque com ele a criança passa a se reconhecer pelas semelhanças e diferenças nos grupos.

A identidade é formada por forças internas e externas dinamizadas por constantes re-elaborações. O indivíduo se encontra dividido entre o que ele é para si e para os outros,

ou seja, busca o reconhecimento de sua identidade individual pelo conjunto de elementos com os quais divide o espaço social. (SOARES, 2011, p. 70)

Ao passo que o sujeito se forma ele possibilita a formação de outros, por isso é preciso romper com modelos que supervalorizam ou inferiorizam as práticas e crenças do outro, disseminando o preconceito daqueles que não se enquadram no modelo tido como ideal. Essa construção é desafiadora pois se faz do equilíbrio entre o que se é e a expectativa dos outros sobre você.

O peso da expectativa e do julgamento alheio tende a atrapalhar o desenvolvimento pessoal e social, por isso o autoconhecimento é urgente em uma sociedade de desigual. Quando se constrói desde a infância uma identidade positiva de si mesmo, na fase adulta o indivíduo tende a elevar sua autoestima, por se sentir mais seguro com quem realmente é.

Essa construção se faz pelo conhecimento de sua história, sua origem, seus antepassados e seu propósito no mundo, isso permite uma elaboração identitária firme, no qual o sujeito se percebe como crítico e inacabado. Estudar o passado permitirá romper com estereótipos e preconceitos, além de entender os perigos de uma história que privilegia a classe que detém o poder. Sobre isso Monteiro (2011, p. 25)

No processo de elaboração nacional, não se manifestou a resistência de nossos ancestrais, mas, ao contrário, o discurso dominante local, alinhado pelo poder europeu, calou a nossa ancestralidade. Aprisionou-nos levemente em uma ideia de nação escrita às avessas, uma história do povo brasileiro escrita por povos não brasileiros.

O silenciamento ou a invisibilidade compromete a identificação em alguns grupos, justamente porque esse apagamento da história resulta no imaginário de inferioridade e ninguém (a menos que entenda todo o contexto de luta) irá querer assimilar sua identidade a algo que não é considerado bom.

3.2 Identidade da criança negra.

Definir o conceito de identidade negra não é tarefa fácil, devido a interferência da ideologia dominante que valoriza a imagem do europeu e estereotipa a imagem do negro, colocando sua participação na construção do país em segundo plano, como é mostrado nas histórias oficiais contadas pela supremacia branca (MONTEIRO, 2011). As instituições exercem grande participação na construção da identidade individual, por isso, o que elas reproduzem vai interferir no modo que a pessoa percebe a vida, o outro e a si próprio.

enquanto buscarmos os referenciais eurocêntricos para a construção da Identidade nacional ou para sua identificação em nossa história, estaremos sempre a reproduzir

um modelo colonizador que, ao tentar moldar nossa cultura e nosso pensamento, apresenta-se carregado de ideias pré-concebidas, com valores morais e culturais intransigentes quanto ao reconhecimento do outro como um ser igual, mas diverso. (MONTEIRO, 2011, p. 20)

As instituições escola, família, estado e igreja faz parte do cotidiano social e tem grande relevância no nosso pensar, por isso quando essas instituições não questionam ou menospreza a desigualdade racial, tende a aceita-las e reproduzi-las como algo normal, fortalecendo o racismo que é estrutural. Estrutural porque, conforme ALMEIDA (2018) integra a organização econômica e política da sociedade, estando imbricado na própria estrutura social.

o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”. Nesse caso, além de medidas que coíbam o racismo individual e institucionalmente, torna-se imperativo refletir sobre mudanças profundas nas relações sociais, políticas e econômicas. (ALMEIDA, 2018, p. 38)

Construir uma identidade positiva torna-se um desafio para a população negra, visto que o racismo gera divisões na raça humana. SANT’ANA (2008, p. 37) afirma que “o racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu” e esse tipo de prática desumaniza a vítima. Deste modo, apenas por meio da implementação de práticas antirracistas efetivas, que será possível combater esse mal histórico.

Sobre os termos negro ou preto, a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 15) revela que ambas as utilizações estão corretas

Em primeiro lugar, é importante esclarecer que ser negro no Brasil não se limita às características físicas. Trata-se, também, de uma escolha política. Por isso, o é quem assim se define. Em segundo lugar, cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena - a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana.

A categoria negra geralmente é a mais empregada, possivelmente por abranger os autodeclarados pretos e pardos. Lembrando que esse termo foi ressignificado pelo Movimento Negro para ter um sentido positivo, rebatendo o sentido pejorativo ao qual foi empregado inicialmente. De acordo com Almeida (2018, p. 53) “uma pessoa não nasce branca ou negra, mas torna-se a partir do momento em que seu corpo e sua mente são conectados a toda uma rede de sentidos compartilhados coletivamente, cuja existência antecede a formação de sua

consciência e de seus afetos”. As características biológicas do negro recém-nascido, já impõem sobre ele o peso do imaginário social sobre seu corpo e se denominar negro trata-se de um ato político.

Assim como o privilégio faz de alguém branco, são as desvantagens sociais e as circunstâncias histórico-culturais, e não somente a cor da pele ou o formato do rosto, que fazem de alguém negro. Características físicas ou práticas culturais são apenas dispositivos materiais de classificação racial que fazem incidir o mecanismo de distribuição de privilégios e de desvantagens políticas, econômicas e afetivas. (ALMEIDA, 2018, p. 60)

Ser negro é assumir-se como tal, pois, ainda que uma pessoa seja bem-sucedido na vida, o racismo revelará sua face perversa questionando os meios utilizados e o caráter do sujeito para alcançar tal posição de prestígio. Mesmo diante de tantas problemáticas, se declarar como negro é um ato de resistência. Almeida (2018, p. 60) afirma que “O negro faz-se humano com a negritude e com a consciência negra, que constituem a reação intelectual e política contra as condições impostas a ele pelo racismo”. É essa passagem do pensamento ingênuo, para o pensamento crítico que possibilita a pessoa assumir-se enquanto ser social.

A criança negra ainda pequena consegue perceber a diferença racial, pois elas são atentas a observar, interpretar as situações e as características físicas como a cor de pele e o tipo de cabelo que mais agradam. Cavalleiro (2001, p. 154) pontua que “o autoconceito dos seres humanos vai se formar desde muito cedo, por meio de seu relacionamento com o mundo e com outras pessoas. As opiniões dirigidas a partir de uma perspectiva negativa serão uma forte contribuição para a formação de uma imagem distorcida de seu valor”. Por isso, ao contrário das crianças brancas, as crianças negras apresentam desconfortos sobre seus traços negroides.

Crianças brancas e negras aprendem rapidamente que ser branco é bom e ser preto é ruim, pois isso, elas mesmas “podem reproduzir em seus comportamentos individuais o racismo de que são as maiores vítimas” (ALMEIDA, 2018, p. 53), rejeitando os aspectos da sua negritude, sendo o cabelo e a cor da pele os principais alvos do descontentamento entre as crianças (BENTO, 2019). Para essa mentira ser rejeitada, leva tempo e requer reflexão crítica para perceber-se igualmente bonitos e intelectualmente capazes, apesar das diferenças no fenótipo.

O movimento negro enfatiza a importância da identidade racial pois “a consciência que um negro tem de seu pertencimento racial é elemento fundamental para seu engajamento na luta política” (BENTO, 2019). Somente pela consciência negra que as pessoas poderão manifestar seu pertencimento racial, lutando pelos seus direitos e pela igualdade racial. Bento

(2019) reforça que identidade é direito essencial pois promove desenvolvimento, bem-estar e saúde, por isso desde os primeiros anos de vida o reconhecimento racial deve ser reforçado positivamente.

Tendo em vista que, embora o racismo seja fortemente negado no Brasil, podemos notar seus efeitos em nosso meio, uma vez que pessoas negras estão diariamente expostas a sofrer algum ataque racista pelo simples fato de existir. A escola tem um grande papel no combate ao racismo, considerando seu caráter formador, que ultrapassa a ideia de transmitir conhecimentos para os educandos.

Nesta ótica, pensar em uma formação específica para os professores, em uma reformulação do currículo, na afetividade direcionada igualmente as crianças negras e atentar-se sobre as próprias atitudes, pois como salienta Ribeiro (2019, p. 38) “é impossível não ser racista tendo sido criado em uma sociedade racista. É algo que está em nós e contra o que devemos lutar sempre” são alguns pontos importantíssimos para prática pedagógica que se propõe a corrigir os estereótipos e invisibilidades do negro na sociedade.

3.3 Construção da identidade da criança negra na pratica docente do ensino fundamental

A história do negro no Brasil inicia-se com a necessidade dos portugueses em conseguir mão-de-obra gratuita para explorar as terras recém “descobertas”, retirando milhões de africanos de suas terras a força, para servir de escravos no desenvolvimento da colônia. Os negros escravizados favoreceram para o avanço no plano demográfico, cultural e econômico devido ao trabalho árduo que desenvolviam nas plantações de cana de açúcar, algodão, café e na mineração, submetidos a tratamentos desumanos e servindo como mercadorias de troca. Porém, os escravizados nunca se mantiveram passivos diante dessa situação, se organizavam e lutavam contra a opressão, alguns conseguiram fugir e montar quilombos (o mais famoso é o quilombo de Palmares, que durou um século). Evidenciar esses últimos aspectos é importante pois como cita Silva (2011, p. 55):

a resistência e a insurgência do povo negro à escravidão pode representar uma das formas de desenvolver a autoestima e o autoconceito da criança negra, que, em grande parte, ainda demonstra vergonha do seu povo, representado sob uma forma minimizada, como ser passivo e subserviente, durante e após a escravidão.

Em 1850 foi proibido o tráfico negreiro no país e após manifestações de escravos e lutas abolicionistas em 1888 foi assinada a lei áurea que libertava os homens e mulheres negras, tornando a escravidão extinta, mas cabe lembrar que apesar de torná-los livres não haviam políticas públicas, ou projeto para integrá-los na sociedade, nem garantia os mesmos direitos

que os homens brancos possuíam (MUNANGA e GOMES 2006). Os autores ainda afirmam que:

No Brasil, os grupos empobrecidos e descendentes de escravizados, apesar da abolição da escravatura e da proclamação da República, continuaram a viver em completa e violenta desigualdade. Contudo, não só de opressão vivia o povo. É importante lembrar que a movimentação, a reação e a resistência que fazem parte da história do negro brasileiro constituem movimentos importantes da história do Brasil. (MUNANGA; GOMES. 2006, p. 107)

Apesar da sociedade não fornecer subsídios para o povo negro integrar-se e desenvolver-se, reforçando ainda mais as desigualdades e preconceitos com teorias de inferioridade da raça e objetivando o embranquecimento da nação através da mestiçagem, a população liberta lutava pela construção da cidadania e pela sua ascensão. Embora muita resistência por parte dos negros e avanços na busca de direitos, como as leis de combate ao racismo, as práticas racistas continuam presente no Brasil e se manifesta de maneira evidente ou disfarçada.

A discriminação é visivelmente percebida quando analisamos que, com o decorrer dos séculos, como publicado na revista *Carta Capital* (2017), o negro continua a receber menos que o branco no exercício das mesmas atividades; são as maiores vítimas da violência e das prisões; pouco representados nos filmes e livros; sabe-se também que os a maior parte das riquezas do país está concentrada nas mãos de pessoas brancas.

O abismo racial brasileiro existe, de fato, e são as pesquisas e estatísticas que comparam as condições da vida, emprego, escolaridade entre negros e brancos que comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, que atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros. (MUNANGA; GOMES. 2006, p. 172)

Em outras palavras a questão da desigualdade enfrentada por muitos brasileiros perpassa o discurso do mérito, pois foi constituída nos processos históricos e na negação de direitos de um povo. E apesar de ser negada a existência do racismo, ele permanece atual, porque sua eliminação poderia provocar a perda dos privilégios do grupo discriminador, por isso o mito da democracia racial é mais uma forma de justificar as desigualdades. Essa realidade está presente até mesmo no meio educacional seja de forma explícita ou implícita, na rejeição ou silenciamento.

Como sabemos, a escola é responsável em garantir a todos (sem exceção), o acesso aos conhecimentos teóricos e práticos, elaborados historicamente, e é considerada a base do processo de inclusão social. Decorrente disso deve possibilitar além dos conhecimentos

acadêmico, propor debates e reflexões que possibilitem o desenvolvimento global, rompimento dos preconceitos, incentivando o respeito e a valorização das diferenças, afim de formar cidadãos conscientes. Para isso

É tarefa da escola fazer com que a História seja contada a mais vozes, para que o futuro seja escrito a mais mãos. É necessário romper o silêncio a que foram relegados negros e índios na historiografia brasileira, para que possam construir uma imagem positiva de si mesmo. (SANTOS. 2001, p. 107)

Por se tratar de um ambiente plural, a instituição pode contribuir para o diálogo entre os estudantes, porque o racismo não é um problema unicamente do povo negro, mais de todos, unindo escola, educandos, família e comunidade dentro dessa temática.

Geralmente esse desconforto e baixa autoestima da criança negra começa na infância, devido algumas piadinhas e brincadeiras ofensivas referentes a sua estética, pela rejeição de pessoas próximas, coleguinhas ou professores, e/ou pela pouca representatividade nos livros didáticos, por isso os educadores devem estar atentos para lidar e problematizar essas ações. A formação étnica deve começar em casa com os responsáveis e estender-se até o ambiente escolar, fortalecendo a construção identitária dos estudantes.

A família negra pode gerar e fortalecer as diversas identidades, a autoestima e também a baixa autoestima, porque ela é a matriz construtora desses elementos, o espaço da ancestralidade, da afetividade, da emoção, da aprendizagem dos diversos padrões sociais. (SILVA. 2011, p. 109)

Esse conhecimento transmitido através das gerações pode influenciar no olhar sobre si e sobre o outros, por isso a relação familiar tem grande influência na formação humana. Gomes (2001, p. 89) afirma que ser negro no Brasil “é uma postura política. É declarar explicitamente seu vínculo com uma cultura ancestral, com a origem africana recriada e ressignificada em nosso país. No Brasil, ser negro é torna-se negro”. Ou seja, é preciso se reafirmar todos os dias, romper com o perfil negativo construído historicamente, criando uma relação harmoniosa interna e externamente.

Os materiais didáticos que são utilizados pelos professores, a exemplo do livro didático, deve ser cuidadosamente analisado, pois “em virtude da importância que lhe é atribuída e do caráter de verdade que lhe é conferido, o livro didático pode ser um veículo de expansão de estereótipos não percebidos pelo professor” (SILVA, 2008, p. 19). A invisibilidade de homens e mulheres negras ocupando diversos cargos na sociedade ou sua aparição vinculada a escravidão e pobreza são mantenedoras do racismo, pois há pouca representatividade negra nos materiais pedagógicos, como em textos e ilustrações. Silva (2008, p. 25) também alerta que

A predominância de uma única matriz religiosa em educação nas escolas, ensinada sob forma de catequese não de apreciação histórica e cultural das diversas religiões, tem contribuído para uma fragmentação da fé que a criança traz do seu grupo familiar e cultural, tornando-a confusa, muitas vezes internalizando a imagem idealizada negativa que a escola expande da sua religião de origem.

Uma frese popularmente conhecida é que “religião não se discute” e realmente não cabe ao educador querer impor sua opinião sobre o que acha certo e errado a respeito da religião alheia, mas é preciso ter uma atitude ética ao apresentar a diversidade religiosa. Freire (1996, p. 19) afirma que “faz parte igualmente do pensar certo a rejeição mais decidida a qualquer forma de discriminação. A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

A representatividade negra nos variados cargos é essencial para a identidade da criança, pois ver seus semelhantes negros ocupando lugares de destaques, servem de inspiração e estímulo para imaginar seu futuro. Todavia a presença seletiva de pessoas negras em espaços de poder não basta para romper com o racismo, se não estiver apoiada com as questões políticas, econômica e jurídica da sociedade.

Reduzida sua identidade específica aos campos do esporte, do ritmo, do carnaval e da culinária, fica o afro-brasileiro, como coletividade, subliminarmente excluído das esferas políticas, econômica, tecnológica, científica, enfim, da cidadania produtiva e do protagonismo social. (NASCIMENTO, 2001, p.123)

É preciso desvelar essas significações racistas que os negros não possuem preparo intelectual, senso de estratégia e autoconfiança suficientes para exercer outras funções além dessas ou que são inferiores aos brancos.

A escola precisa possibilitar aos estudantes a compreensão que a maioria branca adentrando em cursos de maior prestígio nas melhores universidades públicas ou ocupando cargos de liderança não se trata simplesmente de capacidade/mérito. É preciso reconhecer que as oportunidades são menores para a população negra, como mostra o senso do IBGE (2018) onde a soma de pretos e pardos representam maior vulnerabilidade econômica e social do país, logo, a disputa é desigual entre as classes. Como exemplifica Ribeiro (2019, p. 44) “Um garoto que precisa vender pastel para ajudar na renda da família e outro que passa a tarde em aulas de idiomas e de natação não partem do mesmo ponto”. Além disso, a discriminação racial tem sido motivo para evasão escolar e baixa autoestima entre os educandos, comprometendo seu rendimento escolar.

O professor precisa estar preparado para reverter positivamente atitudes desconfortantes, não se calar diante de uma ação racista e promover a reflexão crítica por meio do ensino e valorização da cultura afro brasileira. Pois a autoestima é fundamentalmente

importante para a construção do sujeito, contribuindo na personalidade, bem-estar, auto aceitação, integração e aprendizagem. Portanto faz-se mister ter uma pratica pedagógica que contemple a todos os alunos enfatizando o respeito e o anti racismo.

4. PRÁTICAS PEDAGÓGICA DOCENTES E IGUALDADE RACIAL

4.1 Práticas pedagógicas e relações étnico-raciais

Para contribuir no desenvolvimento da identidade da criança, uma educação de qualidade faz toda a diferença, todavia o que se observa como situa Bento (2019) é uma desigualdade na educação de crianças pobres e majoritariamente preta, revelando que o financiamento e recursos destinados à educação pública tem sido insuficiente, acarretando prejuízos na educação das crianças pela falta de equipamentos, materiais e despreparo dos professores.

“Pode-se dizer que a desigualdade racial na instrução escolar resulta em certa medida do não-investimento em uma escola pública de qualidade, na qual professores e professoras estejam preparados e atentos para a diversidade racial” (CAVALLEIRO, 2001, p. 148). Embora o discurso ideológico da democracia racial desassocie a desigualdade social e racial, a realidade mostra o contrário, sendo desfavorecedora para a população negra. O descaso com a educação das classes populares ainda é um desafio a ser superado. Ainda assim, a escola é uma das principais instituições com grande relevância na formação do cidadão crítico e reflexivos quanto as desigualdades.

A desigualdade também pode ser observada na falta de representações negras no espaço de convivência através de cartazes, livros infantis, fotos... e pelo tratamento dado ao estudante, como evidenciou Anjos (2008, p. 169-170)

O sistema escolar tem sido estruturado para a perpetuação de uma ideologia sócio-político-econômica que, junto com os meios de comunicação social, mantém uma estrutura classista, transmissora de valores distorcidos e individuais. Primeiro, são os livros didáticos, que ignoram o negro brasileiro e o povo africano como agente ativo da formação geográfica e histórica. Segundo, a escola tem funcionado como uma espécie de segregadora informal. A ideologia subjacente a essa prática de ocultação e distorção das comunidades afro-descendentes e seus valores tem como objetivo não oferecer modelos relevantes que ajudem a construir uma auto-imagem positiva e nem dar referência à sua verdadeira territorialidade e sua história (ANJO, 1989).

O baixo rendimento escolar do estudante denuncia essas exclusões ocorridas nos muros da escola, Silva (2001, p. 66) nos adverte que “é preciso compreender que a exclusão escolar é o início da exclusão social das crianças negras”, por isso a compreensão dos educadores sobre as relações raciais interfere na sua pratica pedagógica. Cavalleiro (2001) pontua que os prejuízos da população negra não acontecem unicamente no espaço escolar, nem que os educadores são os únicos responsáveis pela disseminação do racismo, mas, pode ser reforçado por eles quando não é exercido uma educação antirracista no ambiente de aprendizagem. E isso pode ser observado nas relações estabelecidas no ambiente educacional.

a existência de um tratamento diferenciado e mais afetivo dirigido às crianças brancas. A análise do comportamento não-verbal evidencia que as interações professor/aluno branco são caracterizadas pelo natural contato físico acompanhado de beijos, de abraços e olhar, comprovando um maior grau de afeto.

Inversamente, na relação professor/aluno negro o contato físico mostrou-se mais escasso, com pouca estimulação e afeto. Desse modo, a criança branca recebe mais atenção e incentivos para se sentir mais aceita e querida do que as demais, o que impõe um sofrimento sistemático às crianças negras. (CAVALLEIRO, 2001, p. 147)

Esse tratamento diferenciado é facilmente percebido pela criança pequena, que interpreta relacionando-o a cor da pele e a características raciais. Torna-se mais evidente quando os estudantes não brancos são diferenciados pelo fenótipo – “a moreninha”, “a escurinha” – ressaltando muitas vezes, a diferença de forma preconceituosa, pois, a aparência faz parte de quem a pessoa é, não uma característica limitante de suas capacidades. Cavalleiro (2001, p. 146) informa que “xingamentos, ofensas e ironias encobrem um preconceito latente”. Além disso, quando o professor se refere de forma pejorativa, está abrindo possibilidades para outros estudantes usar tais termos.

O silêncio do educador é mais um ponto a se atentar, pois, se calar frente a uma atitude racista demonstra consentimento para sua permanência, Cavalleiro (2001, p. 146) adverte:

A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial. *“Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação – reflexão.”*

As crianças são instruídas a recorrer a um adulto quando são vítimas de injúria, porém quando isso ocorre não são acolhidas, recomendam-lhe deixar para lá, ficar quietinha ou que é bobagem. Normalmente não são acolhidas pelos professores, por isso crescem sem saber reagir no momento da discriminação, visto que o preconceito envergonha e inibe uma ação de resposta. A falta de repreensão, leva a criança que teve a atitude negativa a entender que pode repetir o mau comportamento.

Num contexto social, em que as diferenças raciais significam desigualdade de oportunidades, “ao silenciar, a escola grita inferioridade, desrespeito e desprezo” para uns (negros e indígenas) e, conseqüentemente, superioridade, respeito e valorização para outros (brancos). (SANTOS, 2001, p. 97)

A falta de repreensão frente a atitudes racistas reforça o sentimento de inferioridade, afetando a autoestima da criança afro-brasileira e por conseqüente comprometendo seu desenvolvimento escolar e social. Ainda que todos estejam tendo o mesmo acesso na unidade escolar, a qualidade das relações pode suscitar desigualdades de raças. É no olhar, na fala, no toque, no cuidado do outro, que a criança toma consciência do seu corpo e constrói sua autoimagem.

Durante a prática pedagógica o professor carece de estar atento sobre a relação estudante-estudante para identificar se existe segregação no convívio entre brancos e negros, nas brincadeiras e na formação de equipes, para pensar maneiras juntamente com a equipe escolar de superar o preconceito e propor a aproximação de todos, buscando medidas para reconhecer valores, habilidades e belezas na criança negra, levando outros estudantes a ver e valorizar tais aspectos.

Gomes (2001) nos lembra que é insuficiente lutar por uma escola democrática, que olha todos como iguais e que desconsidera a diversidade de classe, sexo, idade, raça, crenças, culturas etc. pois reconhecer o direito a diferença é pensar sobre equidade.

É preciso lembrar que, apesar de aspectos culturais e uma descendência comum, o povo negro não se constitui um bloco hegemônico. Ainda que o racismo e a discriminação racial marquem de forma contundente a vida de todos/as os/as negros/as brasileiros/as, esse grupo possui interesses, necessidades e desejos diferentes de acordo com a localização geográfica, o nível socioeconômico, a geração e as crenças religiosas. Mesmo diante de tantas peculiaridades, ser negro no Brasil possui um ponto comum que atravessa a trajetória de toda a comunidade negra: o fato de ser um povo imerso em uma história de luta. (GOMES, 2001, p. 86)

Esse ponto comum é algo para ser constantemente lembrado e trabalhado nas diversas áreas do conhecimento, o ensino da cultura e história afro-brasileira não precisam ser restritos a uma disciplina, tão pouco a um mês do ano. Estuda-se em média 200 dias do ano, por isso abordar a temática racial em apenas uma semana ou mês específico, limita a formação crítica e reflexiva dos estudantes.

Esse projeto não deve ser deixado apenas para os meses de novembro e maio, quando as datas comemorativas de Zumbi e da Abolição da Escravatura ensejam, na maioria das escolas, praticamente a única ocasião em que esses assuntos são abordados. Ao contrário, tal projeto precisa tornar-se uma realidade viva, constante e permanente dentro das escolas e sobretudo no contexto do processo de formação dos profissionais de ensino. (NASCIMENTO, 2001, p. 135)

O racismo tem se afirmado através da sua própria negação, por isso é urgente construir uma política educacional que dê voz a trajetória do povo negro. Uma prática pedagógica comprometida com a formação integral dos sujeitos, precisa entender como se dá a construção da identidade e identidade racial, para saber corrigir as significações racistas. A formação dos professores precisa preparar o educador para uma postura antirracista, pois somente ele é capaz de mediante sua prática, neutralizar a violência racial, minimizando seus efeitos na identidade da criança negra.

4.2 Considerações sobre a implementação da Lei Federal nº 10.639/2003 e Parecer do Conselho Nacional de Educação e relações étnico-raciais

Conforme descrito por Santos (2005, p. 21) “a abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ou afro-brasileiros (que já eram livres antes mesmo da abolição de 13 de maio de 1888) da discriminação racial e das consequências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria.” As correntes físicas deram espaço para as correntes da desigualdade, não houve políticas públicas que garantisse acesso a moradia, educação, saúde, emprego e etc. a luta pela igualdade só estava começando (e perdura até hoje). Os negros precisavam de um meio para acender de *status* e viu na educação a possibilidade para superar a exclusão sócio-racial.

Embora necessária, a educação formal não foi o suficiente para acender o negro na sociedade, visto que, ela reproduzia as desigualdades racial considerando apenas referências da cultura dominante e eurocêntrica. Ao perceber essa inferiorização, o movimento negro interveio através de denúncias, passando a cobrar medidas de ação afirmativa para educação, afim de corrigir as concepções racistas propagadas no ambiente educacional. Santos (2005) informa que algumas reivindicações dos movimentos sociais negros foram atendidas, como a revisão e/ou eliminação dos livros didáticos contendo imagens estereotipadas que disseminava a discriminação.

Com as pressões dos movimentos sociais negros, vários estados e municípios começaram a criar leis buscando trazer as contribuições dos povos africanos na formação da sociedade brasileira, no entanto sua efetivação ainda era escassa. O movimento negro junto com alguns intelectuais negros não poupou esforços em favor da democracia racial e do trabalho étnico racial nas escolas. Após muita luta, finalmente no ano de 2003 o ex Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a alteração da “Lei 9.394 de 20 de dezembro que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências” (BRASIL, 2003), nomeada Lei nº 10.639/03², acrescida dos artigos:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

² A lei 10.639/03 foi atualizada posteriormente para Lei 11.645/08 que incluiu no artigo 26-A a obrigatoriedade do estudo da história e cultura indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'." (BRASIL, 2003)

A implementação dessa lei foi uma grande conquista para valorização a diversidade cultural deste país. Anjos (2008, p. 169) situa que “ter respeito e valorizar as diferenciações culturais e étnicas em um território não significa aderir aos valores do outro, mas, sim, ter respeito como expressão da diversidade”. Pretende-se com isso reparar as desigualdades, romper com as injustiças e valorizar a cultura negra, dando voz a novas narrativas. O documento Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2004, p. 11) esclarece que:

A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também a que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações.

Embora a Lei 10.639 tenha sido um marco histórico no Brasil, ela não é suficiente para realizar uma pedagogia antirracista, pois conforme apontado por Santos (2005, p. 34) a referida Lei “apresenta falhas que podem inviabilizar o seu real objetivo, qual seja, a valorização dos negros e o fim do embranquecimento cultural do sistema de ensino brasileiro”. É necessário trabalhar a temática afro-brasileira logo na graduação, para que erros sejam evitados na prática pedagógica, as instituições de Ensino Superior precisam qualificar os professores para ensinar não apenas conteúdos, mas como lembra Freire (1996) ensinar a pensar certo.

A resolução do Conselho Nacional da Educação (CNE) de 2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, como forma de regulamentar a alteração da Lei 9.394/96 e assegurar políticas de ações afirmativas no que tange a correção de desigualdades raciais e sociais. Essa política curricular refere-se a todos os níveis, modalidades, redes (públicas e privadas) e especialmente programas de formação inicial e continuada de professores, servindo conforme o art. 2º como orientações, princípios e fundamentos para o planejamento, execução e avaliação da Educação.

Essas diretrizes tem a finalidade de alcançar o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura afro-brasileira, visando a democracia brasileira. No artigo 3 está expresso que “será desenvolvida por meio de conteúdo, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas” podendo contar também com a parceria de grupos do Movimento negro e pesquisadores da área.

Art. 5º Os sistemas de ensino tomarão providências no sentido de garantir o direito de alunos afrodescendentes de freqüentarem estabelecimentos de ensino de qualidade, que contenham instalações e equipamentos sólidos e atualizados, em cursos ministrados por professores competentes no domínio de conteúdos de ensino e comprometidos com a educação de negros e não negros, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação. (MEC/SECAD, 2004, p. 32)

A escola precisa dispor de uma boa condição física, material, intelectual e afetiva, pois o processo de ensino e aprendizagem não se limita a transmissão de conteúdo curricular. Cabe ao Estado promover e incentivar políticas de reparações, visando o desenvolvimento pleno de todos e a igualdade nas oportunidades. E ao sistema de ensino a promoção da formação continuada dos profissionais da educação e o incentivo a pesquisa, para potencializar seus conhecimentos e habilidades.

O ensino da história e cultura afro-brasileiro não precisa se restringir a uma disciplina ou a uma data comemorativa, mas pode está incluso no conteúdo das diferentes disciplinas do currículo escolar ou até mesmo de forma interdisciplinar, valorizando simultaneamente a autoestima da criança negra.

Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, entre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos... Dessa forma, entendo o processo educacional de maneira mais ampla e profunda. Poderemos avançar no nosso papel como educadores(as) e realizar um trabalho competente em relação à diversidade étnico-racial. (GOMES, 2008, p. 150)

A escola e todos os agentes da educação tem grande importância para emancipação dos sujeitos, por isso, trabalhar aspectos que correspondem com as inquietações dos educandos quanto a pluralidade racial é fundamental para fortalecer a identidade brasileira e valorizar as raízes africanas que compõem a cultura nacional. Gomes (2001, p. 93) sinaliza que “enquanto a educação escolar discutir a questão racial como um “problema do negro”, negando-se a integrá-la nas reflexões sobre a sociedade brasileira, continuaremos dando muito espaço aos mais diversos equívocos e a práticas intencionalmente racistas”. A escola precisa se posicionar

politicamente contra o racismo, pois trata-se de crime imprescritível e inafiançável, conforme prevê o Art. 5º, XLII da constituição Federal de 1988, é inaceitável que vidas negras continuem a perecer por causa da ignorância de uma sociedade hierárquica e desigual.

5. METODOLOGIA

5.1 Metodologia e procedimentos

A referente pesquisa é de cunho exploratório, pois, como afirma Gil (2008, p. 27) “tem como finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação e ampliação de saberes sobre a problemática proposta”. Desta forma proporciona ao pesquisador maior familiaridade com o tema a ser pesquisado, pois delimita o campo de trabalho, objetivando compreender o seguinte problema “de que maneira as práticas docentes contribuem para construção da identidade das crianças negras no ensino fundamental?” a fim de desenvolver ideias.

O objetivo geral se ocupa em compreender como as práticas docentes contribuem para a construção da identidade de estudantes negros dos anos iniciais do ensino fundamental em Mutuípe-BA. Enquanto compete aos objetivos específicos o ato de conhecer as práticas docentes no que se refere ao trabalho com a negritude; investigar quais as práticas docentes contribuem para a formação da identidade das crianças negras; perceber como o trabalho com identidade negra influencia na construção do sujeito.

Para a realização inicial do trabalho, fez-se necessário o levantamento bibliográfico, possibilitando o estudo através de materiais já elaborados por outros autores, de acordo com Gil (2002, p. 45) “a principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”, ampliando assim o conhecimento referente ao tema pesquisado e contribuindo na definição do campo de interesse do pesquisador.

Realizar pesquisas de fontes secundárias antes de ir e depois, possibilita compreendermos alguns fenômenos que encontraremos. Segundo Lakatos (2003, p.183) “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto”, contribuindo significativamente na ampliação e compreensão do tema, além de propiciar novos saberes. Entendendo pesquisa bibliográfica como conteúdos consumido antes de realizar a pesquisa para embasar meus conhecimentos sobre os conceitos abordados nesta monografia. Utilizando poucos, porém essenciais, pesquisadores das áreas.

A abordagem desta monografia é qualitativa e quantitativa, porque enquanto a primeira é menos formal e de acordo Gil (2002, p. 133) “Pode-se definir esse processo como uma sequência de atividades, que envolve a redução dos dados, a categorização desses dados, sua

interpretação e a redação do relatório”. A segunda abordagem (quantitativa), no entanto é um tratamento estatístico dos dados obtidos, transformando-se geralmente em tabelas e/ou gráficos. Enquanto a pesquisa qualitativa preocupa-se com a presença ou ausência de um dado fragmento, a quantitativa ocupa-se com a frequência que eles aparecem, focando em contabilizar quantidades.

Devido ao cenário pandêmico atual, em conversa com a professora orientadora através de sala de reunião virtual, refletimos sobre as dificuldades de realizar o trabalho da forma que foi pensada no princípio, com a pesquisa de campo, observação e entrevista semiestruturada, pois o momento era de distanciamento social e mediante a isso os procedimentos metodológicos tiveram que ser alterados para preservar a vida.

Diante disso, elaboramos um questionário no Google forms para encaminhar as/os professoras/res dos anos iniciais do Ensino Fundamental responderem virtualmente. Fez-se necessário a ida em 4 escolas da cidade, para me apresentar e falar sobre esta monografia com as diretoras, no intuito delas repassarem através do grupo de Whatsapp da instituição escolar, minha carta explicativa e o link do questionário. Isso porque, no contexto do COVID-19 não seria possível contato presencial com cada profissional da educação.

Apenas em uma das escolas, foi solicitado pela diretora a realização do convite para a participação da pesquisa de forma direta com as professoras durante um encontro de planejamento, que aconteceu no dia 20 de outubro de 2021, fazendo-se presente as professoras regentes, diretora e coordenadora pedagógica. Minha explanação foi breve, apresentei oralmente meus objetivos gerais e o problema que pretendia responder, após esse momento, passei o questionário impresso no intuito de tranquiliza-las sobre as perguntas e confidencialidade dos nomes originais.

Aos professores de convívio próximo, o contato foi encaminhado através do aplicativo de mensagens. Para todos os convidados a pesquisa, foi enviado uma carta para explicar sobre os objetivos da pesquisa, sua relevância e a necessidade de obter respostas, levando o participante a se interessar pela temática e se dedicar a responder dentro do prazo estabelecido. Na mesma, consta algumas instruções para o preenchimento, o termo de consentimento e o agradecimento prévio pelo aceite e participação no trabalho.

A coleta de dados foi feita através da análise do questionário que continha perguntas abertas e fechadas, enviado através da rede social (Whatsapp). O questionário é um instrumento constituído por um conjunto de perguntas destinada a obter informações de forma escrita do

sujeito pesquisado, sem que aja a presença do pesquisador no momento do preenchimento. Sobre isso Severino (2007. p. 125) pontua que “As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas”. Devendo também estar condizente com os objetivos da pesquisa.

Consideramos importante realizar um pré-teste antes de mandar o questionário definitivo para os professores/as. O questionário conteve 45 questões, de fácil compreensão, podendo ser rapidamente respondidas pelos participantes. Conforme descrito por Lakatos (2003, p.203) “O questionário deve ser limitado em extensão e em finalidade”, a quantidade de perguntas foi considerada adequada (nem muitas, nem poucas) para não gerar desinteresse, estando também organizada por ordem, grupo de perguntas e coerência textual.

Na etapa seguinte fez-se a distribuição do questionário via rede social dos professores/as. Conforme respondida as perguntas, foi realizado a codificação, categorizando respostas que se relacionam; a tabulação, agrupando os dados em tabelas; análises, relacionando os dados obtidos com outros fatores, na pretensão de encontrar respostas e estabelecer relações com as hipóteses; e por fim interpretação, procurando dar um significado mais amplo vinculando-se a outros conhecimentos.

Nos atentamos para não elaborar um questionário muito extenso com perguntas que dessem margem a variadas interpretações. As perguntas foram organizadas iniciando das perguntas mais fáceis, deixando as complexas para o final, para não ocasionar insegurança no respondente. Segundo Gil (2008) as perguntas podem ser classificadas em muitas modalidades, dentre elas destacamos três: questões abertas, fechadas e relacionadas.

Questões abertas são aquelas que possibilita ao informante responder livremente, deixando-os (as) a vontade para expressar seu ponto de vista, como por exemplo:

Qual a sua opinião sobre a Lei 10.639/03?

Questões fechadas apresenta alternativas de respostas, limitando as opções, mas possibilitando a escolha de uma resposta que melhor revele a posição do participante, como por exemplo:

Você conhece a Lei 10.639/03?

() Sim

() Não

Nas questões relacionadas, as questões apresentam certa dependência das respostas dadas com a próxima questão, como por exemplo:

Você já ouviu falar da Lei 10.639/03?

() Se sim (responda a questão seguinte).

() Se não (responda a questão 03).

As respostas obtidas com as 45 questões formuladas, foram representadas por meio de gráficos gerados automaticamente pelo próprio aplicativo do Google forms e por quadros contendo a transcrição das respostas das perguntas abertas, afim de facilitar a visualização e compreensão dos dados. Depois, partimos para a análise, com a finalidade de responder o problema de pesquisa. A análise de conteúdo neste caso, faz-se necessário por apresentar uma apreciação crítica sobre o tratamento dado a pesquisa. Sendo utilizada no intuito de perceber as respostas e posteriormente interpretar os dados. Segundo Santos (2012, p. 383 apud Bardin 2011, p.15) "a análise do conteúdo é um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados".

5.2 Participantes da pesquisa

A pesquisa contou com a participação de 14 educadoras(res) que, ao aceitarem o termo de consentimento livre e esclarecido, se dispuseram a responder ao questionário elaborado no *Google Forms* e contribuir com as reflexões acerca da construção da identidade dos estudantes negros, por meio da prática docente destinada nos anos iniciais do ensino fundamental.

As/Os participantes foram majoritariamente do sexo feminino que lecionam em Escolas Públicas Municipais, dentre elas, apenas uma atua em escola privada. O convite tenha sido destinado a todos os professoras(es) de 4 escolas distintas do Ensino Fundamental, sendo duas instituições públicas municipais e duas privadas. A maioria das docentes se autodeclararam negras e possuem faixa etária de 31 a 60 anos. Dentre os sujeitos da pesquisa treze são mulheres e apenas um é homem, isso se justifica porque a uma predominância histórica do gênero feminino na pedagogia.

Os nomes das professoras/professor não serão divulgados, para preservar suas identidades, ainda que dez delas/es tenham confiado seus nomes para a pesquisa, sendo substituídos pelos nomes fictícios: Alice; Ana; Beatriz; Bruna; Cecília; Eloá; Helena; Isabela; Julia; Laura; Lívia; Maya; Maria e Pedro. Os resultados obtidos estarão representados por meio de gráficos e quadros para facilitar a visualização dos leitores.

Essas professoras atuam em escolas localizada na área urbana do município de Mutuípe-BA. Lembrando que esses centros atendem as series iniciais que compreende de 1º a 5º ano da educação básica, atuando com crianças de idade equivalente de 6 a 10 anos. O ensino Fundamental é a etapa que dá início a alfabetização, através do desenvolvimento motor, social e cognitivo, alargando as atividades lúdicas vividas na educação infantil e fortalecendo a identidade individual.

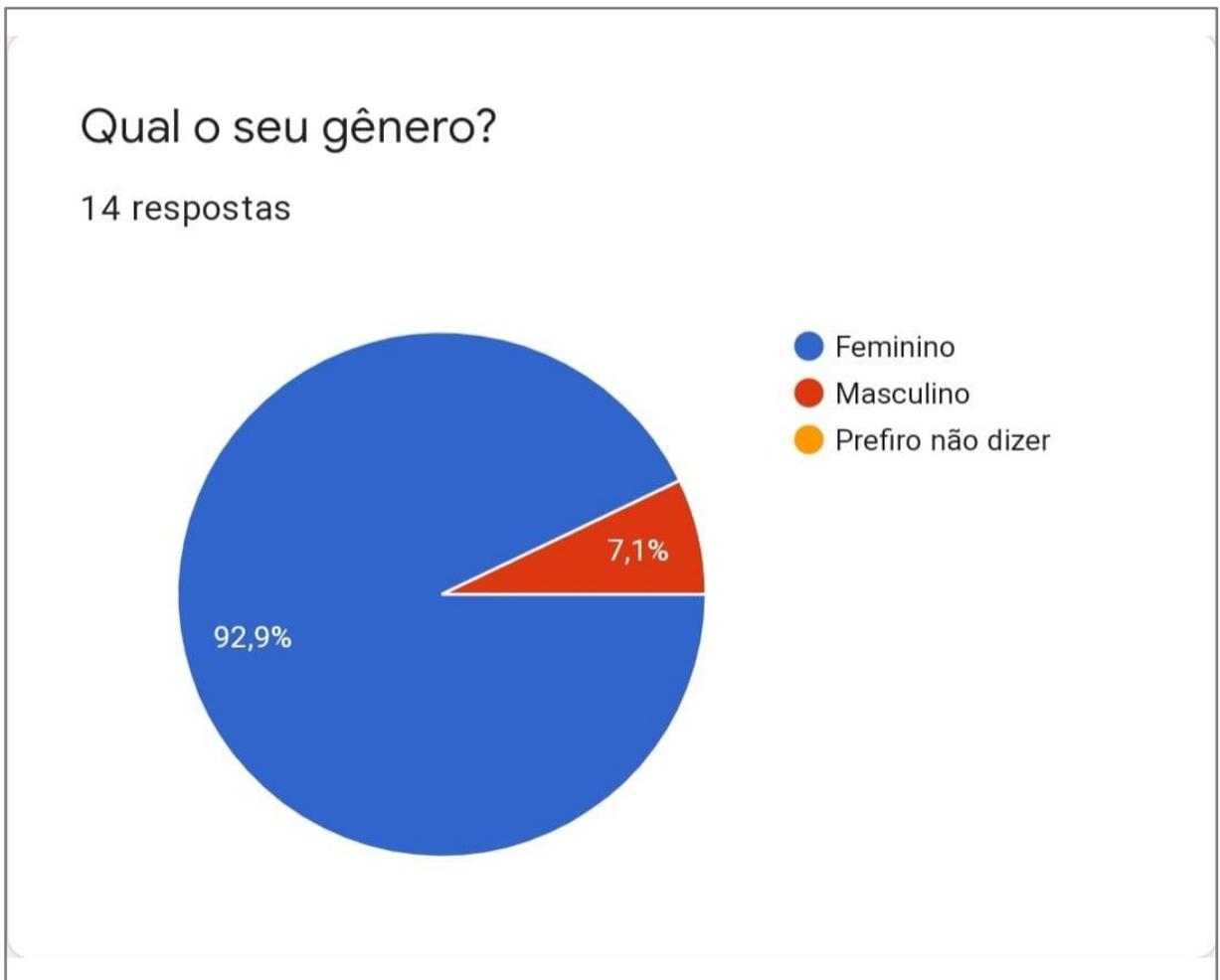
6. RESULTADOS E ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo será apresentado as reflexões acerca dos resultados obtidos por meio do questionário, afim de compreender se o objetivo principal que é compreender como as práticas docentes contribuem para a construção da identidade de estudantes negros e negras dos anos iniciais do ensino fundamental em Mutuípe-BA, foi alcançado.

O questionário utilizado como instrumento de coleta de dados, foi dividido em três categorias: Identificação pessoal, para obtenção de informações básicas referente aos sujeitos da pesquisa; informação profissional para perceber o nível de formação acadêmica, tempo, turma e escola de atuação, afim de fazer conexões com as respostas que se seguiriam; E educação/docência e identidade étnico-racial, para compreender como tem sido discutido e exercitado a temática étnico-racial no contexto de sala de aula.

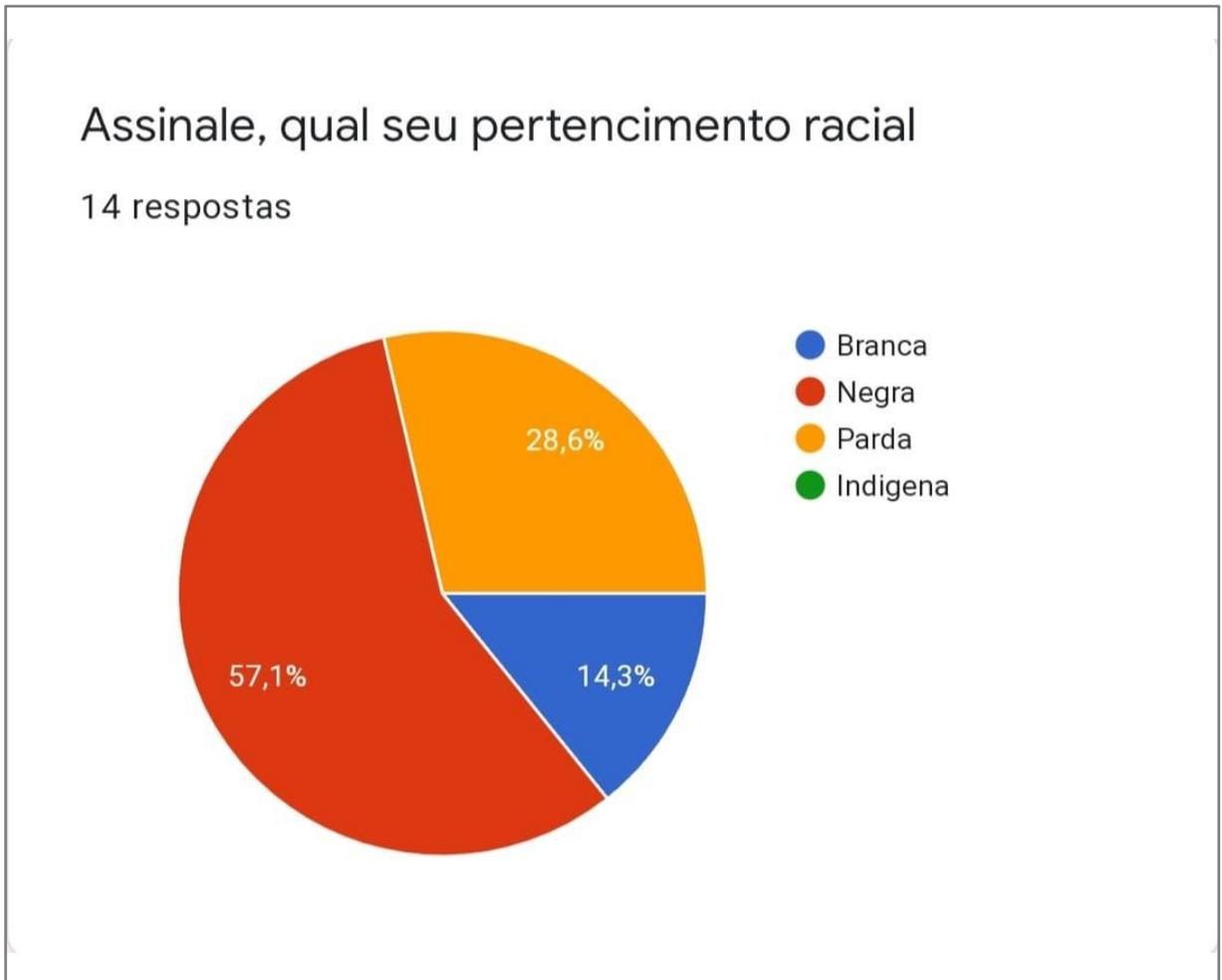
Dos pedagogos pesquisados, cujo nomes fictícios são: Alice; Ana; Beatriz; Bruna; Cecília; Eloá; Helena; Isabela; Julia; Laura; Lívia; Maya; Maria e Pedro (apresentados nos quadros 1 e 2), apenas um representa o gênero masculino (gráfico 1). Seus pertencimentos raciais variaram entre branco, negro e pardo (Gráfico 2) e a faixa etária é entre 31 a 60 anos (gráfico 3), como mostram as representações gráficas a seguir:

Gráfico 1- Gênero dos docentes.



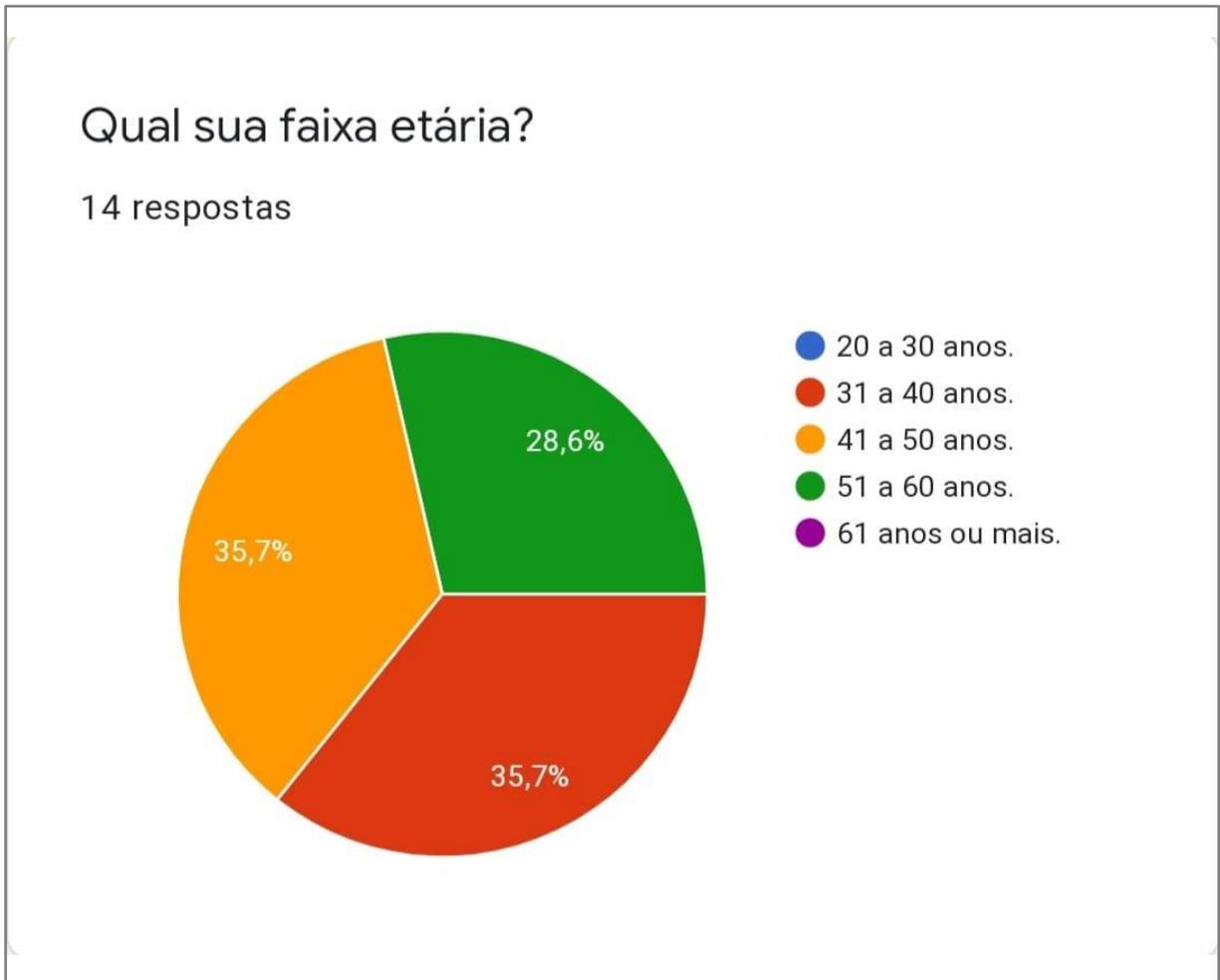
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 2- Pertencimento racial dos docentes.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

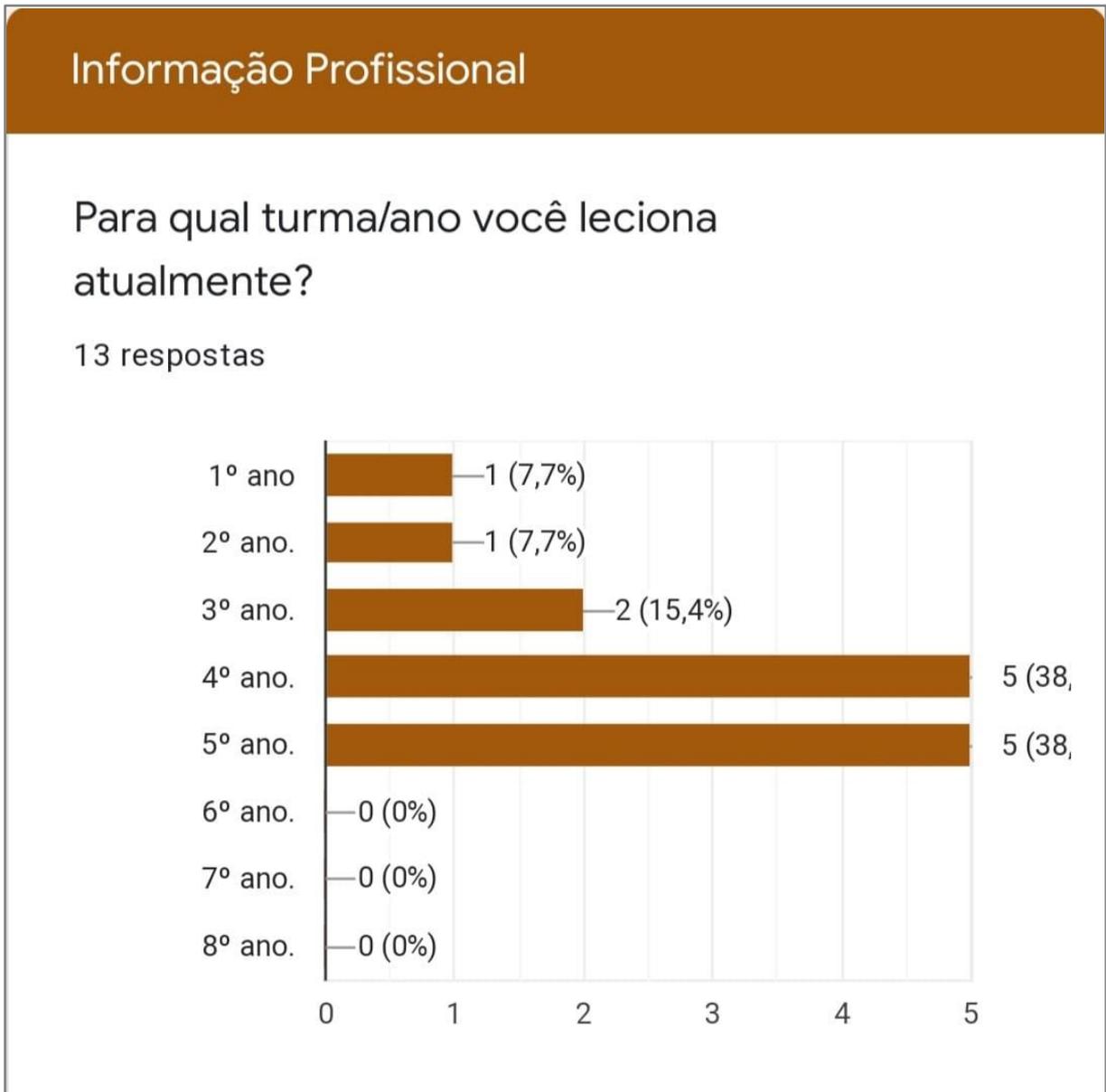
Gráfico 3- Faixa etária dos docentes.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

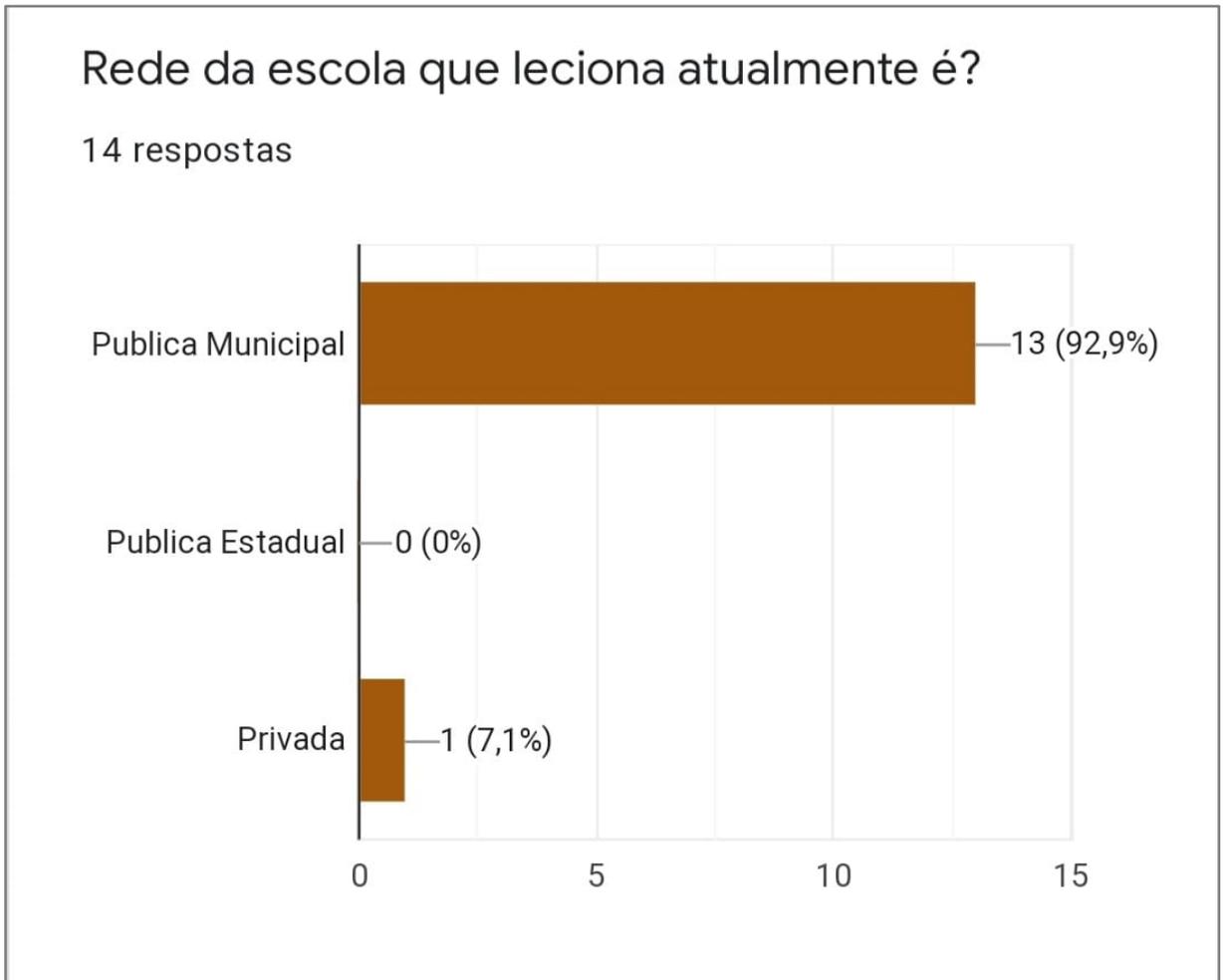
As informações profissionais nos ajudam a conhecer o contexto de trabalho ao qual os professores participantes da pesquisa estão inseridos. Grande parte desses docentes atua no 4º ou 5º ano do ensino fundamental, em escola municipal e possuem mais de 20 anos de carreira, contribuindo na formação integral de diversas crianças. A formação acadêmica concentra-se em duas professoras com graduação, cinco com pós-graduação e sete com especialização na área da educação, os gráficos 4, 5, 6 e 7 representam melhor essas informações.

Gráfico 4- Turma/ano que lecionam atualmente.



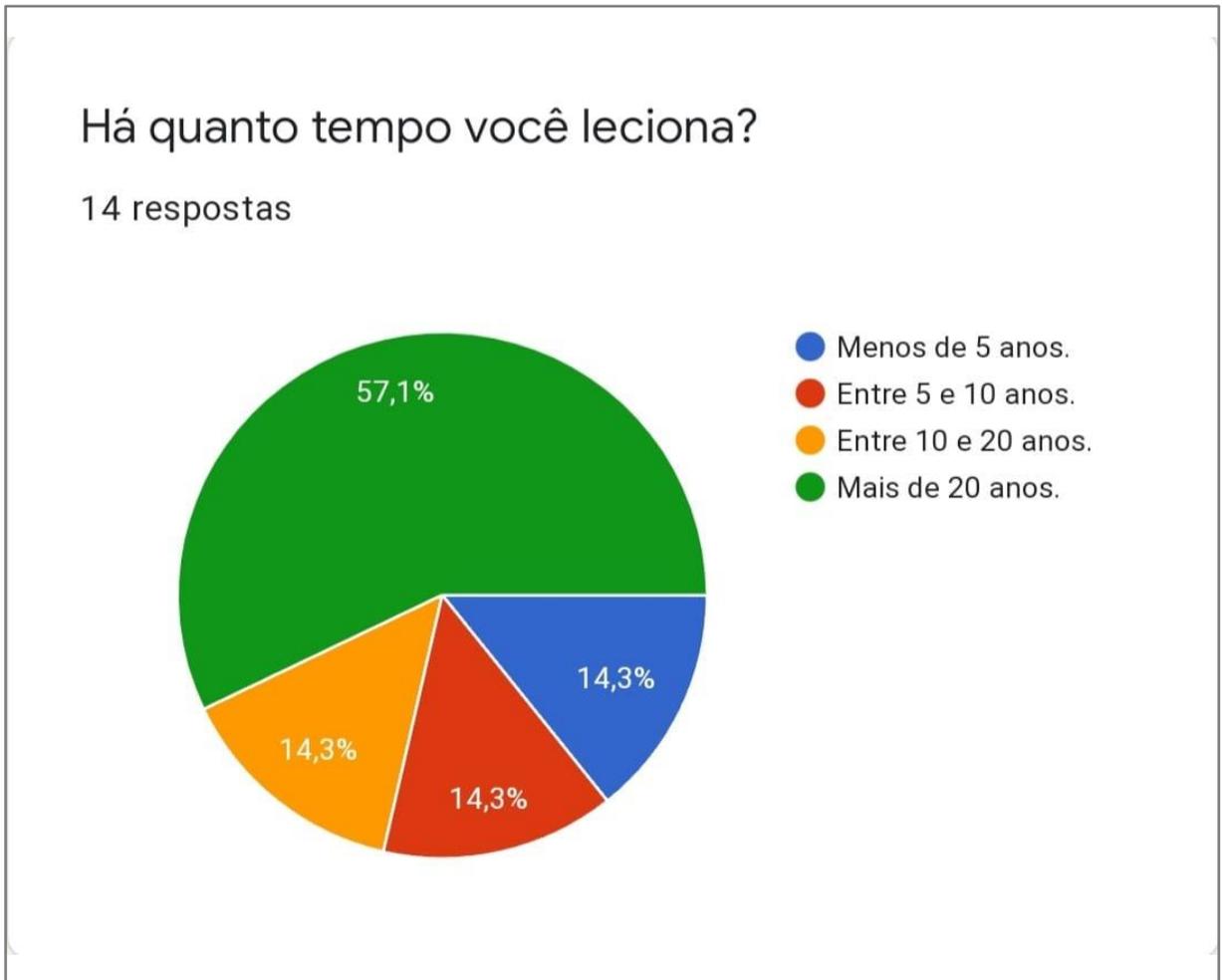
Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 5- Rede de escola que lecionam atualmente.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 6- Tempo de atuação na docência.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

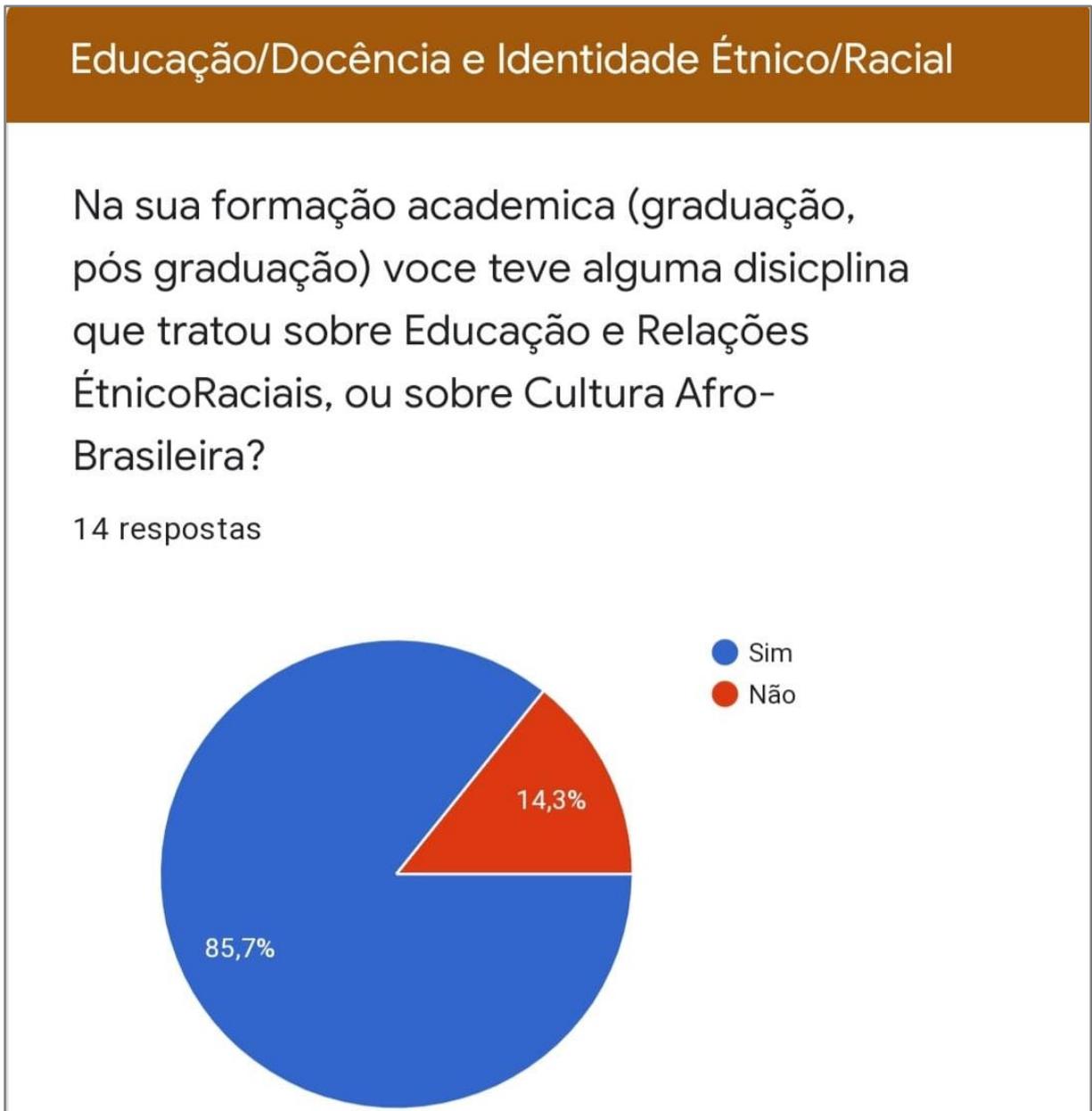
Gráfico 7- Formação acadêmica do pedagogo.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A última seção do questionário tratou da prática docente de forma mais pontual, focando nas percepções das(os) educadoras(es) e sua postura no processo de ensino aprendizagem frente a aplicação da história e cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Ao ser questionados sobre ter tido contato na formação acadêmica com disciplinas voltadas para as relações étnico-raciais, apenas duas sinalizaram não ter tido este componente educativo na graduação (Gráfico 8).

Gráfico 8- A formação acadêmica ensinou sobre as relações étnico-raciais e/ou cultura afro-brasileira?

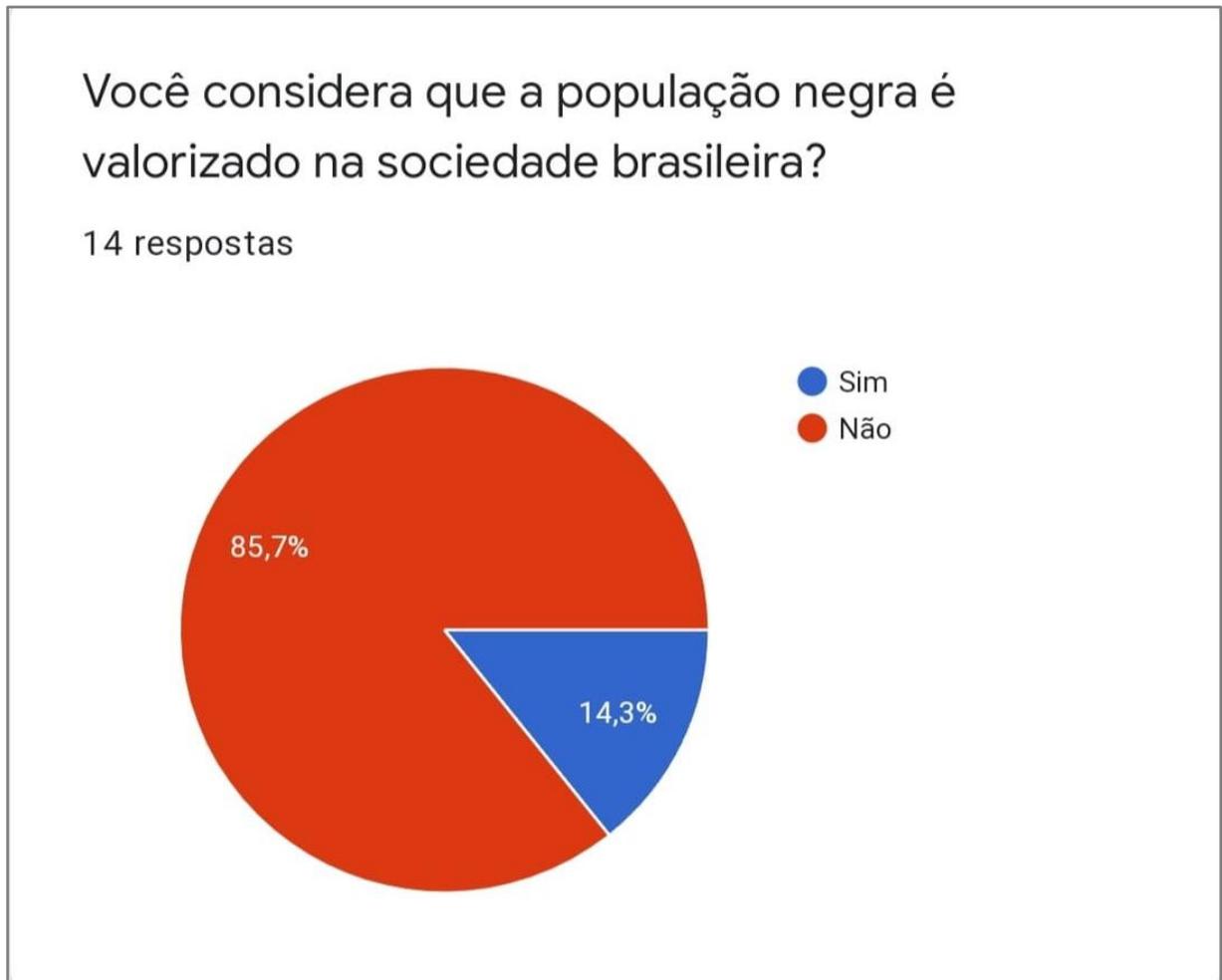


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Isso pode ser justificado pelo tempo que ocorreu a licenciatura dessas docentes, pois, somente no ano de 2003 que a Lei 10.639 entrou em vigor; e em 2004 que o Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP) instituiu as Diretrizes Nacionais para Educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, incluindo a obrigatoriedade das instituições do Ensino Superior em incluir nos conteúdos e atividades curriculares referentes a educação das relações étnicos-raciais e relacionados aos afrodescendentes. Por isso “estudar a formação do professor, no que toca a sua visão sobre o negro, é crucial para se perceber em que medida a escola está preparada para lidar com a questão

racial” (SANT’ANA, 2008, p. 51), a aplicação da Lei é relativamente nova e dada sua relevância para a ascensão da pessoa negra é indispensável sua aplicabilidade nas instituições de ensino.

Gráfico 9- Percepções sobre a valorização da população negra na sociedade brasileira.

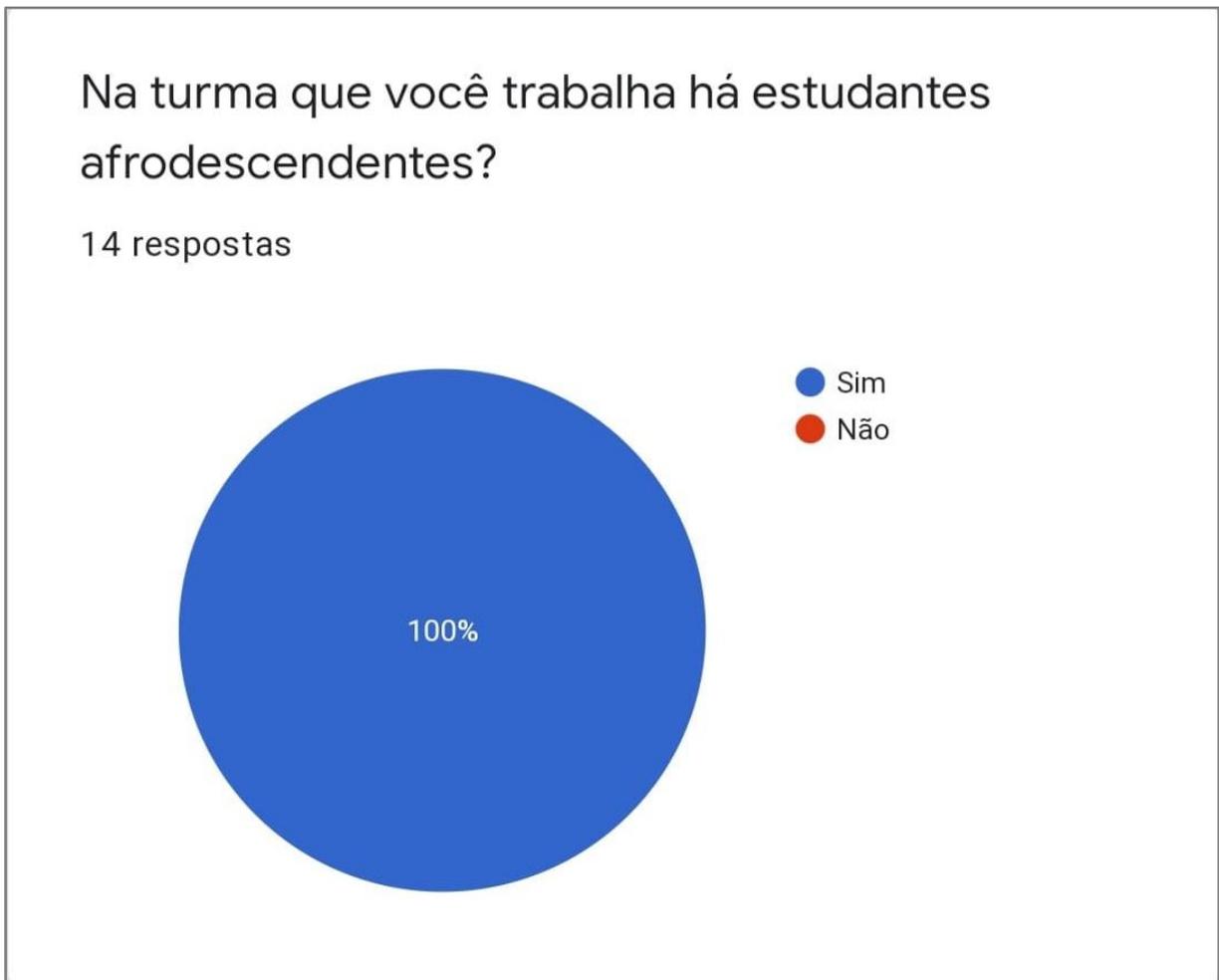


Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Ainda que haja no imaginário social a concepção que a população negra é valorizada (gráfico 9), essa valorização ainda caminha a passos curtos na sociedade brasileira, isso porque como afirma Gomes (2008, p.144) “no Brasil, o racismo ainda é insistentemente negado no discurso do brasileiro, mas se mantém presente nos sistemas de valores que regam o comportamento da nossa sociedade, expressando-se nas mais diversas práticas sociais”. As políticas de reparações se propõem a corrigir as desigualdades, por meio de ações afirmativas orientadas para equidade, com vista em corrigir as desvantagens e marginalização dos grupos

sistematicamente excluídos, no entanto, a negação do racismo e a manutenção dos privilégios da branquitude, impedem o avanço social.

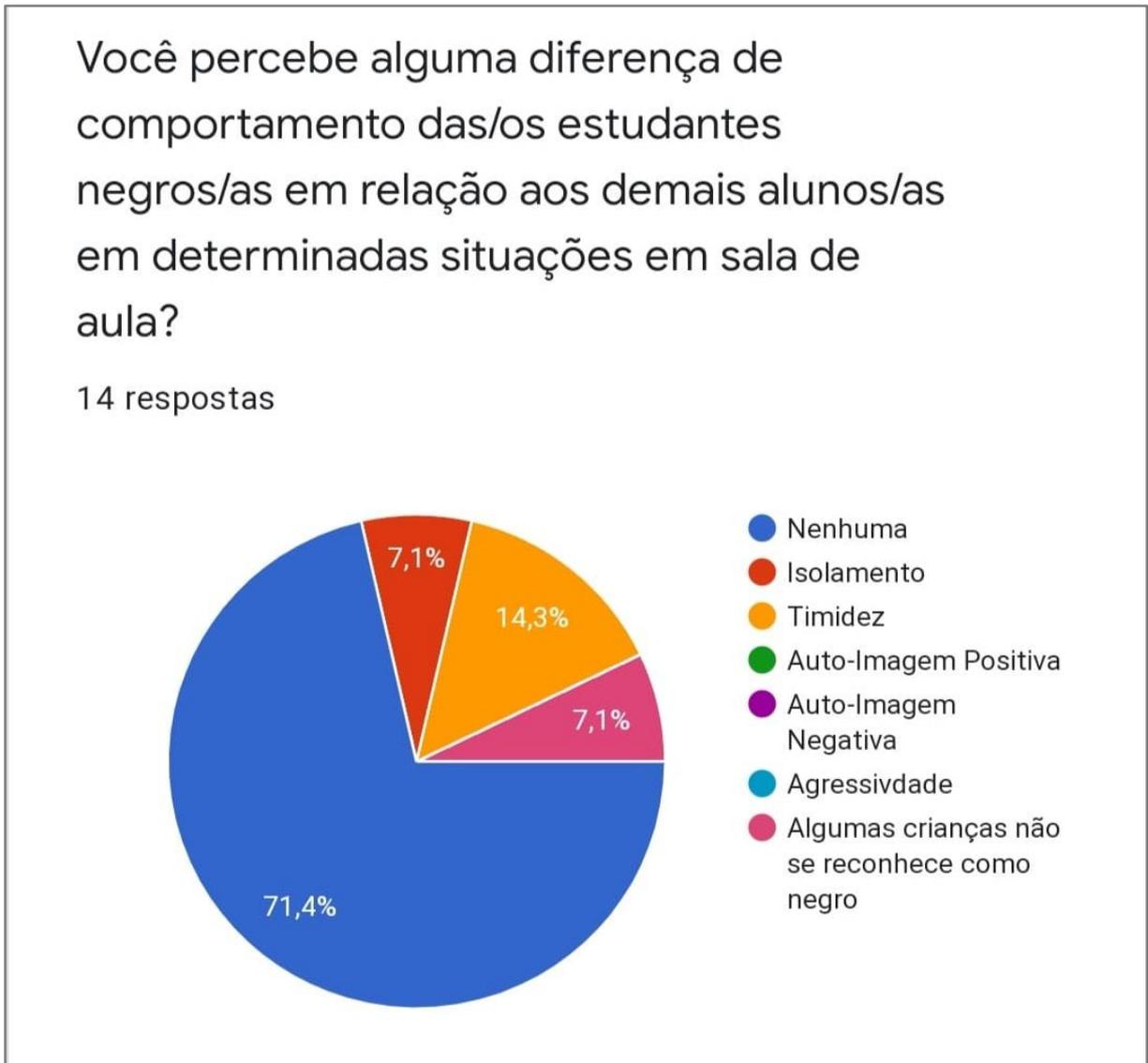
Gráfico 10- Trabalham com discentes afrodescendentes.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Como lembra Ribeiro (2019) A população negra representa 56% da população, o que torna o Brasil a maior nação negra fora da África, sendo assim, é de se esperar que tenham alunos afrodescendentes dentro de uma turma (gráfico 10), especialmente nas escolas públicas municipais e também considerando a miscigenação presente na população mutuiense.

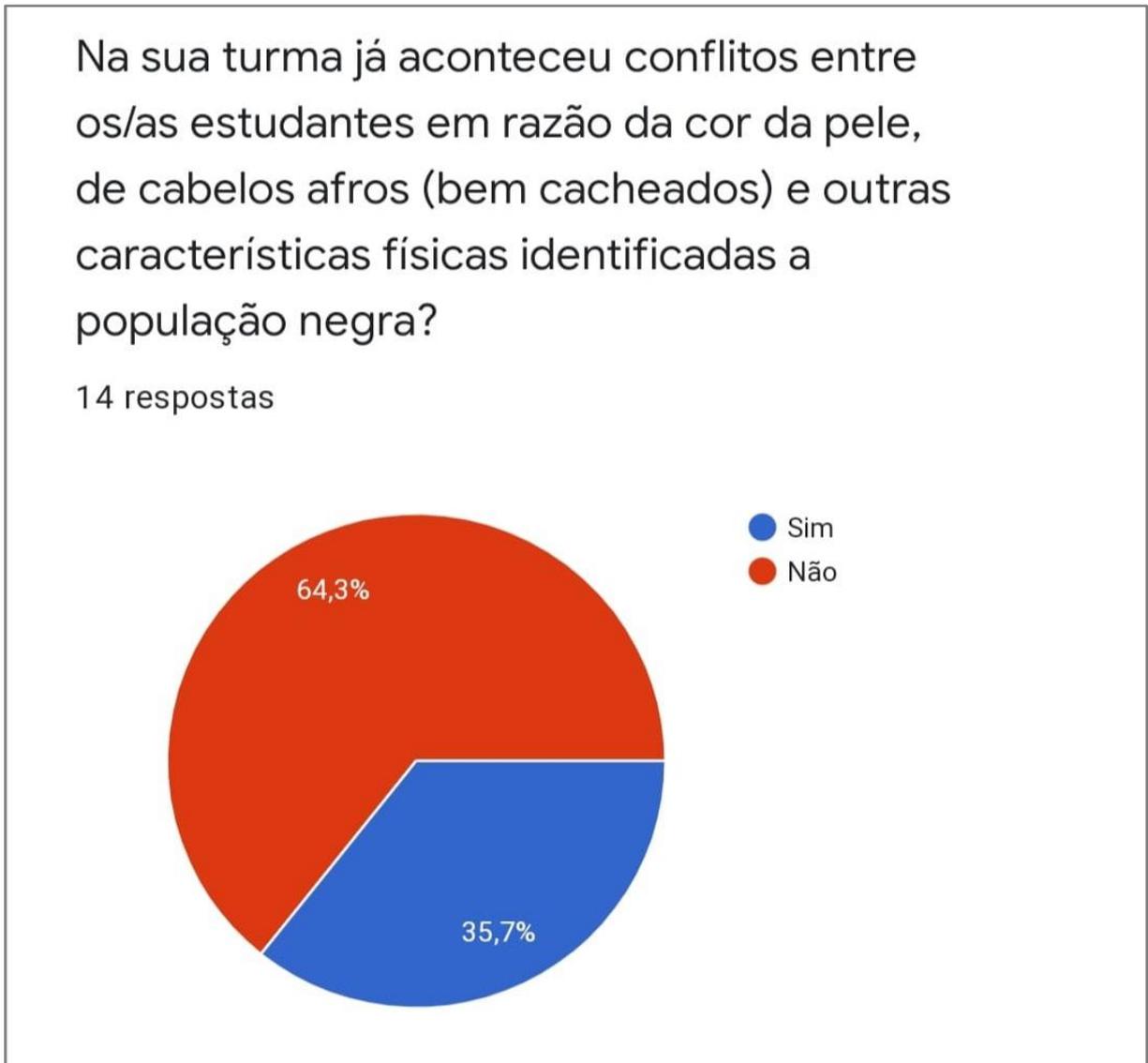
Gráfico 11- Diferença de comportamentos entre raças na sala de aula.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A invisibilidade e estereótipos pode conduzir o povo negro a desenvolver comportamento de auto rejeição, devido a veiculação de uma imagem negativa do negro e positiva do branco, o que alimentam a teoria de inferioridade/superioridade entre os povos. O resultado dessa discriminação pode acarretar diferentes sentimentos na criança, levando-o a agir com resistência/agressividade por não saberem como argumentar ou reagir no momento que são ofendidos, ou optem por evitar aparições para não ser alvos das “brincadeiras” negativas de outros colegas, tornando-se tímidos ou isolados, também têm aqueles que não se estimam enquanto negros, buscando se aproximar das pessoas vistas positivamente, esses aspectos ficam evidentes nas respostas representada acima (gráfico 11)

Gráfico 12- Conflitos decorrentes da cor da pele e traços negroides.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Conflitos desse tipo são recorrentes nas escolas, pois os estudantes não chegam vazios, eles trazem consigo os conhecimentos obtidos no meio social que está inserido, muitas vezes carregados de preconceitos, pois, foi a forma que aprendeu observando e ouvindo seus pares. Soares (2011, p. 66) afirma que:

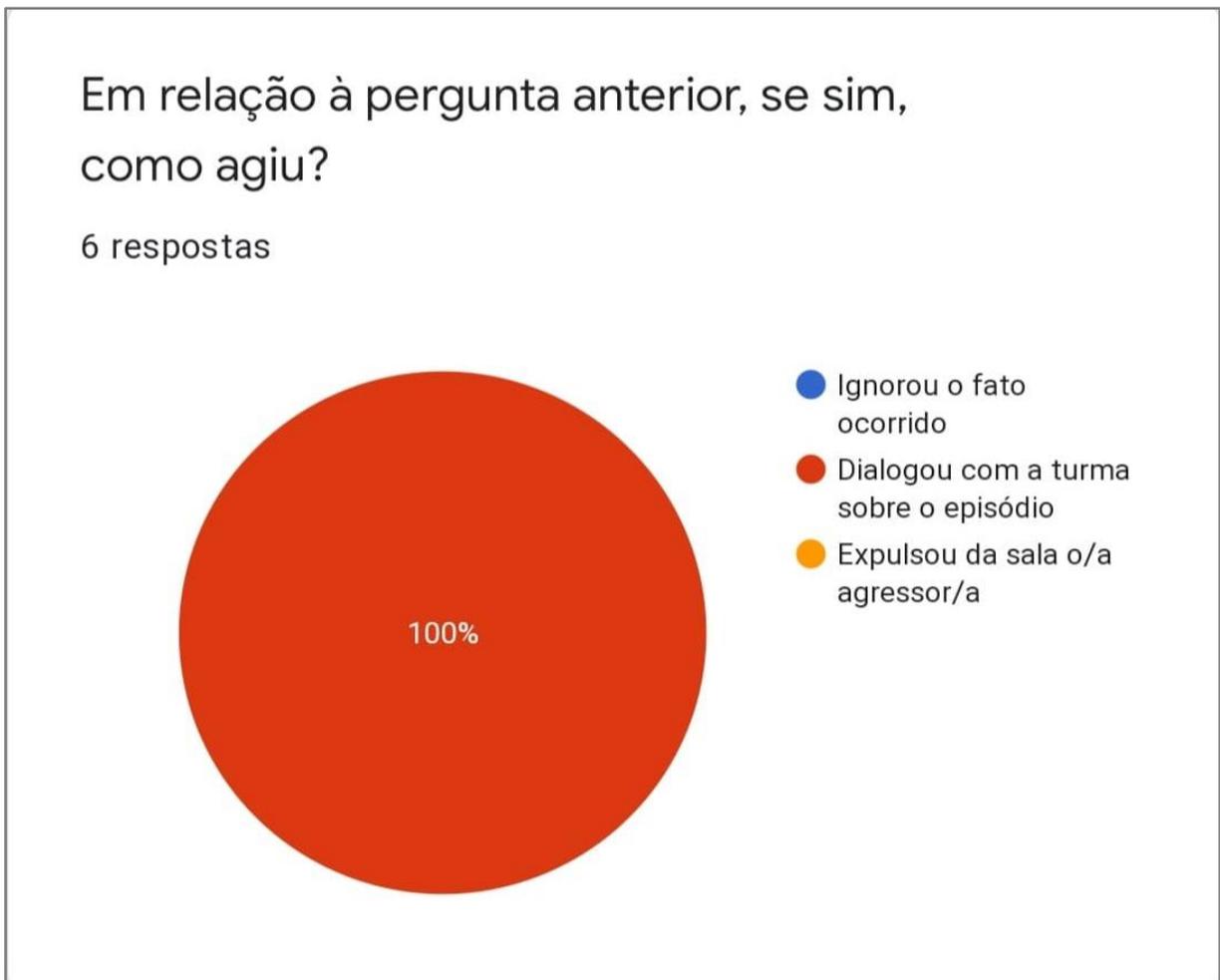
As instituições sociais – família, escola, Estado e igreja -, como modeladoras das representações coletivas e das identidades, exercem uma força coercitiva sobre as representações individuais. Essas instituições às vezes, reproduzem processos sócio-históricos distorcidos e acabam caindo na armadilha de reproduzirem irracionalidades sócias, sem refletir sobre o malefício social que causam. (SOARES, 2011, p. 66)

Vemos que essas instituições formativas constroem a percepção da criança sobre si mesmo e sobre o outro, embora apenas 5 professores tenham sinalizados conflitos em razão da cor da pele, textura dos cabelos ou outras características físicas identificadas nas pessoas negras

(gráfico 12), entende-se que esses conflitos é reflexo de uma rede de reproduções irracionais passadas entre gerações.

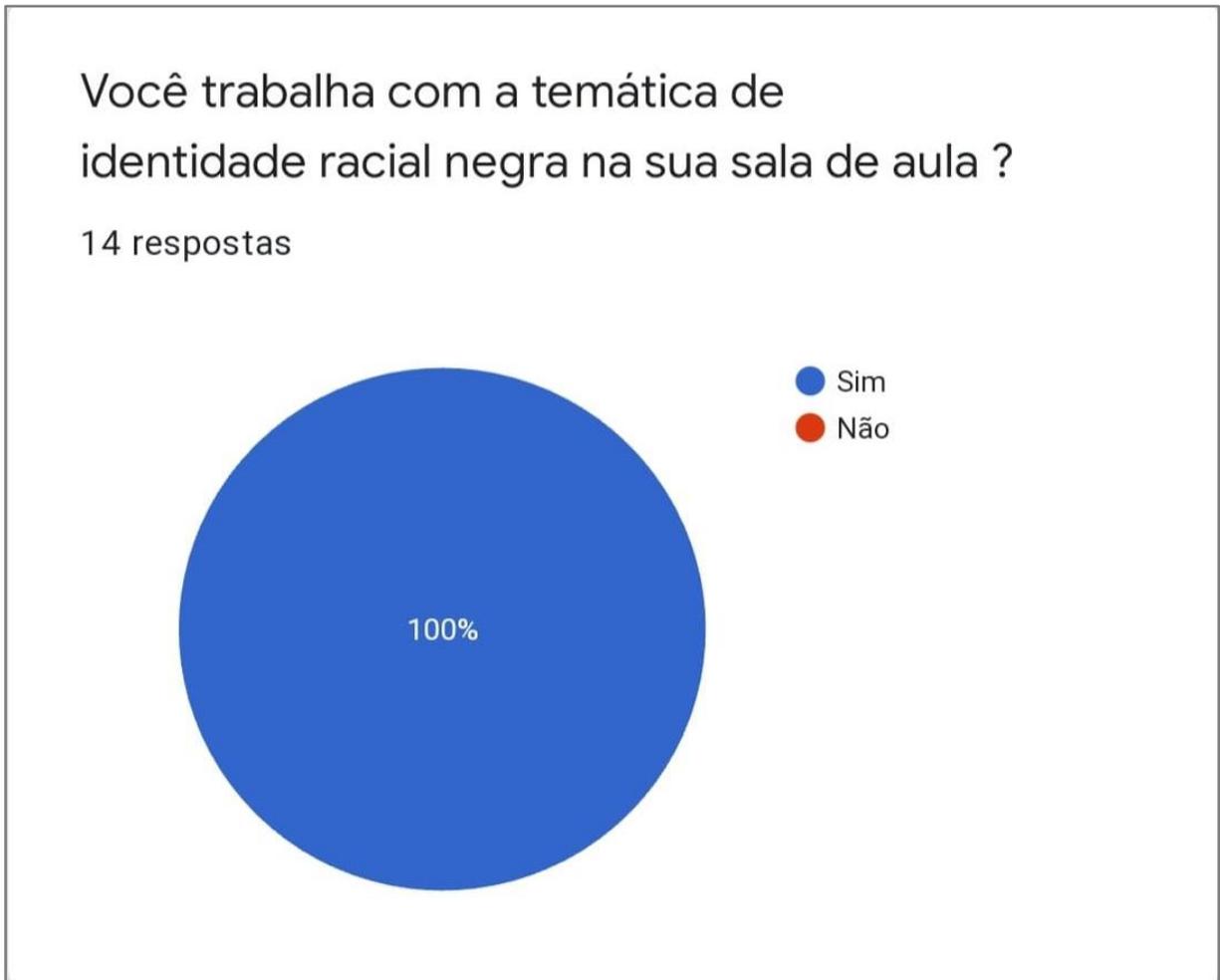
Quando situações assim acontecem é preciso chamar a atenção da turma e corrigir imediatamente o erro do estudante, para que não ocorram outras eventualidades do tipo. Santos (2001, p.106) situa que “situações de conflito são vistas como uma possibilidade de ação educativa; portanto, não precisam nem devem ser evitadas”. As educadoras sinalizaram ter uma atitude dialógica com a turma (Gráfico 13), estabelecendo a comunicação e o respeito no ambiente de aprendizagem.

Gráfico 13- Reação dos/das docentes frente a conflitos relacionados a cor da pele e traços físicos característicos do povo negro.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 14- Temática da identidade racial dentro da sala de aula.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

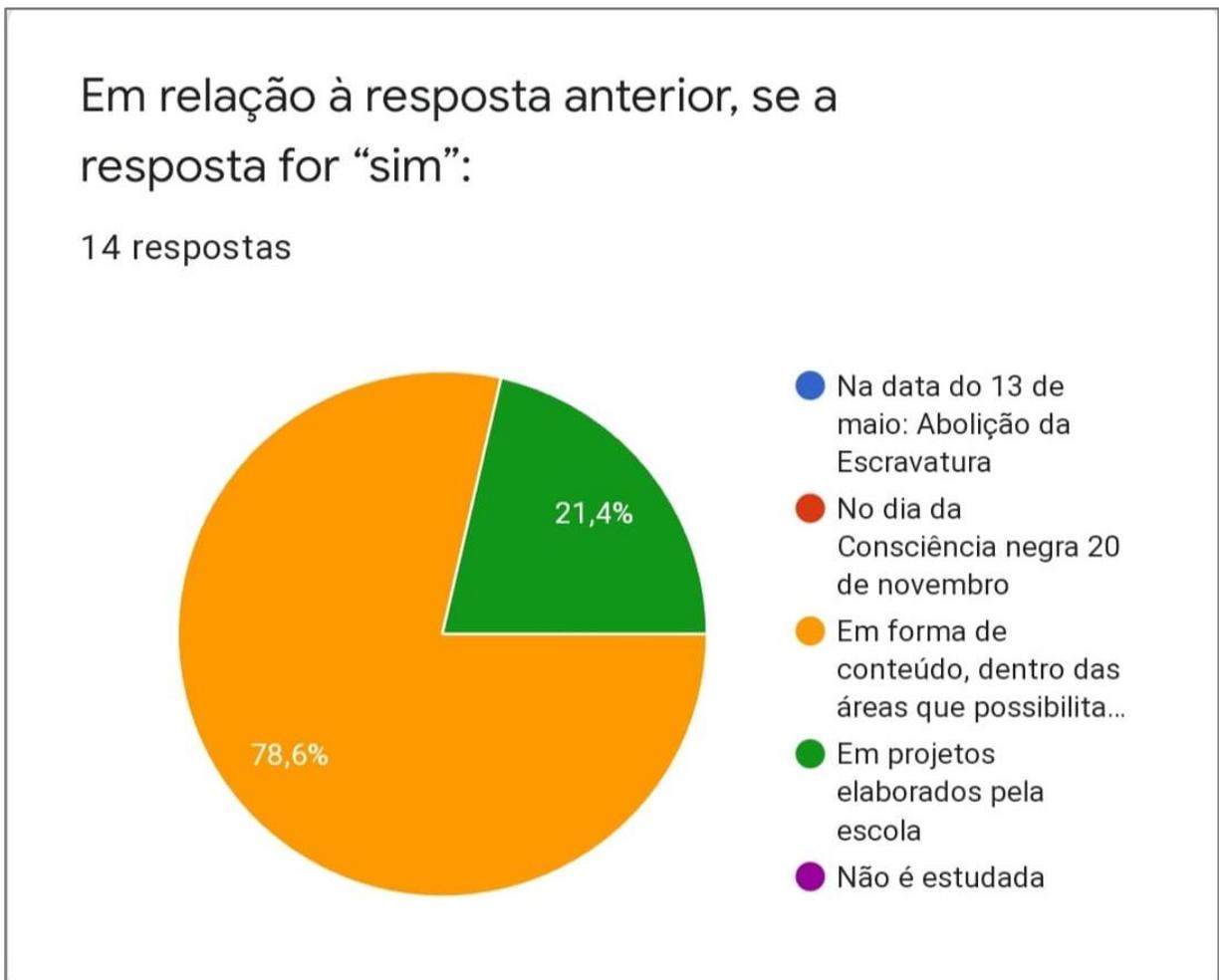
Como tratado anteriormente, o trabalho com o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana é obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental, médio e superior, oficiais e particulares, conforme a Lei. 10.639/2003 e Diretrizes Nacionais para a Educação de 1/2004. Todas(os) educadoras(es) sinalizaram trabalhar com a temática da identidade racial (Gráfico 14), onde 78,6% introduzem em forma de conteúdo nas áreas que possibilitam tratar o assunto, e os outros 21,4% em projetos promovidos pela escola (Gráfico 15).

A participação do negro abrange diversas áreas e pode ser citada nos variados conteúdos e disciplinas, trabalhar-lo apenas quando a escola elabora projetos pode não ser o suficiente para construir uma identidade sólida.

Esse projeto não deve ser deixado apenas para os meses de novembro e maio, quando as datas comemorativas de Zumbi e da Abolição da Escravatura ensejam, na maioria das escolas, praticamente a única ocasião em que esses assuntos são abordados. Ao contrário, tal projeto precisa tornar-se uma realidade viva, constante e permanente dentro das escolas e sobretudo no contexto do processo de formação dos profissionais de ensino. (NASCIMENTO, 2001, p. 135)

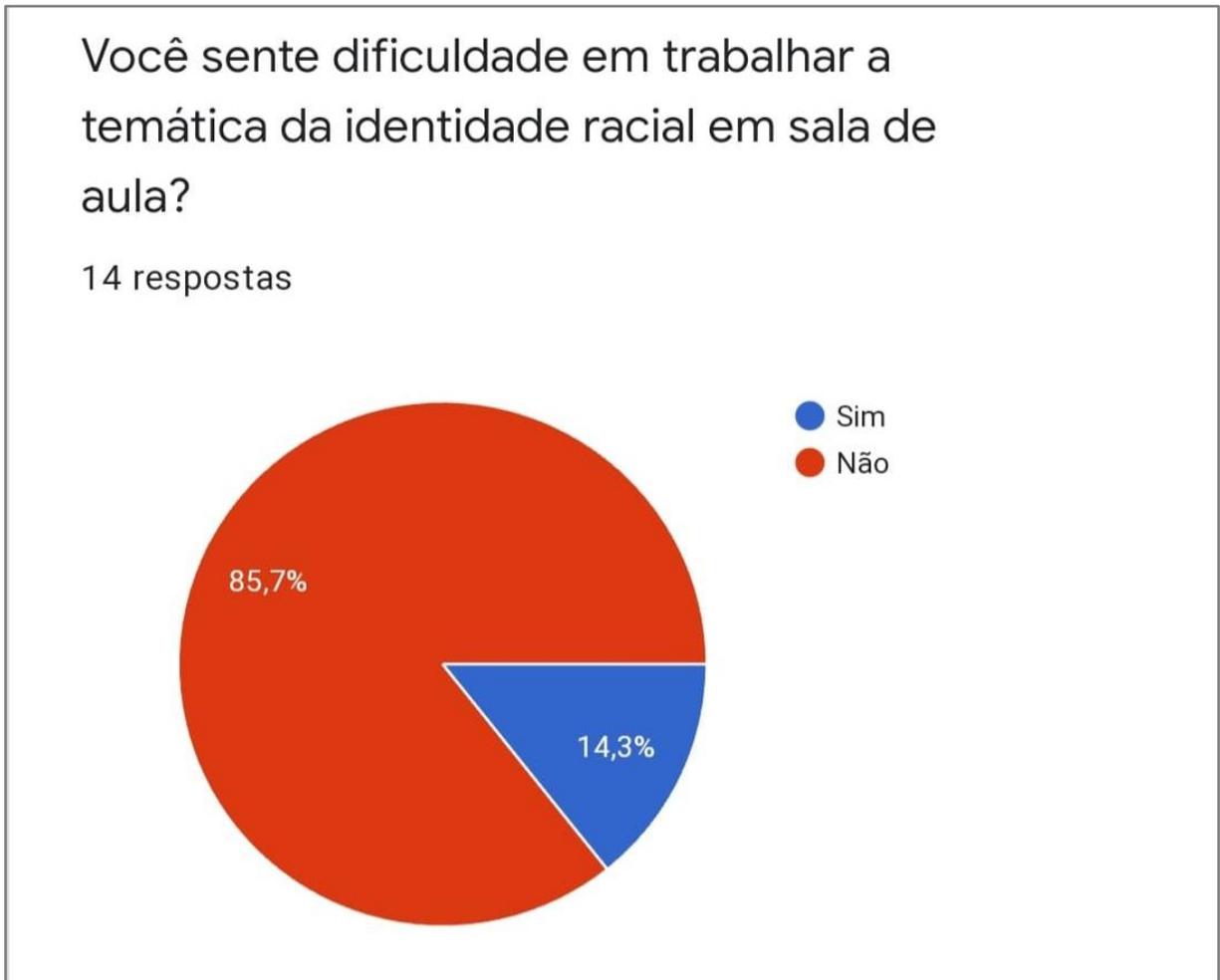
Se a população negra constitui maioria da população brasileira, não tem porque sua participação ficar relegada a segundo plano, compreendendo que é importante conhecer a história e cultura afro-brasileira para que aja a valorização racial.

Gráfico 15- Trabalhando com a identidade negra na sala de aula.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 16- Ha dificuldades em trabalhar a temática da identidade racial?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

“A prática pedagógica desenvolvida no dia-a-dia constitui um artefato de grande valor para mostrarmos aos alunos e às alunas o nosso respeito” (CAVALLEIRO, 2001, p. 157). Trabalhar com identidade racial é delicado pois perpassa a exposição de conteúdo teóricos, ele requer sensibilidade, afeto, dedicação e conhecimento do tema com a finalidade de gerar o sentimento de bem-estar no estudante.

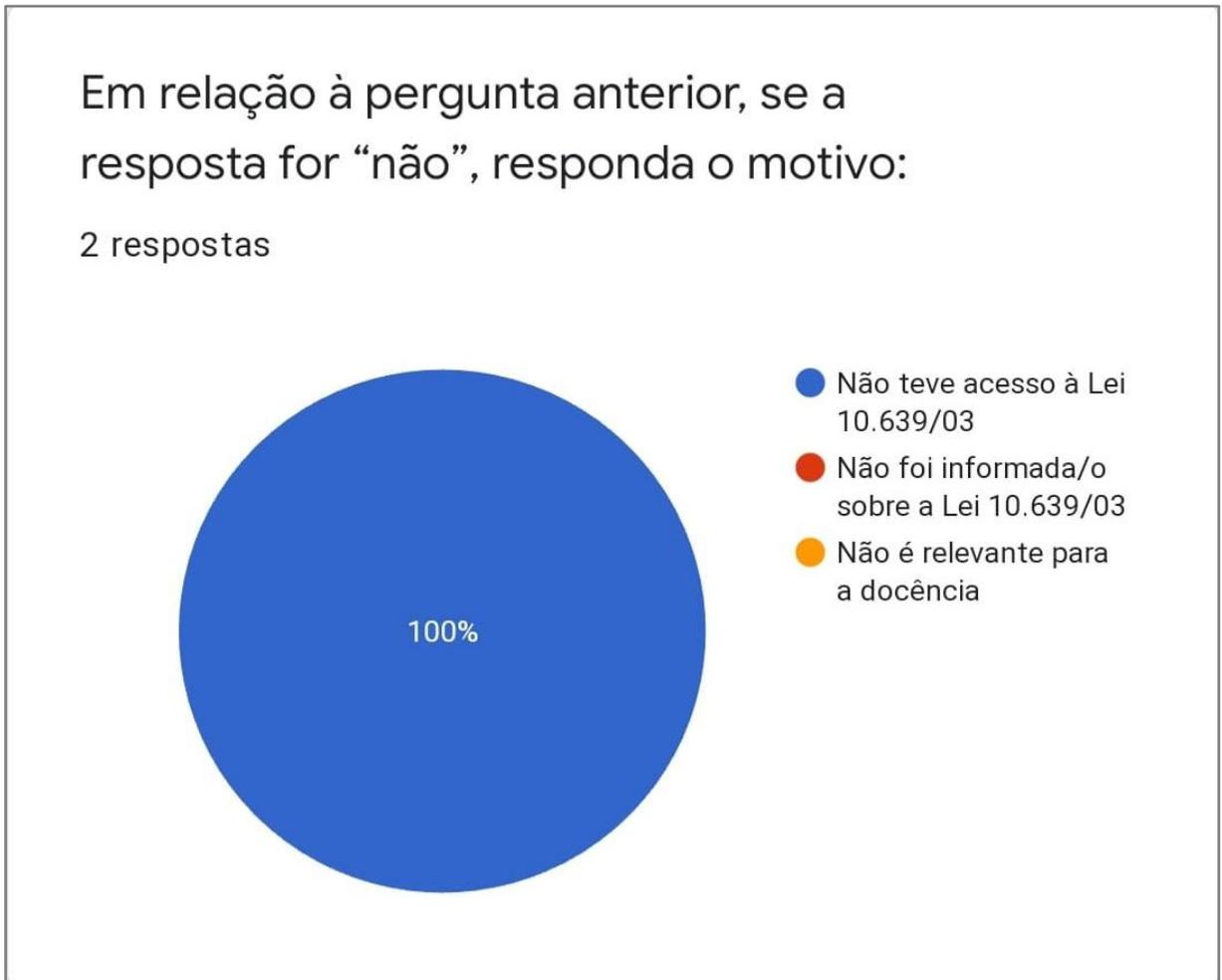
Gráfico 17- Conhecimento da Lei 10.639/2003.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

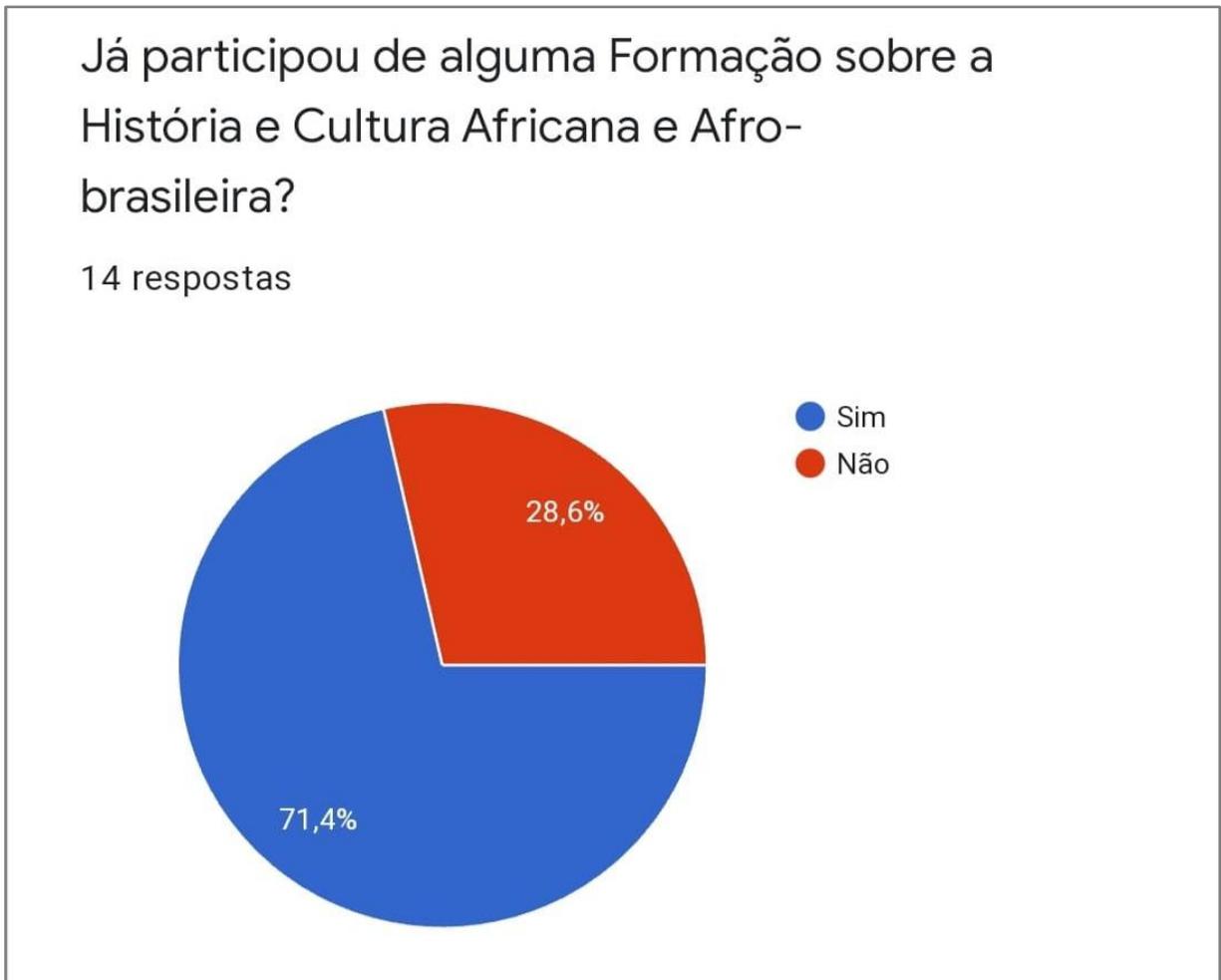
Dos professores que assinalaram não conhecer a Lei 10.639/03 (gráfico 17), justificaram posteriormente (gráfico 18) não ter tido acesso a referida Lei, que se trata de um instrumento importante para assegurar o reconhecimento, valorização e afirmação dos direitos sociais dos afrodescendentes através da educação.

Gráfico 18- Motivos para o desconhecimento da Lei 10.639/03



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

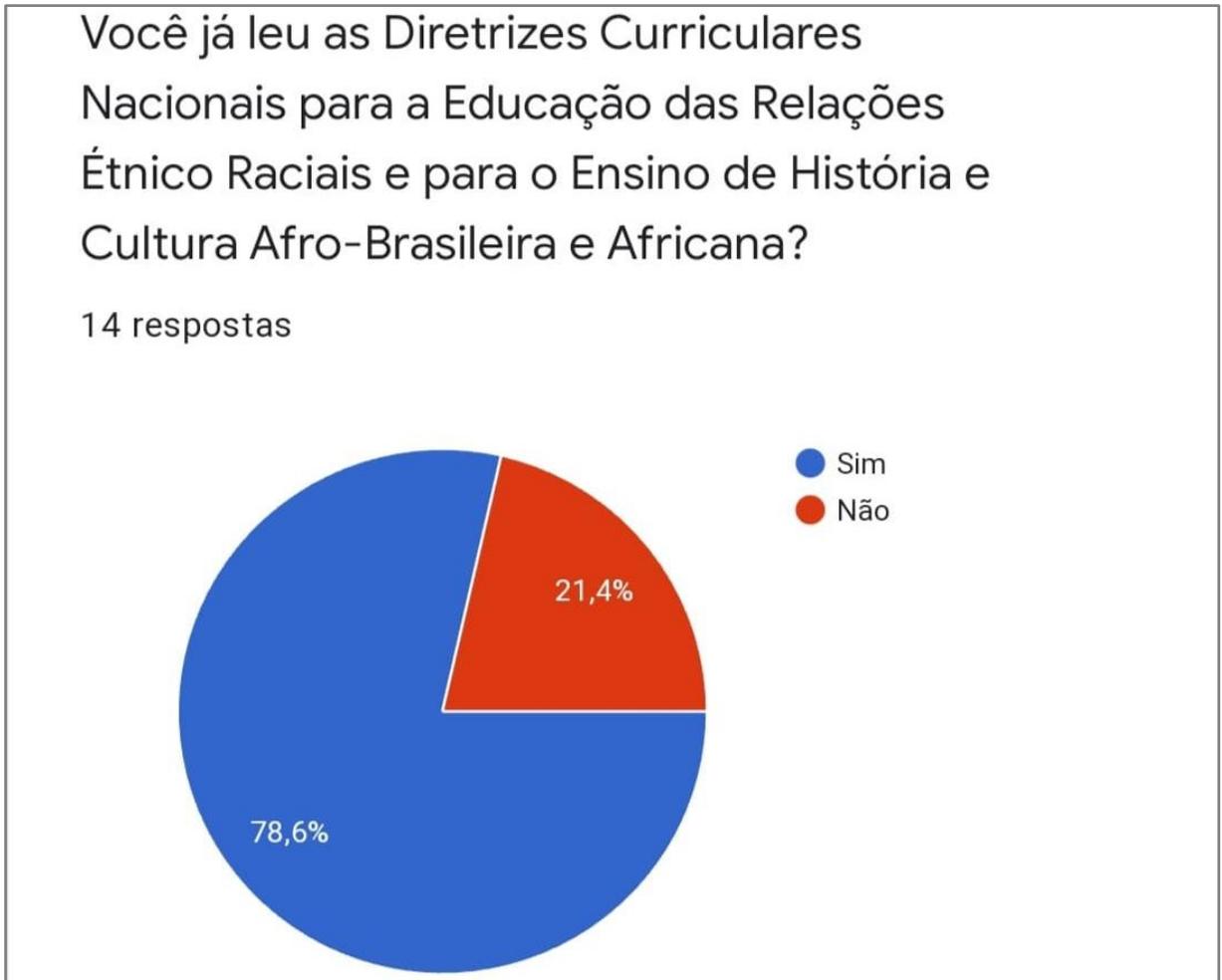
Gráfico 19- Docentes que participaram de formação voltada para História e Cultura Africana e Afro-brasileira.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

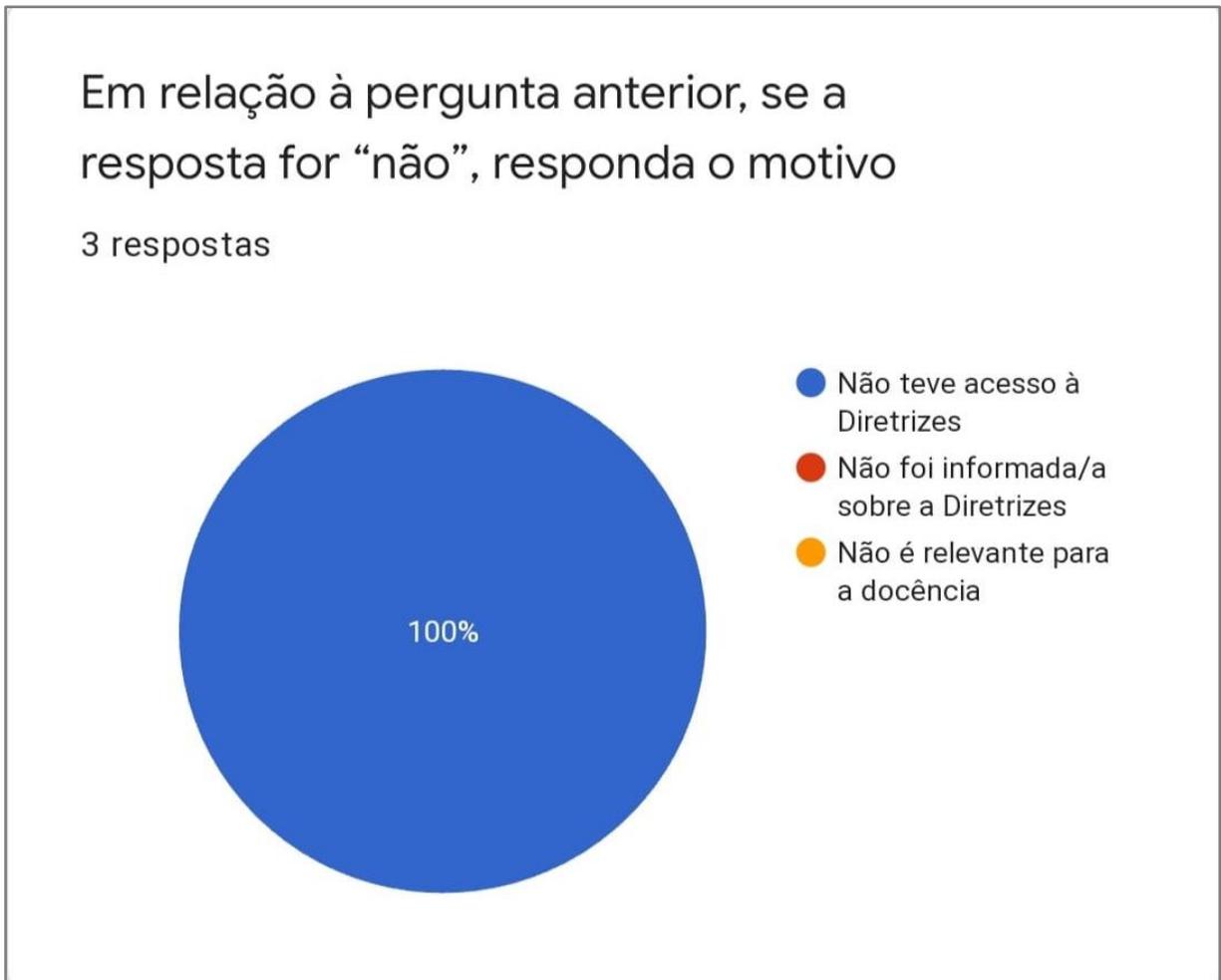
Buscar formações complementares é interessante para ampliar os conhecimentos, pois segundo Freire (1996, p. 16) “Não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino”, a curiosidade e a pesquisa deve estar presente na vida do educador, impulsionando a tornar-se um profissional mais preparado e consciente sobre os assuntos a serem trabalhados. Participar de formações voltadas para história e cultura africana e afro-brasileira demonstra que há interesse por parte desses educadores (gráfico 19) em aprender para ensinar.

Gráfico 20- Docentes que tiveram contato com a Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para a Educação das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 21- Motivos para não ter lido as Diretrizes das Relações Étnico-Raciais e Ensino de História e Cultura afro-Brasileira e Africana.



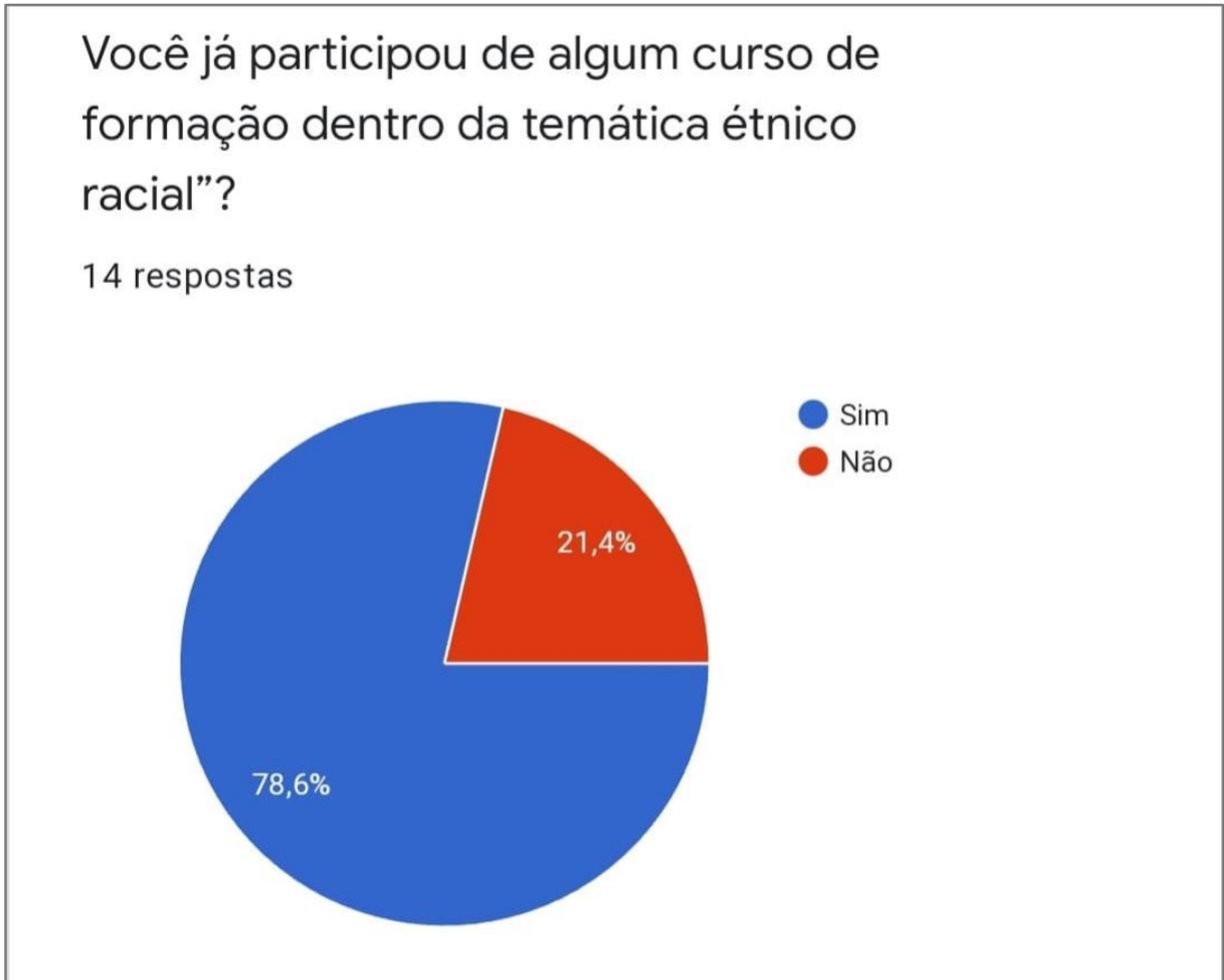
Fontes: Elaborado pela autora (2021).

A Diretrizes é um documento acessível e objetivo quanto suas proposições, ele mostra-se como um complemento a Lei 10.639 por apresentar resoluções para orientar e princípios para auxiliar no planejamento, ação e avaliação educativa. Dos docentes que disseram não ter lido o parecer (gráfico 20), relataram que não tiveram acesso ao documento (gráfico 21).

Assim como 21,4% também não participaram de nenhum de cursos de formação como mostra o gráfico (22) a baixo. Dias (2007 apud Bento 2019) analisou que “professores que participaram de processos de formação na área de relações raciais, conseguiram desenvolver práticas eficazes na promoção da igualdade racial; tornaram-se mais atentas às práticas discriminatórias no cotidiano escolar, e desenvolveram respostas a essas práticas”. Independente do curso formativo (gráfico 23), os 78,6% dos educadores buscaram aprimorar seus conhecimentos sobre as relações étnico-raciais melhorando consequentemente a qualidade

da sua prática, pois em conformidade com Freire (1996) não existe ensinar sem aprender e vice-versa.

Gráfico 22- Participou de curso(s) de formação dentro da temática étnico racial?



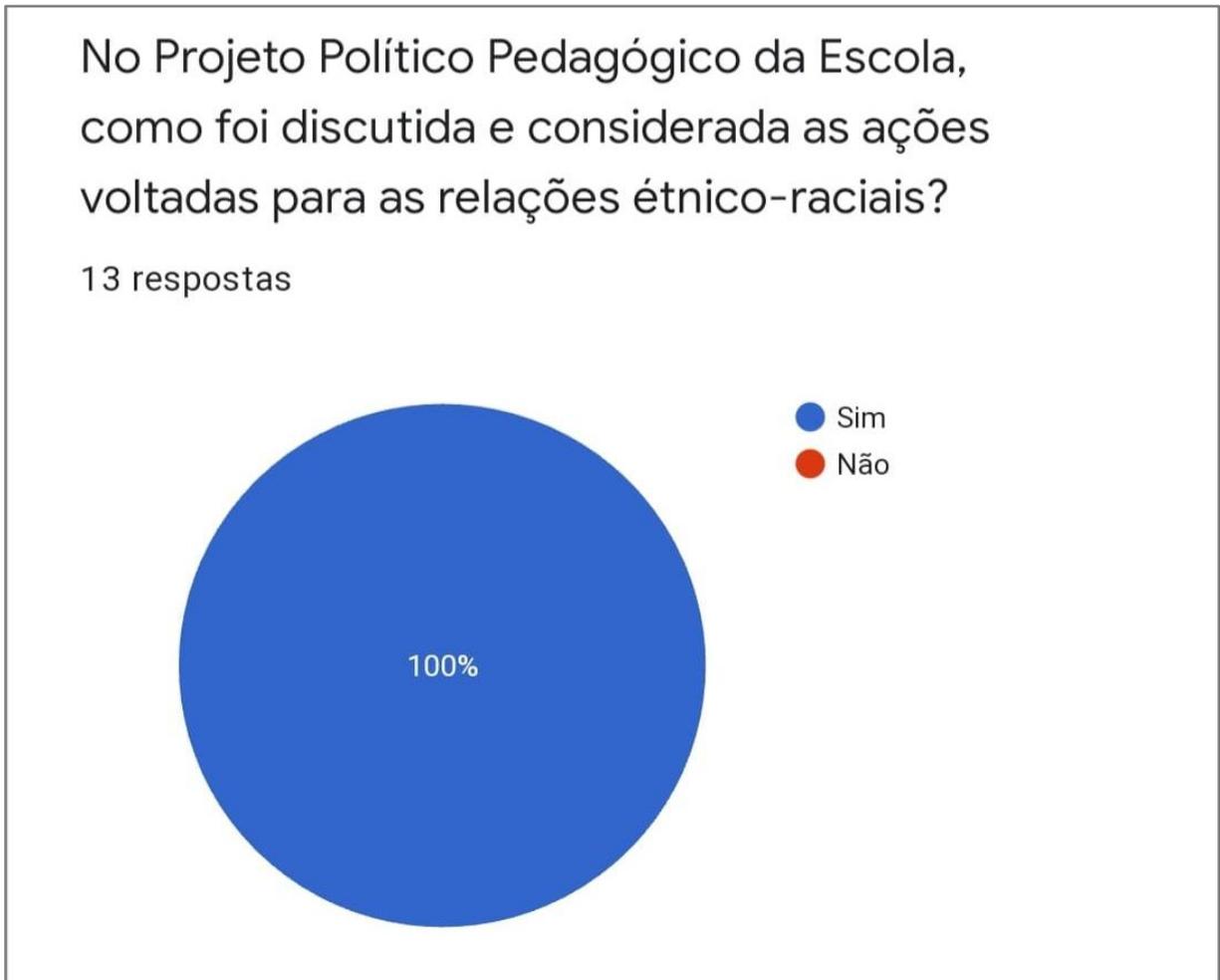
Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 23- Curso escolhido dentro da temática étnico racial.



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 24- O PPP da escola contempla ações voltadas para as relações étnico raciais?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

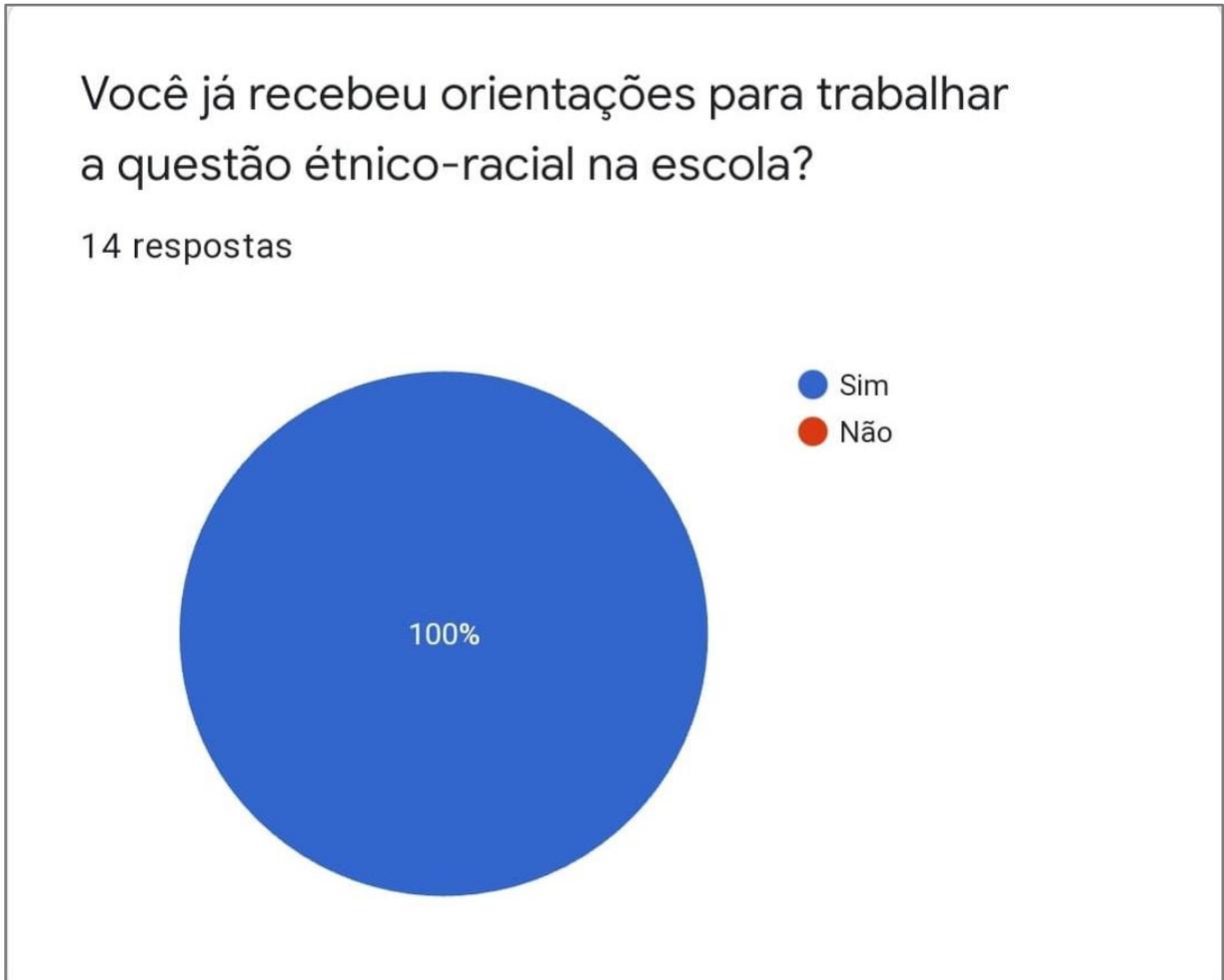
O projeto Político Pedagógico (PPP) é um documento que reúne orientações de ação que a instituição de ensino se propõem a alcançar. Podemos notar a unanimidade na resposta sim (gráfico 24), sobre ser considerada ações voltadas para as relações étnico-raciais nas escolas de atuação, e é fundamental que toda a escola esteja empenhada na valorização, respeito e na luta antirracista.

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/realidade social/ diversidade étnico-cultural é preciso que os(as) educadores(as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões como a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifesta na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2008, p. 143)

Trabalhar com temáticas formadoras da identidade é essencial, não somente para constar nos documentos da escola, mas, para torná-lo vivo por meio do ensino, das relações, do cuidado

da troca de saberes, no dia a dia da escola, formando e se formando enquanto parte responsável por uma sociedade democrática e justa.

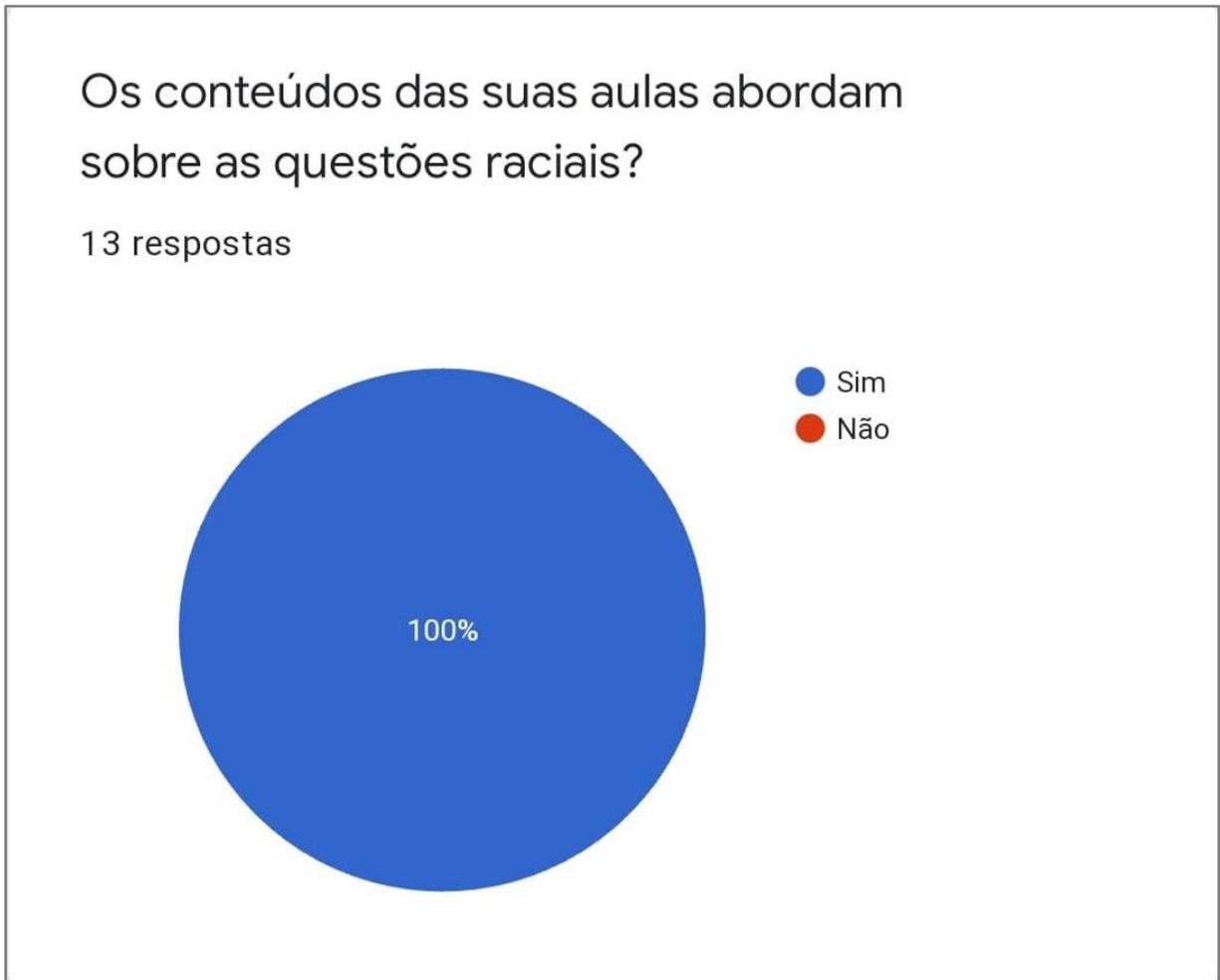
Gráfico 25- Já recebeu orientações para trabalhar questões raciais?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Como descrito no artigo 3º da Resolução 1/2004, a coordenação pedagógica promoverá o aprofundamento de estudos para os professores. Deste modo, receber orientações sobre o trato das questões raciais é uma tarefa política e pedagógica que a escola deve proporcionar, e ser8 apoiado pelos profissionais da educação (gráfico 25), para que haja compreensão das suas atribuições na construção da identidade dos sujeitos negros.

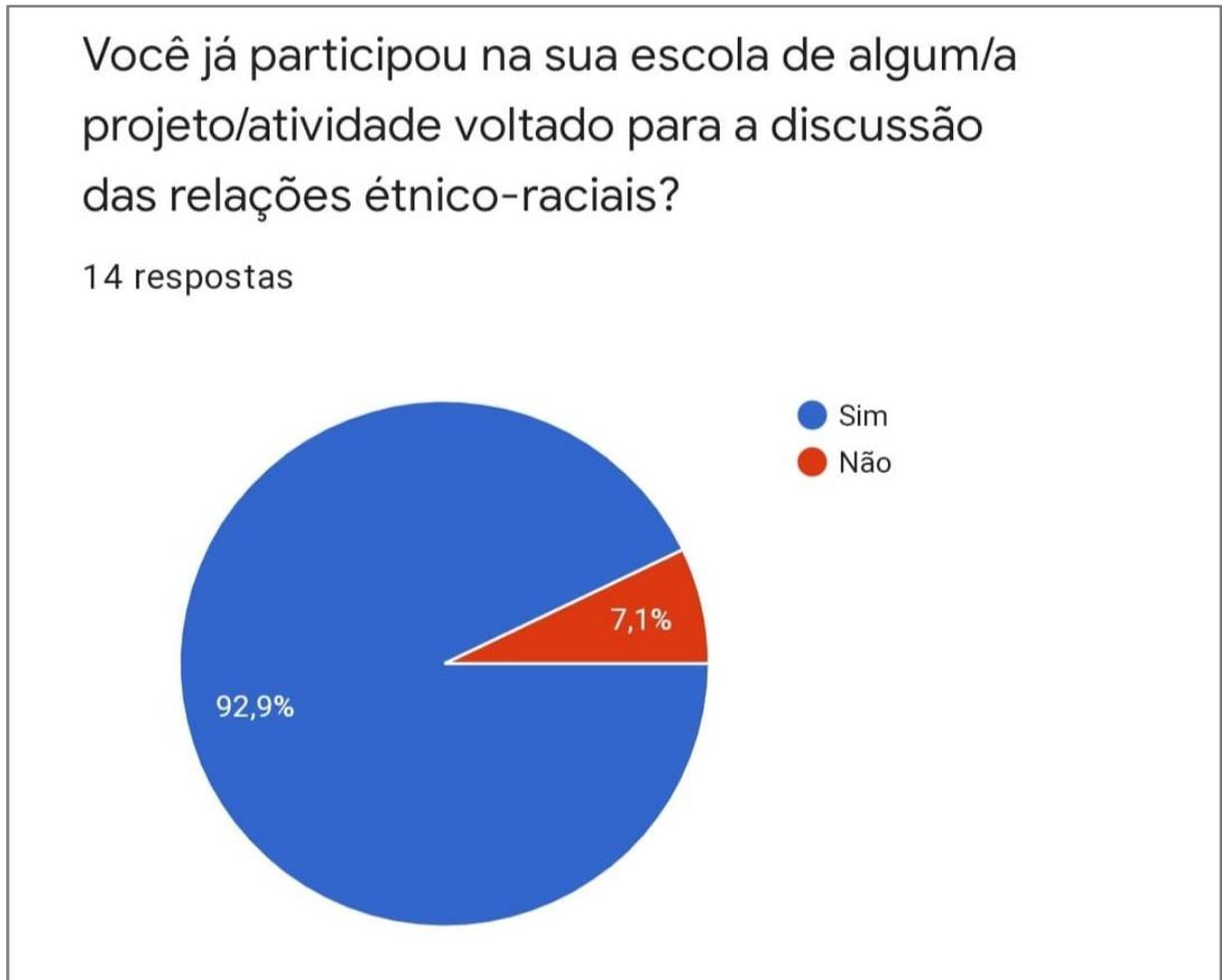
Gráfico 26- Suas aulas abordam as questões raciais?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

“A educação anti-racista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais, bem como dos indivíduos pertencentes a grupos discriminados” (CAVALLEIRO, 2001, p. 149). É sabido que para alcançar a educação antirracista o ensino dos assuntos raciais é indispensável para corrigir os estereótipos e omissões dos africanos e afro-brasileiros na sociedade. Notamos (gráfico 26) que 13 professores disseram trabalhar com a temática racial em sua prática pedagógica, o que representa compromisso com a diversidade.

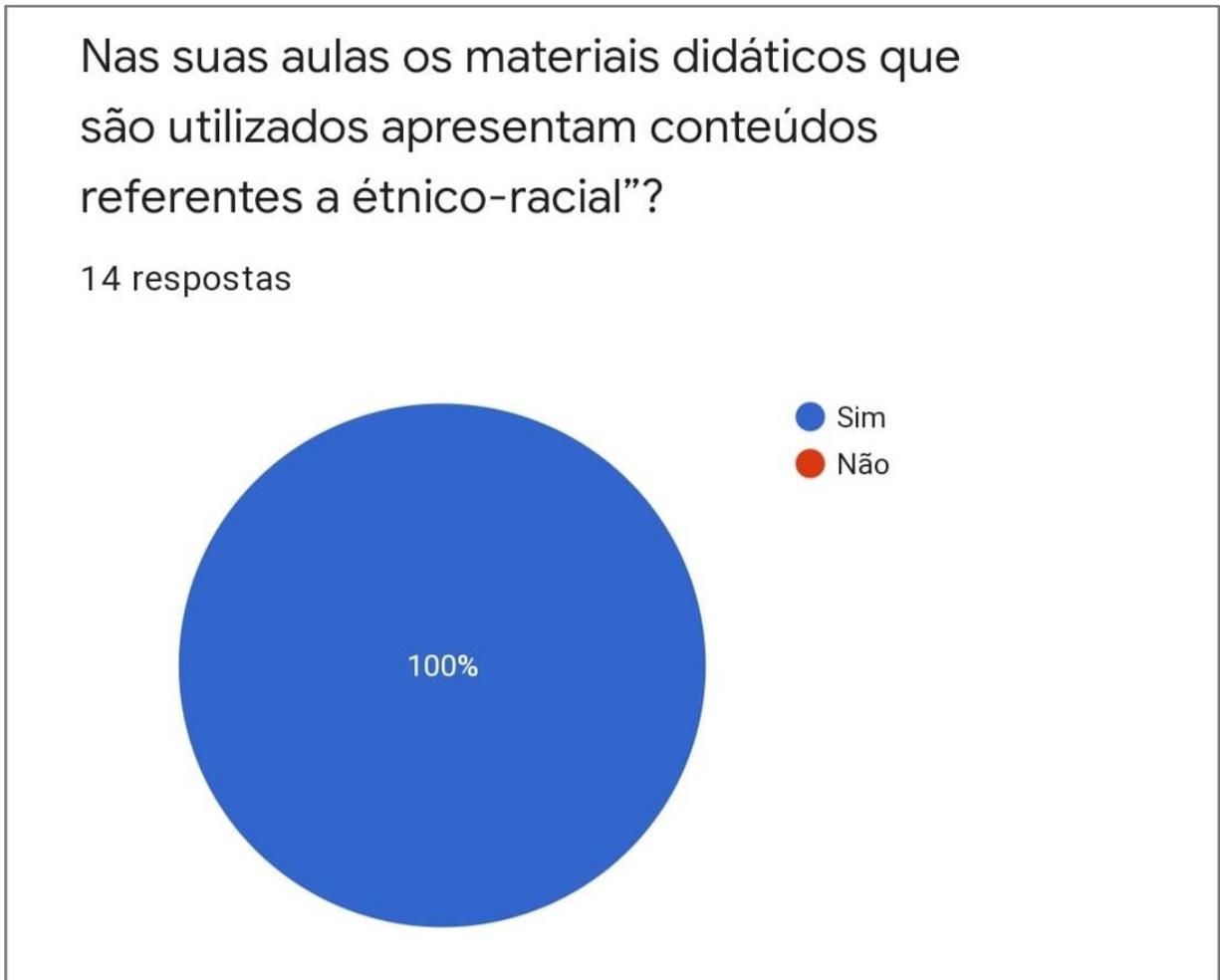
Gráfico 27- Participou de algum projeto ou atividade voltado para as relações étnico-raciais?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Os projetos e atividades escolares contribuem para fomentar discussões e desenvolver o olhar do docente quanto a equidade as diferenças. Dos professores pesquisados 92,9% já participaram dessas ações voltadas para assuntos étnico-raciais (gráfico 27), que no geral, permitem o conhecimento histórico, fortalecimento da identidade, propostas de atuação e principalmente pensar sobre a prática educativa.

Gráfico 28- Os materiais didáticos utilizados apresentam conteúdos étnicos raciais?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

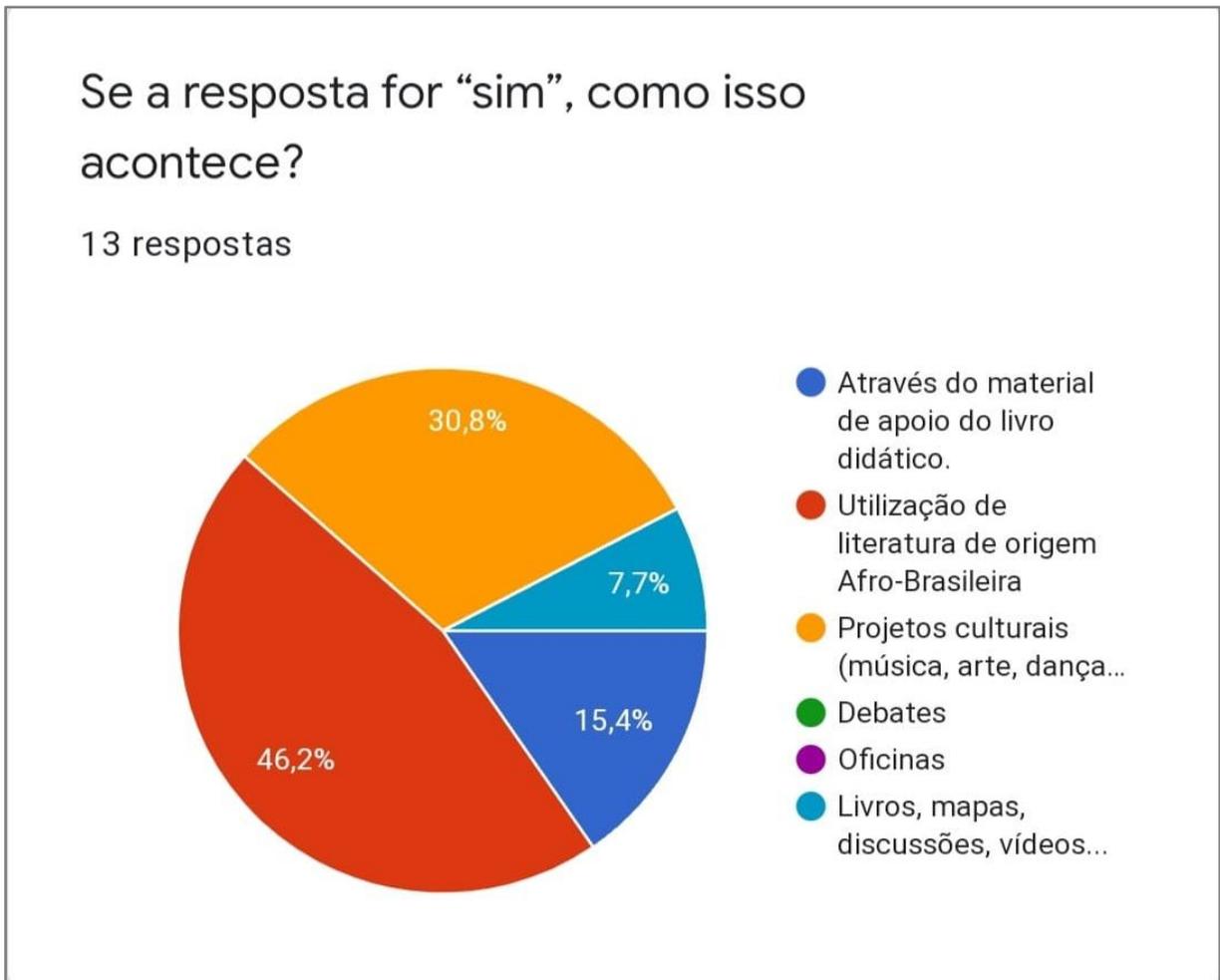
A utilização de materiais didáticos que tenham personagens negros representados é muito positivo para que as crianças se sintem representadas, e os resultados (gráfico 28) demonstram esse cuidado por parte dos professores em escolher materiais que represente os grupos étnicos, mas é preciso se atentar para a forma que esses sujeitos estão sendo representados, pois

Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias, aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorização pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. (LIMA, 2008, p. 99)

Muitos recursos didáticos ainda expandem ideologias de branqueamento, que podem impactar na visão das crianças sobre si mesmo e/ou sua ancestralidade, contudo, independente disto os docentes carecem de estar preparados para os corrigir estereótipos que se apresentam.

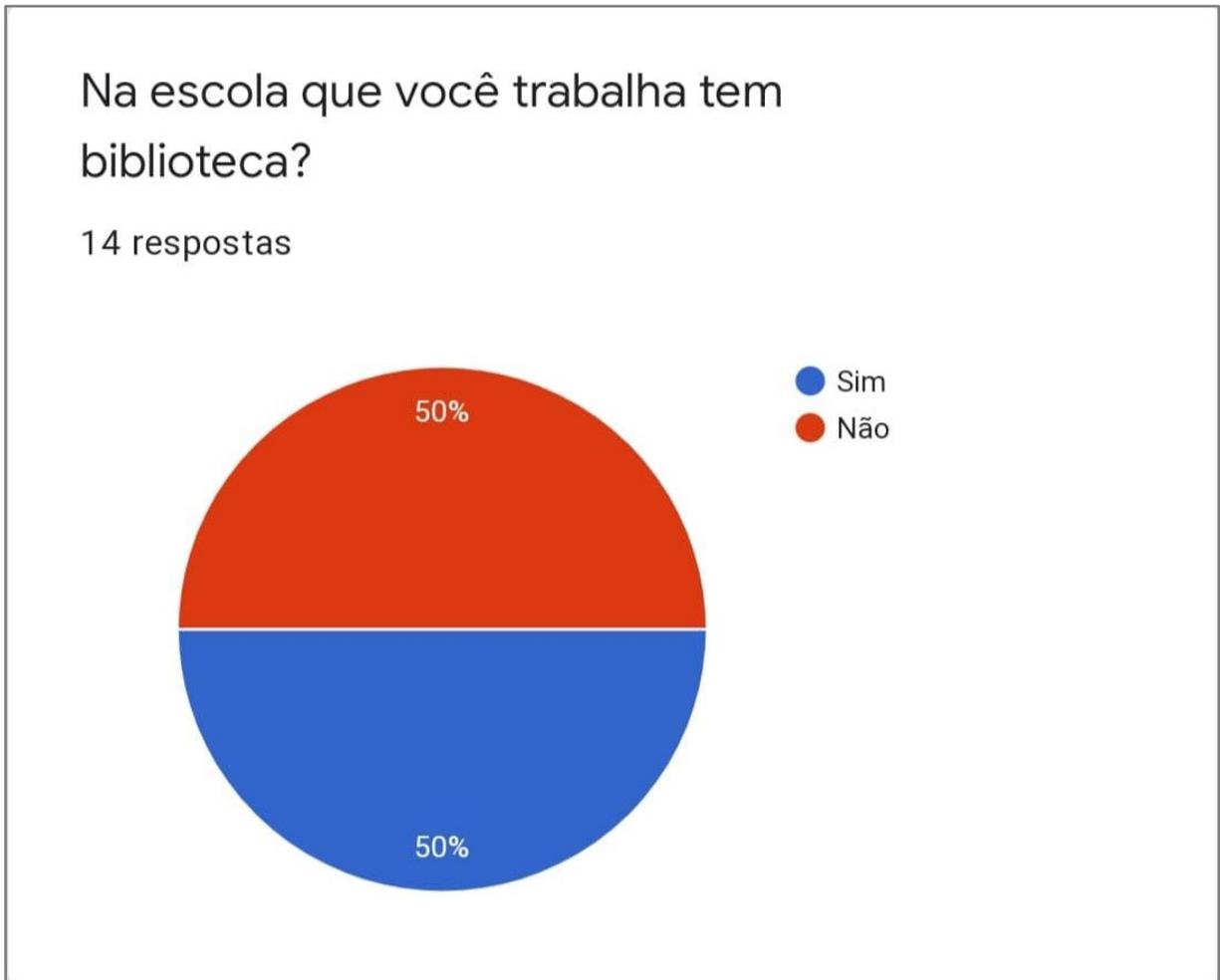
A seguir (gráfico 29) percebemos que os educadores utilizam de várias ferramentas didáticas para permitir a aprendizagem das relações étnico-raciais e história e cultura afro-brasileira e africana. É possível usar diferentes métodos para trabalhar o conteúdo, como apontado nas respostas, o livro didático não é insubstituível e os recursos lúdicos podem ainda mais eficaz na assimilação do tema.

Gráfico 29- Como utilizam os materiais didáticos?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

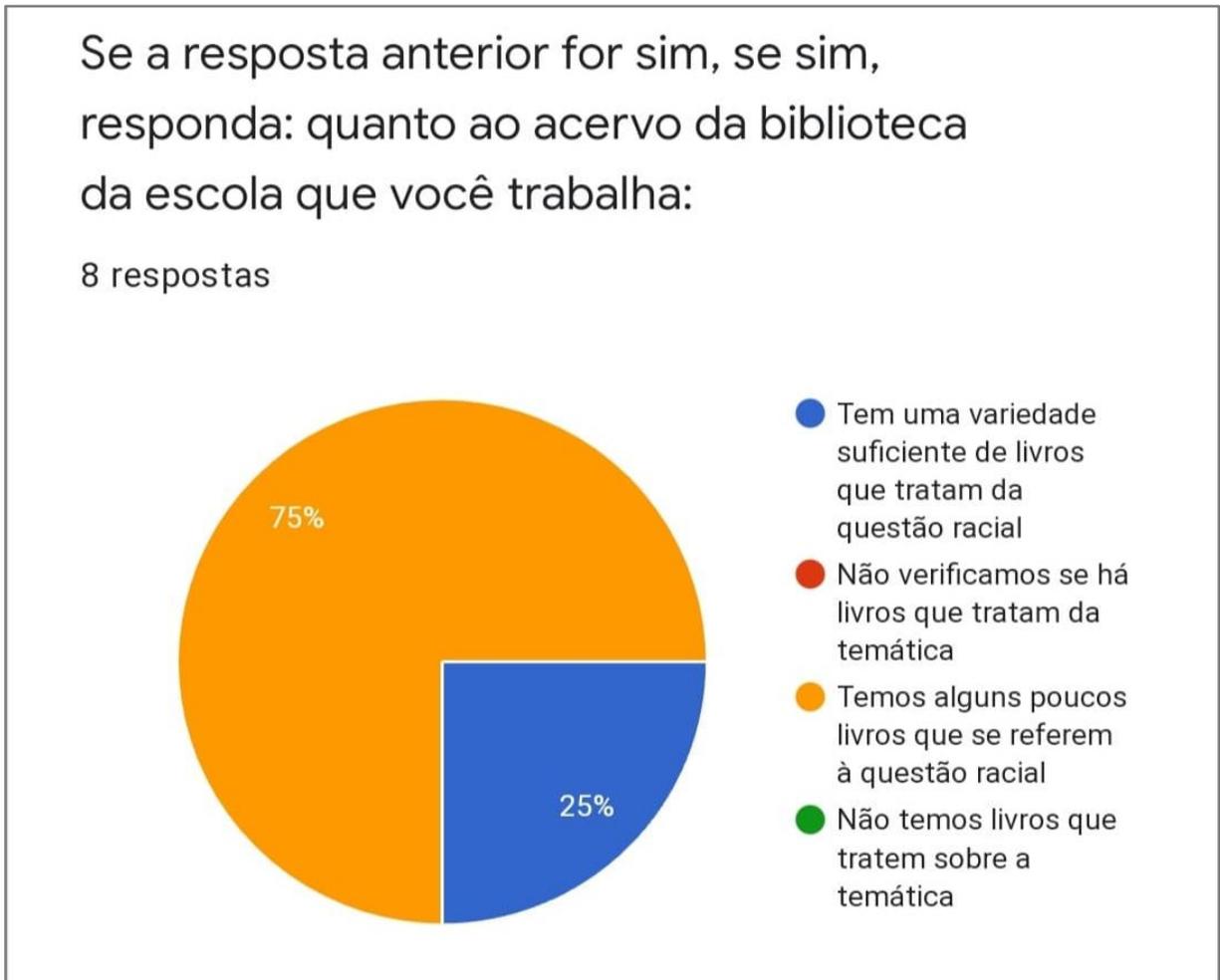
Gráfico 30- A escola possui biblioteca?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

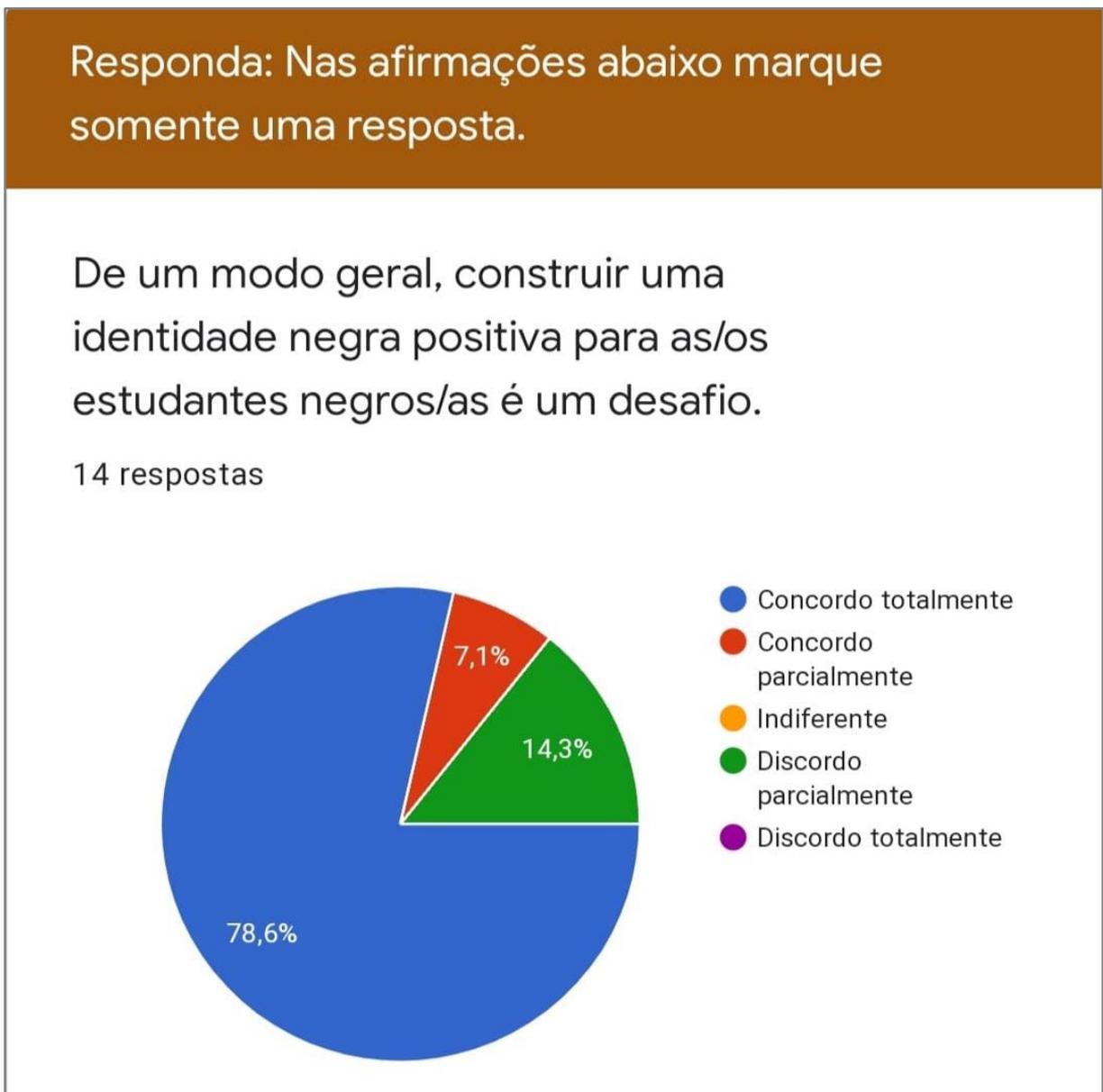
Algumas escolas não dispõem de biblioteca, como observamos no gráfico acima (30), dos/das professoras/professores pesquisados apenas sete delas/deles sinalizaram ter biblioteca na escola que atua. Ainda assim, a maioria que representa 75% afirmaram ter poucos livros que tratam a questão racial, os outros 25% consideraram ter uma variedade suficiente de livros dedicados a temática (gráfico 31). Os livros são instrumentos importantes para aprimorar a escrita, leitura, além de estimular a imaginação e desenvolver o senso crítico. Possuir um acervo infantil e infanto-juvenil grande, enriquece as possibilidades de trabalho da temática racial e outras igualmente importantes na formação do cidadão, mas infelizmente muitas escolas não podem contar com esse recurso.

Gráfico 31- O acervo da biblioteca contempla as questões raciais?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Gráfico 32- Construir uma identidade positiva para os/as estudantes negros(as) é um desafio?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Diante dos resultados encontrados (gráfico 32), a maioria expressiva dos educadoras(res) concordaram ser um desafio construir uma identidade negra positiva nos educandos. De acordo com Silva (2008, p. 18) isso ocorre porquê:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos e culturais de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, por meio de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto-rejeição, resultando em rejeição e negação dos seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações.

Desta forma entende-se que o professor tem grande responsabilidade na desconstrução do estereótipo de incompetência, de feio e mal, isso revela-se como desafio para muitos educadores por não se sentirem qualificados para a discursão.

Gráfico 33- Construir uma identidade positiva é difícil devido à valorização de ideias eurocêntricas da nossa sociedade?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

A percepção dos educadores relacionada a problemática (gráfico 33), denota que a sociedade atual ainda reflete as marcas de um passado de valores eurocêntricos, em que, a valorização do homem branco acarreta na desvalorização do homem negro.

Tais reproduções irracionais, instituídos nos processos identitários, são resgatadas de contextos históricos específicos e se explicitam nas representações identitárias contemporâneas, refazendo práticas etnocêntricas que supervalorizam ou

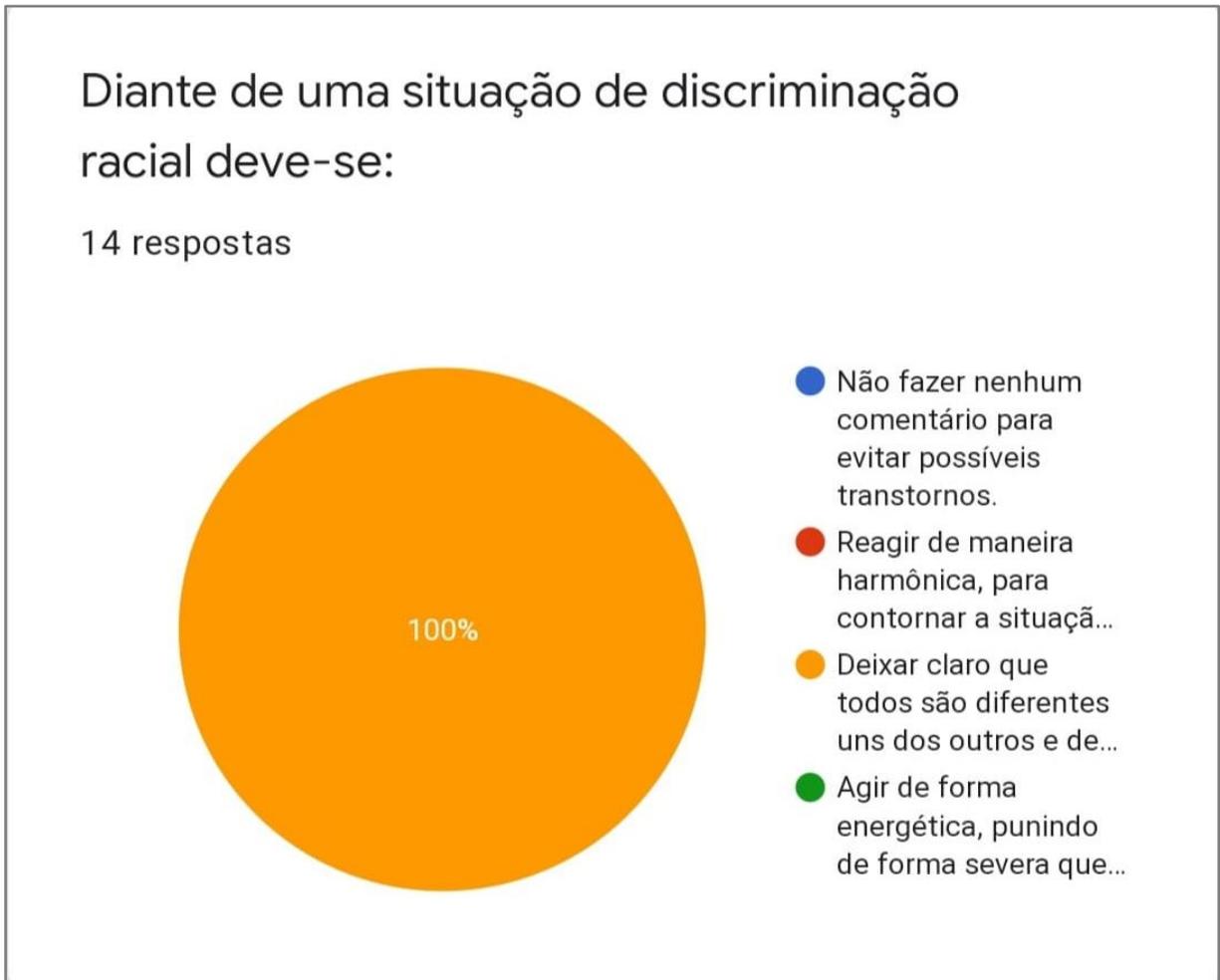
inferiorizam costumes e práticas regionais, culturais, religiosas etc. (SOARES, 2011, p. 66)

Ao alimentar essa visão, a estrutura social reforça a desigualdade racial, porque aponta qual cor de pele é mais aceitável, quais traços fisionômicos são mais bonitos, qual cultura é melhor e qual vida vale mais. Essas concepções racistas provoca um sentimento de comparação e conseqüentemente de rejeição da criança negra quanto sua origem racial, por muitas vezes não encontrar nas mídias sociais referências positivas para que possam se reconhecer. Sobre isso Silva (2008, p.19) salienta que

A ideologia do branqueamento se efetiva no momento em que, internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos.

O trabalho com a identidade negra não significa desprezar as contribuições europeias na identidade nacional, mas, possibilitar dar voz a um povo que historicamente foi calado, reconhecendo sua história e lutas, valorizando as diversidades e propor direitos iguais.

Gráfico 34- Atitudes recomendadas diante de uma situação de discriminação.



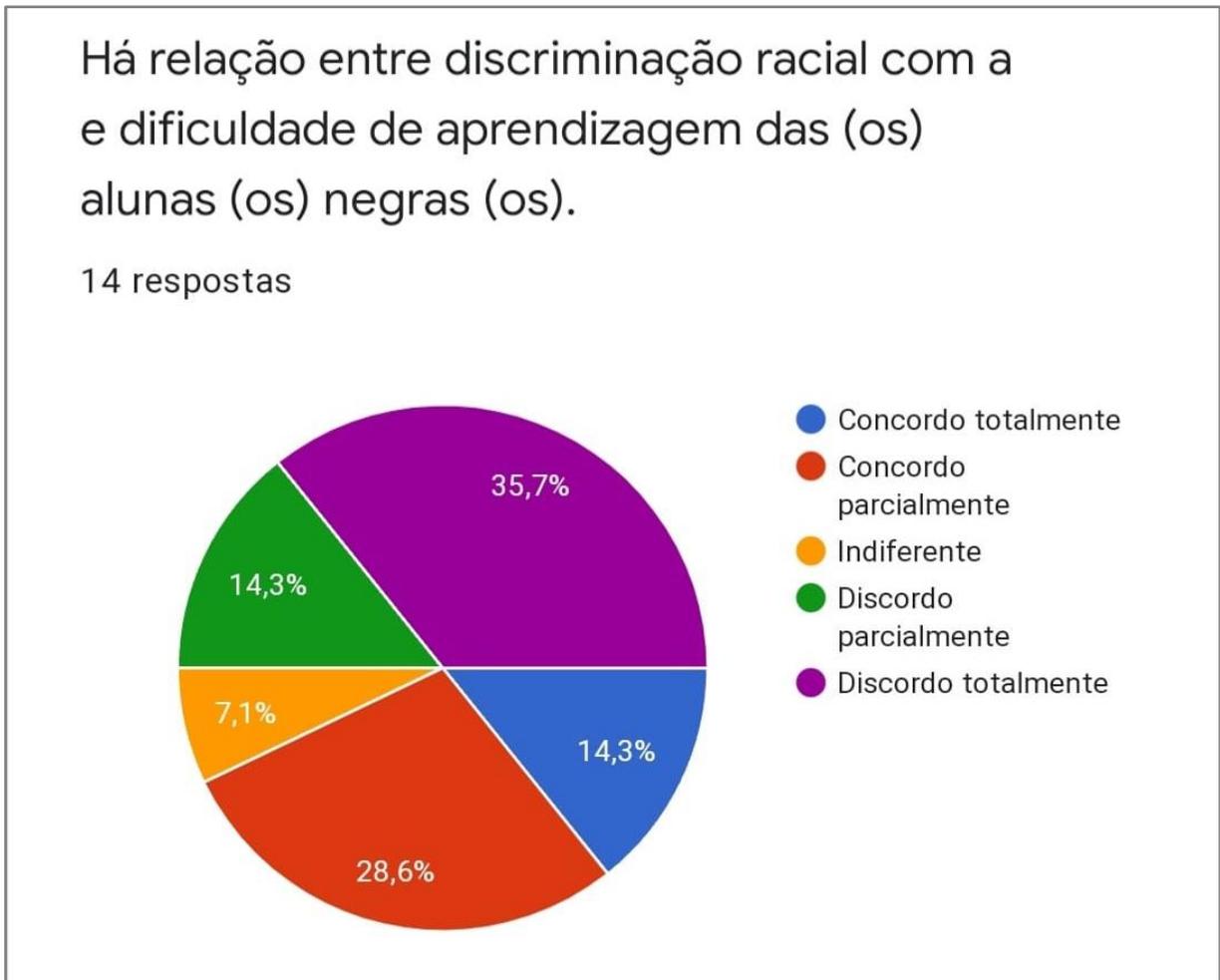
Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Com base nas respostas (gráfico 34) compreende-se uma atitude correta por parte dos docentes, pois a punição não permitirá a reflexão do discente que discriminou sobre seus atos, enquanto o silêncio do professor pode demonstrar permissividade para novas ocorrências discriminatórias, Cavaleiro (2001, p. 146) afirma que:

A ausência de atitude por parte de professores (as) sinaliza à criança discriminada que ela não pode contar com a cooperação de seus/suas educadores/as. Por outro lado, para a criança que discrimina, sinaliza que ela pode repetir a sua ação visto que nada é feito, seu comportamento nem sequer é criticado. A convivência por parte dos profissionais da educação banaliza a discriminação racial.

Desta maneira a postura dialógica na sala de aula possibilita o pensamento crítico e reflexivo dos educandos sobre as diferenças que tonam cada pessoa única e igualmente merecedoras de respeito, capaz de aproveitar a riqueza das diferenças.

Gráfico 35- Existe relação entre discriminação e dificuldade de aprendizagem para o estudante negro?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Nota-se diferentes opiniões sobre a relação da discriminação racial com a aprendizagem, ressaltando que a afirmativa (gráfico 35) não significa que os negros são menos capazes de aprender, mas, busca identificar se a discriminação racial tem afetado a maneira com que aprendem. Cavalleiro (2001, p. 154) informa que “a opinião que a criança tem de si mesma está intimamente relacionada com sua capacidade para aprendizagem e com seu rendimento. Podemos dizer que a energia que ela utiliza para adquirir conhecimento é a mesma para resolver seus conflitos”. A introjeção de ideias discriminatórias por parte da criança negra interfere negativamente na sua aquisição de conhecimento.

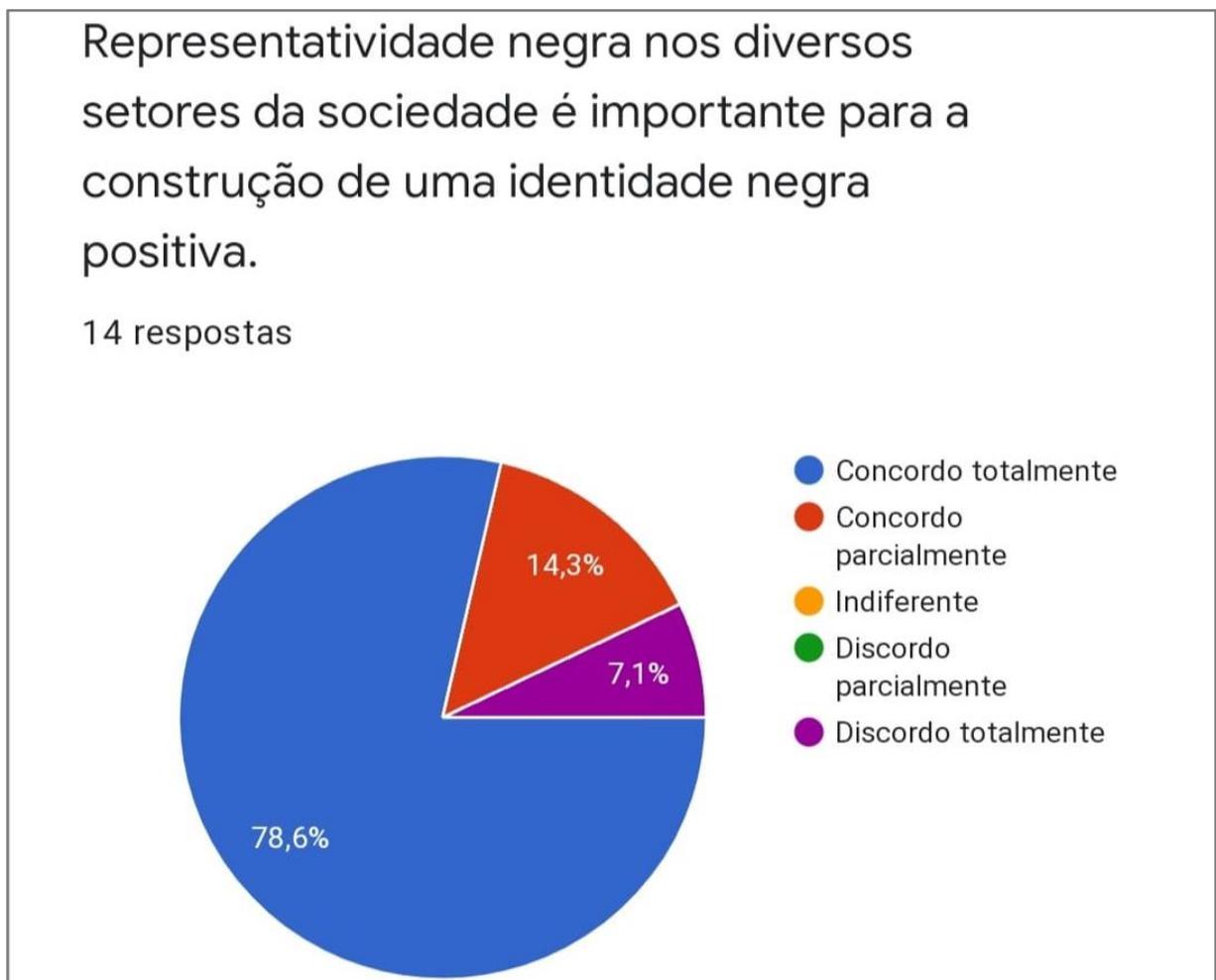
Essa realidade não pode ser negligenciada, pois de acordo com Silva (2001, p. 66)

O professorado, em geral, não percebe as graves diferenças existentes nos resultados escolares de crianças negras e brancas. Não estabelece relações entre raça/etnia, gênero e desempenho escolar, e não percebe também como essa não-percepção interfere na sua própria conduta. Entretanto, sabe-se que as representações determinam as relações, os comportamentos, as expectativas e as interações sociais.

Assim, o despreparo constitui campo fértil para que o racismo se perpetue e a discriminação racial sofra mutações próprias do ambiente escolar. (p. 66-67)

A discriminação racial contribui para baixa autoestima das pessoas afro-brasileiras comprometendo seu rendimento escolar e estimulando a evasão. A desatenção do corpo docente para esse fato favorece o desinteresse dos estudantes pelo ambiente escolar.

Gráfico 36- Representatividade negra é importante?

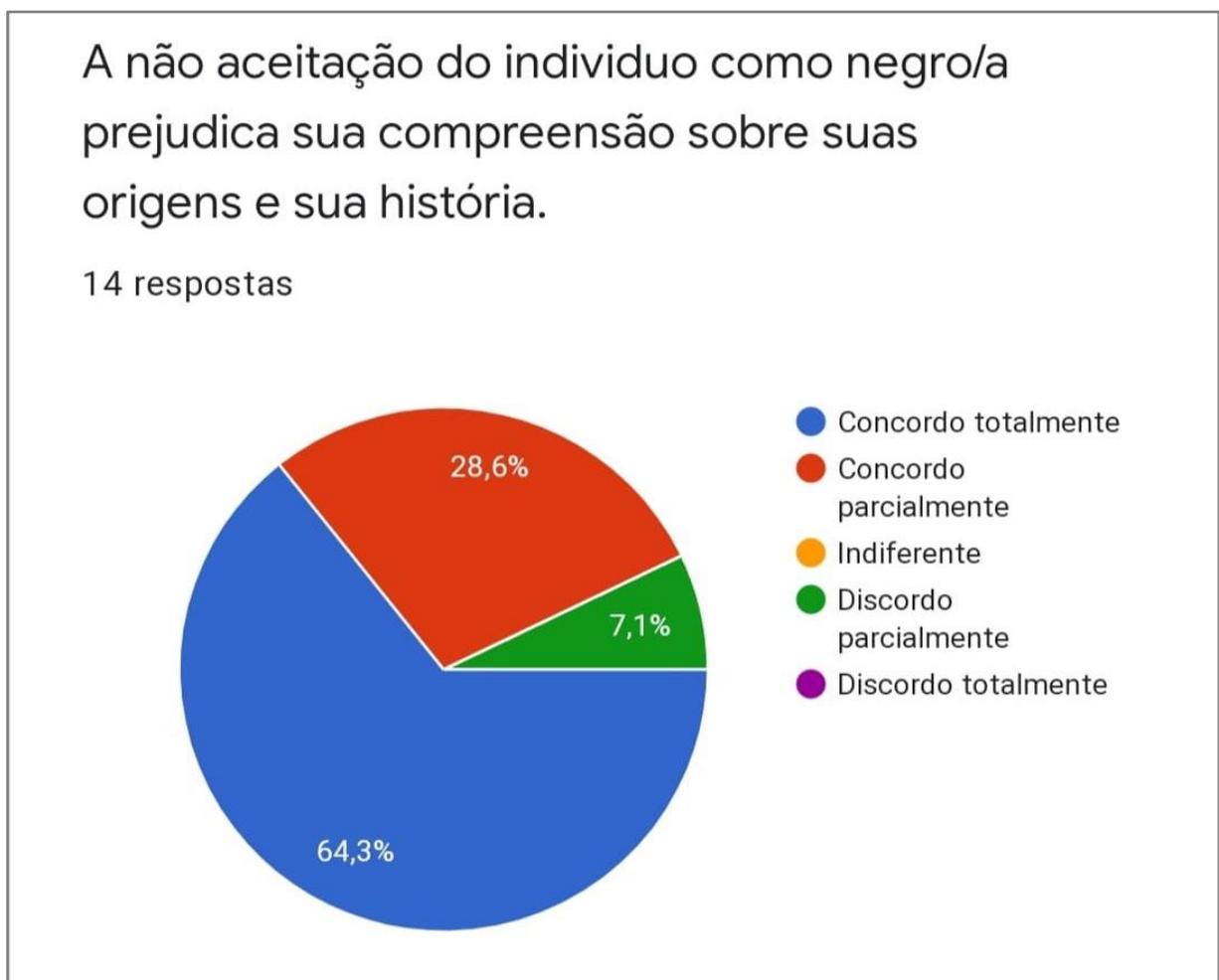


Fontes: Elaborado pela autora (2021).

A discordância de um professor (gráfico 36) sobre a importância da representatividade negra para construção da identidade faz-se preocupante, conforme aponta Almeida (2018, p. 72) “a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminação”. Se ver representada(o) por pessoas da mesma raça ocupando posições de prestígio, sendo bem sucedidos(as) em suas profissões e alcançando coisas que a séculos atrás pareciam impossíveis é motivo de grande alegria, pois permite a seus semelhantes raciais a esperar o futuro.

O autor afirma ainda que “a representatividade é sempre uma conquista, o resultado de anos de lutas políticas e de intensa elaboração intelectual dos movimentos sociais que conseguiram influenciar as instituições” (ALMEIDA, 2018, p. 73). Essa conquista é algo positivo para os negros, concedendo visibilidade e denunciando as problemáticas enfrentadas na vida. Todavia, só a representatividade não é o bastante dar poder a população negra e por fim as desigualdades, sendo que ela está enraizada na estrutura social.

Gráfico 37- A não aceitação do indivíduo como negro(a) prejudica sua compreensão sobre suas origens e sua história?



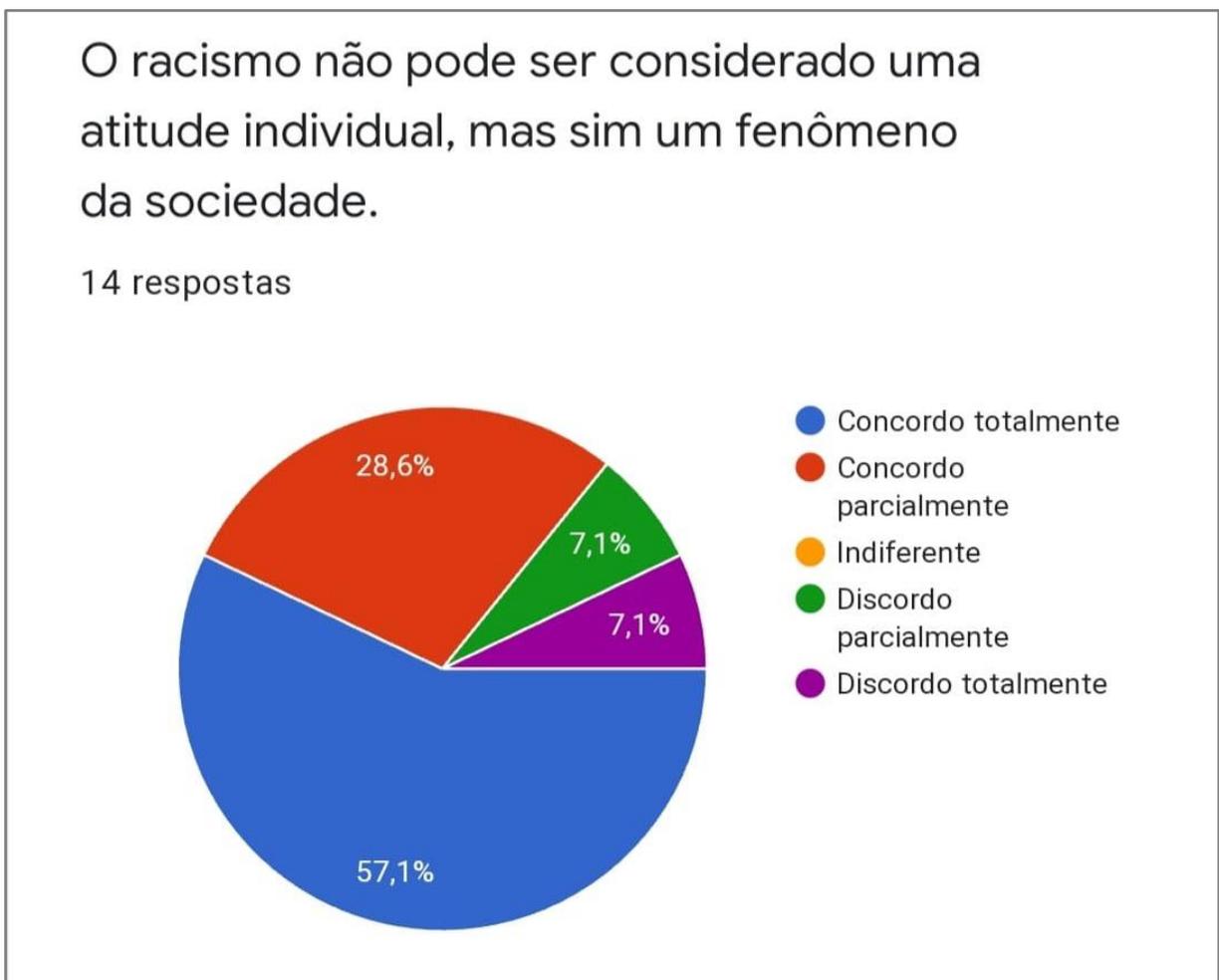
Fontes: Elaborado pela autora (2021).

As instituições perpetuam os privilégios dos brancos, formulando padrões e regras difíceis de serem alcançados, deste modo desprezam as pessoas que não se enquadram nesse ideal. A escola muitas vezes (ainda que inconscientemente) sustentam esses discursos pelo que fala ou pelo que omite, isso é preocupante porque como situa Almeida (2018, p. 51) “ao apresentar um mundo em que negros e negras não tem muitas contribuições importantes para a

história, literatura, ciência e afins, resumindo-se a comemorar a própria libertação graças a bondade de brancos conscientes” ela está reforçando ideologias. O desconhecimento da verdade, aprisiona e impede a evolução social.

Não se reconhecer negro em uma sociedade que joga o caráter de uma pessoa pela cor da pele, não apresenta benefício algum, apenas reflete uma atitude de querer se distanciar da sua origem por desconhecer uma narrativa positiva do povo preto. “Os efeitos da prática racista são tão perversos que, muitas vezes, o próprio negro é levado a desejar, a invejar, a introjetar e projetar uma identificação do padrão hegemônico branco, negando a história de seu grupo étnico –racial e dos seus antepassados” (GOMES, 2001, p. 93). O resultado da questão (gráfico 37) apresenta concordância com a autora quando afirma que a negação da identidade negra prejudica a identificação com a origem de pertencimento.

Gráfico 38- É verdade que o racismo não pode ser considerado uma atitude individual, mas sim um fenômeno da sociedade?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

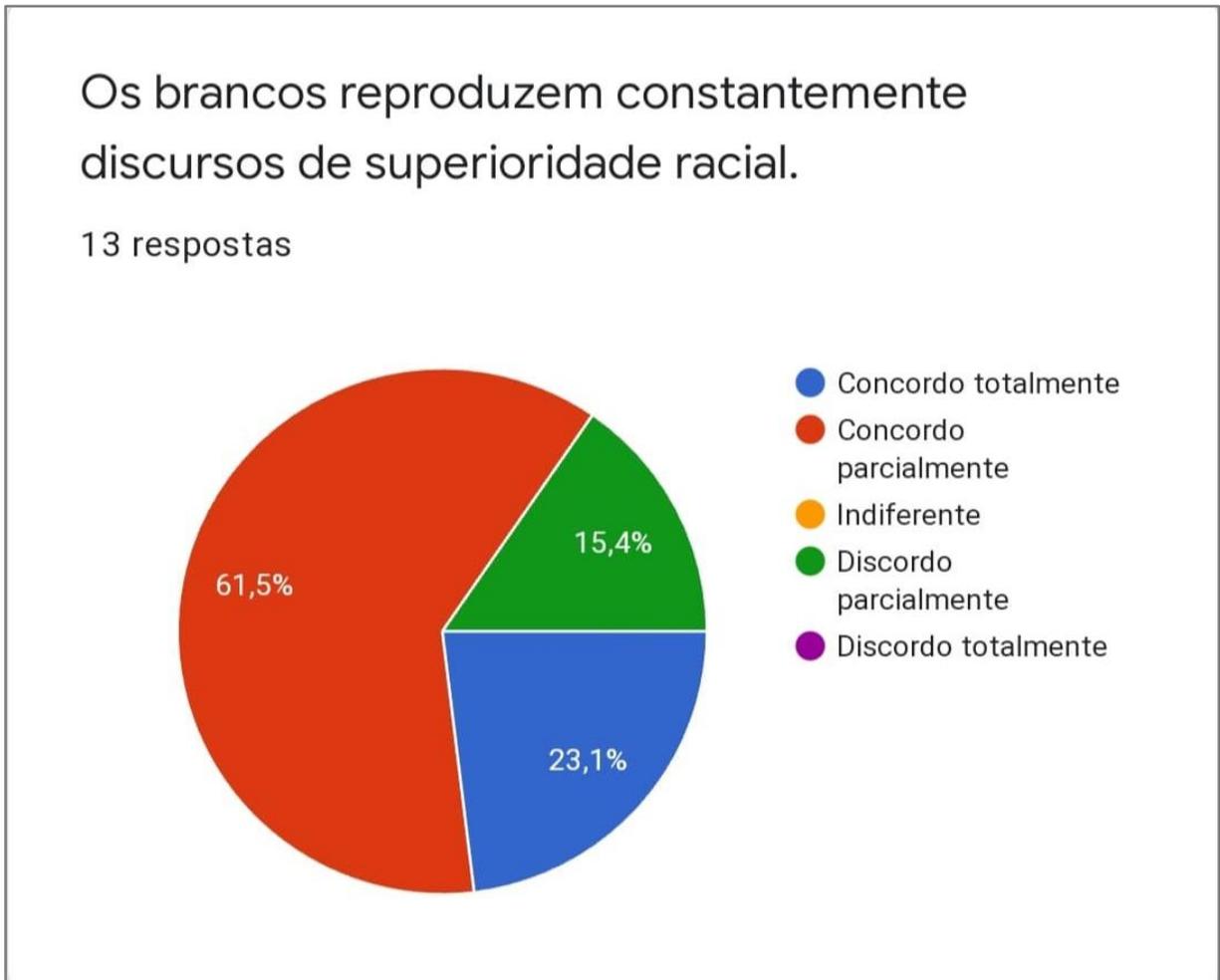
Enquanto os educadores dividem opiniões sobre o racismo ser classificado como individual ou social (gráfico 38), o professor Almeida (2018, p. 38) esclarece que:

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que ocorre “pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição”.

Como podemos ver, o racismo individualista decorre da estrutura social que estabelece e mantém os costumes. A pessoa que mantém atitudes racistas, se orienta dos princípios estruturais da sociedade que ele tem contato desde o nascimento, por meio da interação com pessoas e das instituições que frequenta, logo, reproduzem as práticas que tem aprendido, entre elas o racismo.

“O racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática” (ALMEIDA, 2018, p. 37). O racismo é gerado pela sociedade, mas sobrevive por meio das pessoas e se expressa como desigualdades, por isso a educação antirracista é tão necessária na primeira infância, com a finalidade de formar para cidadania e caminhar para a transformação dessa sociedade.

Gráfico 39- Os brancos reproduzem constantemente discursos de superioridade racial?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Através das compreensões dos professores (gráfico 39) notamos que a questão apresentada, de certo modo divide opiniões. Mas, entendemos que as pessoas brancas podem sim alimentar discursos da supremacia racial, pois é cômodo para elas manter essa ordem.

Sem compreender sua posição de privilégio étnico e sem simpatizar humanisticamente com a agonia e a dor sofrida pelo “outro” que é naturalmente discriminado, a consciência esbranquiçada alimenta a nação herdada e internalizada ao longo de prévias gerações. A inconsciência e a insensibilidade (inconsciente ou consciente em alguns casos) manifestam uma experiência incapaz de dar nome aos sentimentos e às atitudes diante do “outro” visto como invisível. (Rossato, 2001, p. 22)

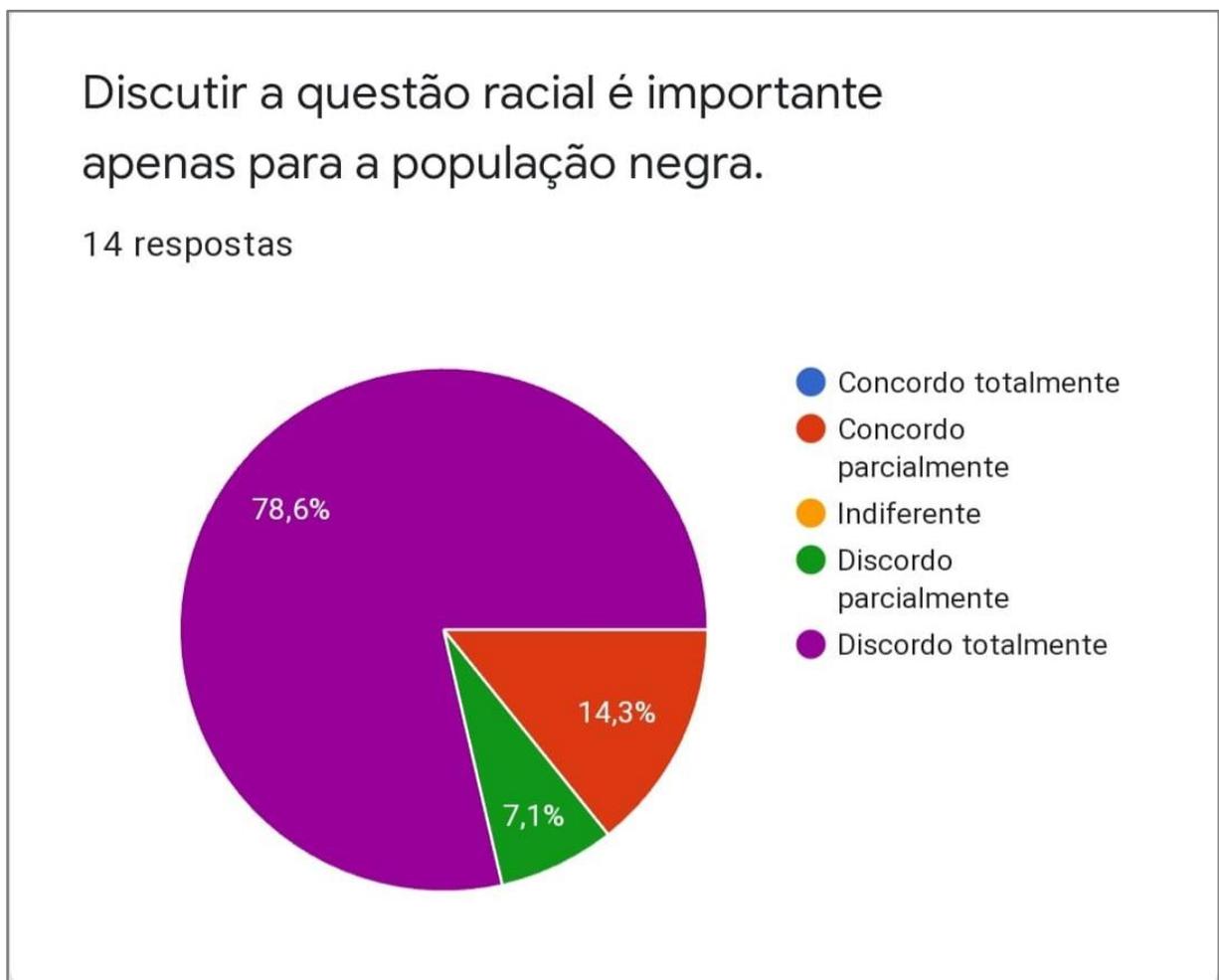
O desconhecimento e muitas vezes desinteresse dos brancos pela temática racial, os conduzem a uma posição confortável sobre seus privilégios, tornando-se reprodutor de discursos sobre a superioridade racial e da meritocracia. A desigualdade racial é facilmente percebida como “normal” na sociedade, gerando o pensamento que é impossível como combatê-lo ou que se trata de um problema exclusivamente das pessoas negras (gráfico 40).

É do conhecimento de todos que educação é a arma mais poderosa para a mudança do mundo, por isso, o trabalho com questões raciais é importante para formar pessoas de bem, através do conhecimento e do respeito as diferenças. Rossato (2001, p. 28) afirma que:

as pessoas brancas de identidade racial branca podem contribuir na construção de situações justas, desenvolvendo a conscientização da proteção invisível que os favorece, reconhecendo sua situação de privilégio por conta de sua cor étnica e eliminando assim a alienação e a desvalorização do outro.

Com isso entendemos que para resolver um problema social, toda a sociedade tem que se empenhar na luta pela igualdade e bem-estar de todos.

Gráfico 40- Discutir a questão racial é importante apenas para a população negra?

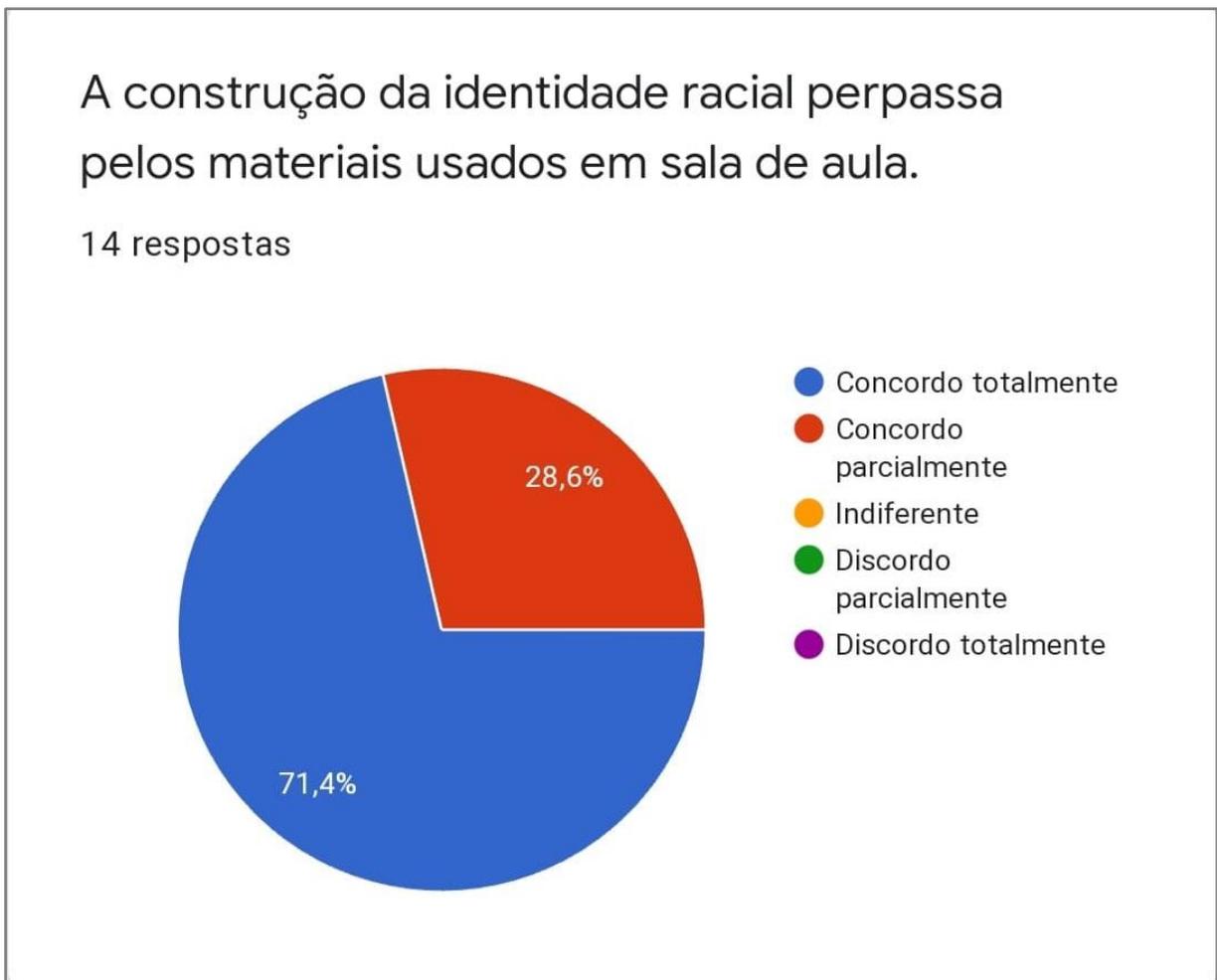


Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Como vimos acima, discutir a questão racial não é algo específico para um grupo, mas uma chamada para toda sociedade que entende e deseja construir um mundo melhor para todos. Isso porque “a discriminação racial não é um problema da criança negra, mas uma oportunidade

de crianças negras e não-negras se conhecerem, discutirem e instaurarem novas formas de relação, que tenham impacto em suas vidas e na sociedade como um todo” (Santos, 2001, p. 106). Valorizar as diferenças, é sobre aproximar pessoas para que convivam de forma harmônica, sem que um precise sofrer para manter o outro sorrindo.

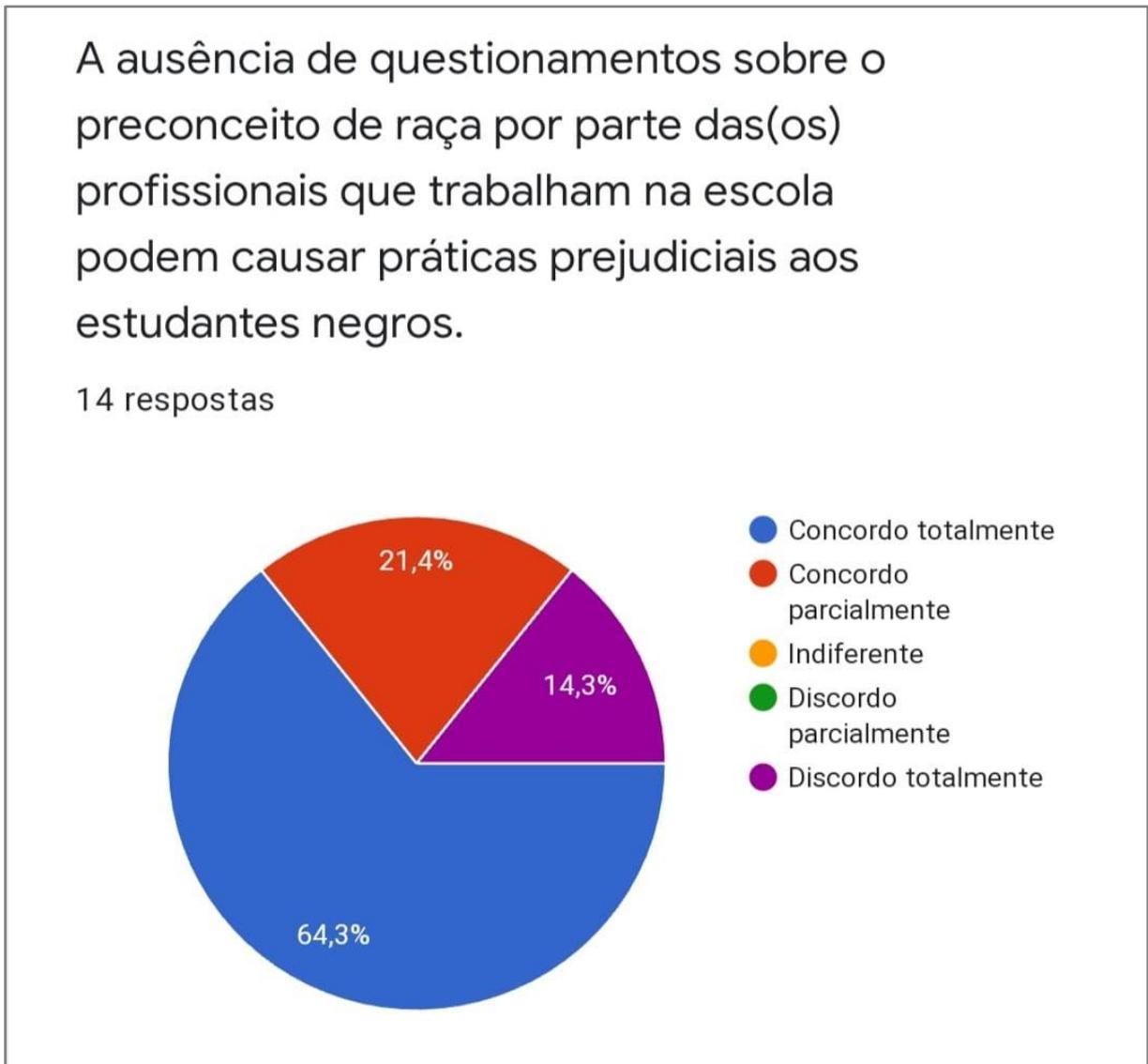
Gráfico 41- Construir uma identidade racial perpassa pelos matérias didáticos usados na sala de aula?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

De acordo com as sinalizações dos educadores (gráfico 41) fica perceptível que construir a identidade racial não se limita a escolha dos materiais didáticos. Ele é importante como complemento do conteúdo, mas não substitui diálogo, a amorosidade e a criticidade da prática pedagógica docente, que segundo Leitão (2015) contribuem para apropriação dos saberes de forma mais densa e consistente.

Gráfico 42- A ausência de questionamentos sobre o preconceito de raça pode causar prejuízos aos estudantes?



Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Para refletir essa questão (gráfico 42) que alguns professores concordaram e outros discordaram referente a ausência de questionamentos sobre preconceito de raça por parte das(os) profissionais da educação, nos apoiaremos em Almeida (2018, p. 40) que diz:

Por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias vazias ou o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.

Assim, manter-se apático diante de assuntos ligados ao preconceito racial prejudica o estudante negro, pois, o silêncio do professor reforça o sentimento de inferioridade entre eles. E enquanto ato político, o educador deve assumir postura de defesa a valorização da vida, através da luta de combate ao racismo.

As duas perguntas que se seguirão compõem o questionário da pesquisa e apresenta as respostas abertas frente a concepção das/dos educadoras/res sobre a temática de interesse deste trabalho. Ao serem questionadas sobre o que entendem por identidade negra as quatorze respostas fornecidas estão descritas no quadro 1.

Quadro 1- Por favor, responda. O que você entende por identidade negra?

NOMES FICTÍCIOS	RESPOSTAS
Alice	Como a pessoa negra vê a si próprio no mundo onde está inserido e como vê o mundo em relação a ele. Um sentimento de pertencimento, de fazer parte, de conhecer e se reconhecer.
Ana	É a capacidade de se aceitar e se posicionar enquanto pessoa negra diante da sociedade em geral.
Beatriz	Reconhecimento da nossa origem.
Bruna	Conhecer nossa história, nossa ancestralidade e nos acolher enquanto raça.
Cecília	O reconhecimento da identidade negra perpassa pelo ato de conhecer a sua verdadeira história, compreendendo as mazelas de uma sociedade excludente, para contrapor a visão europeia e se auto declarar negro (a).
Eloá	Identidade negra é a conscientização e valorização do povo negro. Dentro do espaço escolar, podemos discutir sobre a importância da cultura e identidade negra e resgatar o auto estima, além de criar novas perspectivas para formar do cidadão enxergar-se como igual aos demais, além de garantir a sensação de representação e pertencimento no espaço escolar.
Helena	É a construção social de um grupo étnico racial.
Isabela	É o negro ser aceito na sociedade, sem preconceito e discriminação, ser valorizado.
Julia	Eu entendo a identidade negra como uma construção social e cultural. Também como esse grupo étnico racial se vê a partir da relação com o outro.
Laura	É uma forma de se identificar ou se agrupar por tais características geralmente culturais.
Lívia	Se aceitar como uma pessoa negra.
Maya	Entender suas origens e se aceitar e se amar pelo que é.
Pedro	As pessoas se aceitarem como são, de acordo a sua ancestralidade.
Maria	É auto se identificar pela sua cor de pele, seus cabelos, seus descendentes, sua história.

Fontes: Elaborado pela autora (2021).

A identidade como bem colocado pelas(os) professoras(es) (quadro 1) é a percepção de si mesmo, elaborada pelo conjunto de elementos sociais com os quais está inserido no cotidiano. Soares (2001, p. 71) situa que “a identidade em sua relação social pode ser compreendida como o resultado de interações sociais, um produto coletivo, só possível pela ação e interação”. A percepção do *eu* é formada pelas interações com as instituições formativas que o rodeiam, modelando seu olhar sobre si e sobre o outro.

Reconhecer a identidade negra é uma atitude política, é declarar que pertence a cultura africana e orgulhar-se por fazer parte de um povo que resiste, mesmo diante de tantas dificuldades. Porém, formar a identidade negra é algo complexo devido a interferência de tantas teorias racistas incorporado na estrutura da sociedade, por isso o contato com a história e cultura africana e afro-brasileira é importante para contornar os discursos estereotipados que atingem a todos os negros em algum momento da vida.

Valorizar os aspectos que compõem a identidade negra, só é possível com a compreensão de que a história oficial não corresponde à realidade dos fatos, pois, apresenta apenas a visão do grupo considerado superior/dominador, e no qual o negro ocupa posição de subalternidade. Ver-se representado positivamente, gera o sentimento de positividade e pertencimento da raça, suscitando estima pelas características biológicas herdada, permitindo ressignificar o que era tido como feio e ruim, por exemplo o cabelo afro, que atualmente muitas mulheres e homens tem assumido a textura natural, concebendo-o como símbolo de poder.

Alguns exemplos de atividades foram descritas por 12 docentes participantes da pesquisa, por considera-las interessantes para valorizar a identidade negra (quadro 2). As professoras Livia e Maya, não quiseram ou não souberam responder à pergunta, deixando o espaço em branco.

Quadro 2- Dê alguns exemplos de atividade que você pensa ser importante para a valorização da identidade negra.

NOMES FICTÍCIOS	RESPOSTAS
Alice	Aí já não sei. Acredito que primeiro o diálogo, conhecer a turma e dentro das demandas de cada grupo, ofertar o que for pertinente procurando trazer a diversidade em todos os aspectos da cultura negra. Em relação a arte, música, dança, moda, saúde, literatura...
Ana	Leitura de textos, peças teatrais, jogos e brincadeiras.
Beatriz	Debates, palestras, bate papo informal...
Bruna	Trazer figuras negras em destaque na sociedade como exemplos em sala de aula.
Cecília	Propor em sala de aula uma reflexão sobre a história e cultura africana e afro brasileira sem dúvidas contribuirá para o fortalecimento e empoderamento da identidade negra.
Eloá	Temos um projeto da Secretaria de Educação que se chama Malungo, que vêm tratar da valorização da cultura negra. Trazemos também discussões acerca de temas do cotidiano e dentro de assuntos trabalhados em sala de aula, que nos possibilita uma discussão. Rodas de conversa referentes ao tema.
Helena	Palestra, roda de conversa etc.
Isabela	O negro é tem que se aceitar, deve partir do próprio negro essa valorização.

Julia	Música, oficina, dramatização, histórias, apresentações de cartazes abordando o tema e outros.
Laura	Movimentos afros, palestras sobre o tema, desfiles de beleza negra.
Lívia	
Maya	
Pedro	Educação.
Maria	Valorização da cultura negra nas escolas ou comunidades.

Fontes: Elaborado pela autora (2021).

Os exemplos de atividades voltadas para valorização da pessoa negra descritos pelas(os) educadoras(res) (quadro 2) apresenta uma variedade de atividades acessíveis para utilizar na sala de aula com as crianças. Silva (2008, p. 157) argumenta que “se as africanidades brasileiras abrangem diferentes áreas, não precisam, em termos de programas de ensino, constituir-se numa única disciplina, pois podem estar presentes, em conteúdos e metodologias, nas diferentes disciplinas constitutivas do currículo escolar”. Trabalhar questões raciais pode ser uma atividade prazerosa quando, os professores e coordenadores se dedicam a diversificar o modo de ensino dos conteúdos, principalmente se tratando do ensino fundamental I.

A criatividade é um grande aliado para prática educativa. Saber usar jogos, músicas, teatro, dança e outras metodologias, como as apontadas pelas(os) docentes, aproxima a crianças negras da sua ancestralidade e rompe com a imagem distorcida ou omitida do continente Africano.

Dentre as respostas acima, duas delas chamam a atenção, pois demonstra desconhecimento e descompromisso do professor sobre sua responsabilidade na formação da identidade dos educandos negros. A primeira, quando Isabela (2021) diz “O negro é tem que se aceitar, deve partir do próprio negro essa valorização”, como se não tivessem parte neste processo.

Ainda encontramos muitos(as) educadores(as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação, que é um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira. E, ainda mais, essa afirmação traz de maneira implícita a ideia de que não é da competência da escola discutir sobre temáticas que fazem parte do nosso complexo processo de formação humana. Demonstra, também, a crença de que a função da escola está reduzida à transmissão dos conteúdos historicamente acumulados, como se estes pudessem ser trabalhados de maneira desvinculada da realidade social brasileira. (GOMES, 2008, p. 142)

Esse modo de pensar sustenta a ideia que a escola não tem responsabilidade sobre a valorização da identidade negra, mas como as crianças vão aprender se não tiver quem ensine?. Sem ensino e atitudes que estimulem a aceitação racial, os educandos não vão ter censo crítico

para rebater os estereótipos negativos que impõem sobre seus corpos. Cavalleiro (2001, p. 156) alerta

Precisamos realizar *falas explícitas* direcionadas às crianças e aos adolescentes negros, que devem conter elogios por sua inteligência, seu desenvolvimento, sua estética ou por seu comportamento. Precisamos garantir que as crianças e os adolescentes de grupos discriminados também recebam estímulos, sempre pronunciados de maneira clara e direta. As *falas diretas* positivas a respeito da família, da cultura ou do grupo racial ao qual pertence a criança também contribuem para provocar nela um sentimento de pertencer ao cotidiano escolar.

A capacidade do professor em ressaltar atributos positivos dos estudantes, também é uma forma de incentivar a autoestima dos afrodescendentes. O segundo ponto de atenção refere-se a resposta de Pedro (2021) ao descrever apenas “Educação”, que se tratando de sugestões de atividades, deu a entender que ele se refere a exposição de aula. Mas em uma sala aula que compreende dos 6 aos 10 anos, a demanda por diferentes metodologias que trabalhe movimento, música, arte e outros, é mais efetivo do que a exposição oral de conteúdo, além de favorecer na apropriação do conteúdo por parte dos pequenos(as).

A partir dos dados e reflexões trazidas, podemos afirmar que as práticas docentes têm grande relevância para a construção da identidade, especialmente a identidade negra, pois, o momento do ensino-aprendizagem forma e reforma nossas crenças. As crianças geralmente, entram na escola com a visão sobre si e sobre o outro, modelado pela convivência com o mundo, e muitas vezes essa visão está apoiada em preconceitos que precisam ser corrigidos.

A ação educativa está além de passar conteúdos curriculares e avaliações de desempenho, ela também se faz nas relações e afetividades. Se a escola tem o objetivo de desenvolver aspectos cognitivos, culturais e sociais, a identidade surge como fator importante para construção pessoal e respeito as diferenças. Com isso, a práxis do professor contribui positiva ou negativamente para a construção da identidade negra nos discentes.

Nota-se que, embora a prática docente voltada para o trabalho com a cultura e história afro-brasileira seja obrigatório no currículo escolar das instituições, ela ainda representa um desafio para as/os professoras/res participantes da pesquisa. Embora, a maioria tenha conhecimento da temática étnico-racial e entendem a importância da identidade negra, outros demonstram não assimilar as problemáticas que permeiam a negritude na nossa sociedade com os impactos na autoimagem e na aprendizagem da criança negra.

Se tratando de seres que facilmente aprendem pela observação, brincadeiras, conversas, interações e afetividades, as práticas docentes que contribuem na construção da identidade

negra pode ser um campo vasto de trabalho, possibilitando o aprendizado e valorização das africanidades. Por isso a luta pela educação se empenhe na identidade negra é necessária para recuperar a dignidade da pessoa humana.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Essa pesquisa, permitiu identificar quais maneiras as práticas docentes contribuem na construção da identidade das crianças negras do ensino fundamental I, no município de Mutuípe-Bahia. É sabido que as crianças desde cedo percebem as diferenças raciais, principalmente relacionada a cor da pele e textura do cabelo, essa consciência cognitiva permite associar mensagens aprendidas em seu meio social com a diferença de fenótipo. O racismo criado e mantido pela estrutura social, não é herdado geneticamente, ele é aprendido com seus pares, por isso, a escola e principalmente os/as docentes tem papel fundamental na luta antirracista e construção da identidade negra.

Foi possível compreender a concepção dos professores pesquisados sobre a importância de aprender, ensinar e valorizar a identidade racial dos seus educandos, através da prática docente, alcançando assim os objetivos do estudo. Essas práticas mostraram-se desafiantes para muitos participantes da pesquisa, mesmo que tenham conhecimento sobre a Lei, as Diretrizes Curriculares Nacionais (Resolução 1/2004) e formação adicional sobre temática. Entre os métodos mais utilizados, o diálogo foi citado com mais frequência, contudo, atividades lúdicas também foram apontadas como importantes para a valorização racial.

Neste sentido foi possível compreender que as práticas docentes contribuem na formação da identidade das crianças negras, quando é trabalhado a temática da história e cultura afro-brasileira, tendo como base o afeto, a consciência política, o conhecimento do tema e sua valorização. Resgatar as contribuições do povo negro na historiográfica brasileira através de aulas dinâmicas e dialógicas, favorecem o reconhecimento do estudante com seus semelhantes étnicos-raciais e por consequente ajuda a constituir a identidade individual.

Os resultados dessa pesquisa indicam que a maioria dos professores entendem a relevância da construção identitária da pessoa negra, e seus impactos no desenvolvimento cognitivo e social, no entanto, alguns aparentam ter pouco aprofundamento teórico referente as problemáticas da identidade racial. Desse modo o pouco preparo pedagógico pode reforçar os preconceitos, ao invés de promover a igualdade.

O ensino da “História e Cultura Afro-Brasileira” obrigatório nas instituições de ensino representa um grande avanço para a visibilidade e valorização do negro na sociedade brasileira, contudo não é condição suficiente para sua efetivação. É preciso ter profissionais despostos a

depositar empenho no serviço, afim de promover a igualdade, a diversidade e o acolhimento. Para isso, os espaços formativos precisam possibilitar formações específicas, com o objetivo de preparar o educador para pratica pedagógica reparadora e inclusiva.

Em conformidade com Bento (2019) “cabe destacar que professores nem sempre podem interferir em equívocos dos pais ou desfazer danos psicológicos (terreno de psicoterapeutas). Eles podem sim criar ambientes de auxilio emocional para que as crianças possam produzir novas identificações positivas”. O educador não tem controle sobre os aprendizados exterior a instituição escolar, mas na sala de aula ele pode contribuir no combate de reproduções racistas.

Este trabalho colabora no sentido de criar subsídios para prática docente sobre a temática negra, de modo a construir positivamente a identidade dos estudantes negros do Ensino Fundamental I. As reflexões aqui trazidas auxiliarão os profissionais da educação a ter um novo olhar sobre suas responsabilidades nas construções e desconstruções dos conhecimentos historicamente construídos.

Considerando ser um trabalho de iniciação a pesquisa, algumas questões aqui apresentadas serão aprofundadas em trabalhos futuros. Por exemplo, o fato de todas/os as/os docentes responderem que trabalham com a questão étnico racial, que receberam orientações e que dialogam com a turma sobre essa temática, e em perguntas posteriores no entanto, as respostas nos fazem questionar de que forma esse ensino acontece para alguns desses educadores, pois uma minoria sinalizou não perceber os efeitos da discriminação racial na aprendizagem, que discutir questão racial é importante apenas para população negra ou ainda, que a ausência de questionamentos sobre preconceito de raça não é prejudicial aos estudantes negros. Percebe-se que esses dados merecem maiores reflexões e aprimoramentos em pesquisas futuras.

8. REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?**. Belo Horizonte: Letramento. 2018. 203 p.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. **A identidade Racial em Crianças Pequenas**. Ago. 2019. Disponível em <https://ceert.org.br/noticias/crianca-adolescente/25624/a-identidade-racial-em-criancas-pequenas>. Acesso em 18 de Out. de 2021
- BRASIL. **LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em 11 de Jun. de 2019
- CARTA CAPITAL. **Seis estatísticas que mostram o abismo racial no Brasil**. Disponível em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil/>. 2017. Acesso em 23 de Jan. de 2019
- CAVALLEIRO, Eliane. **Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor**. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo. 2001.
- CORONAVÍRUS BRASIL. **Painel coronavírus**. Disponível em <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 12 de Out. de 2021.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo. 1996. 25ª edição. 52 p.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo. 2008.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002. 175 p.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo. 2001.
- IBGE. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?edicao=25845&t=sobre>. Acesso em: 11 de Nov. de 2021

IDENTIDADE. In: DICIO, Dicionário Online de Português. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/identidade/>. Acesso em: 16 Jun. de 2021.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2003. 311 p.

LEITÃO, Edineide Souza Sá Leitão. **A prática pedagógica docente na perspectiva da humanização em Paulo Freire na EJA de Olinda**. Recife. 2015. 19-30 p.

LIMA, Heloisa Pires. **Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil**. In: MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2º ed. Brasília. 2008. 200 p.

LOTFFI, Regina Célia Ribeiro. **A práxis didático-pedagógica de docentes do ensino superior na perspectiva de professores do curso de ciências biológicas**. Fortaleza. 2014. 52-73 p.

MARIN, A. J. **Didática geral**. In: UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA. Prograd. **Caderno de Formação: formação de professores didática geral**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011, p. 16-32, v. 9.

MEC/SECAD. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/SECAD. 2004. 35 p.

MONTEIRO, Heloisa Helena. **Identidade nacional: uma reflexão introdutória**. In: CARVALHO, Anna. SOARES, Antonio Mateus. Identidade: Nacionalismo, Estereótipos, representação, Miscigenação, Cultura. Salvador. 2011. 104 p.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo. Global. 2006.

NASCIMENTO, Elisa Larkin. **Sankofa: educação e identidade afrodescendente**. In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo. 2001.

OLIVEIRA, Lucila Maria Pesce de; LEITE, Maria Teresa Meirelles. **Concepções Pedagógicas**. São Paulo. UNIFESP. 2012-2011.

PIMENTA, Selma Garrido. **Profissionalização docente: teias, tramas e nexos um convite à didática**. In: MONTEIRO, Silas Borges. **Coleção Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino: Didática, saberes docentes e formação**. v.1. Cuiabá-MT. 2019.

PINTO, Márcia Cristina Costa; FERREIRA, Ricardo Franklin. **Relações raciais no Brasil e a construção da identidade da pessoa negra**. São João Del-Rei. 2014

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. 1ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 135 p.

ROSSATO, César Augusto. GESSER, Verônica. **A experiência da branquitude diante de conflitos raciais: estudos de realidades brasileiras e estadunidenses**. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo. 2001.

SACRISTÁN, José Gimeno. **Saberes e incertezas sobre o currículo**. Porto alegre: Penso. 2013.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Práticas, Saberes e Conhecimento – Escola e Currículo**. In: MARIN, Alda Junqueira; GIOVANNI, Luciana Maria. **Práticas e saberes docentes: os anos iniciais em foco**. 1. ed. Araraquara, SP. 2016.

SANTOS, Fernanda Marsaro dos. **Análise de conteúdo: A visão de Laurence Bardin**. São Carlos, SP: UFSCar. Vol.6. 2012.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. **A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos**. In: CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo. 2001.

SANTOS, Sales Augusto dos. **A Lei nº 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do movimento negro**. In: BRASIL. **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília. 2005. 21-35 p.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez. 2007. 304 p.

SILVA, Ana Célia. **A desconstrução da discriminação no livro didático**. In: MUNANGA, Kabengele. **Superando o Racismo na escola**. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2º ed. Brasília. 2008. 200 p.

SILVA, Ana Célia da. **A representação social do negro no livro didático: o que mudou? Por que mudou?.** Salvador: EDUFBA. 2011. 182 p.

SILVA, Maria Aparecida. **Formação de educadores/as para o combate ao racismo: Mais uma tarefa essencial.** In: CAVALLEIRO, Eliane. Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola. São Paulo. 2001.

SILVA, Petrolina Beatriz Gonçalves e. **Aprendizagem e ensino das africanidades brasileiras.** In: MUNANGA, Kabengele. Superando o Racismo na escola. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. 2º ed. Brasília. 2008. 200 p.

SILVA, Samia Paula dos Santos; MEDEIROS, Jarles Lopes de; DELFINO, Jair; Et al. **A autoestima da criança negra e suas implicações no processo de aprendizagem.** Campina Grande. Vol. 1. Ed. 4. 2015.

SOARES, Antonio Mateus. **“Identidades”:** o que nos difere e o que nos iguala. In: CARVALHO, Anna. SOARES, Antonio Mateus. Identidade: Nacionalismo, Estereótipos, representação, Miscigenação, Cultura. Salvador. 2011. 104 p.

9. APÊNDICES

APÊNDICE A – Carta de Informe ao Professor (a)

Prezada (o) Professor (a):

Você está sendo convidado a participar da pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC): “Prática Docente: Construção da identidade de estudantes negros e negras dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Mutuípe-BA.”

A pesquisa é desenvolvida por mim Thaíse Santana de Jesus, estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Centro de Formação de Professores (CFP) da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), e é orientada pela Prof^a. Dr^a. Fátima Aparecida Silva

A pesquisa tem como objetivo principal compreender como a prática docente contribui para a construção da identidade de estudantes negros e negras dos anos iniciais do ensino fundamental em Mutuípe-BA.

Sua contribuição é de grande valia para esta pesquisa, por isso, gostaria de contar com sua participação respondendo o questionário.

Por favor, leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e no final assinale se concorda ou não participar da pesquisa.

Obrigada por sua colaboração!

Thaíse Santana de Jesus (Estudante Pesquisadora)

Dra. Fátima Aparecida Silva (Professora Orientadora)

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezada (o) Professora (r), Você está sendo convidada(o) a participar, como voluntária(o), da pesquisa intitulada “Prática Docente: Construção da identidade de estudantes negros e negras dos anos iniciais do Ensino Fundamental do município de Mutuípe-BA”, sob a orientação da professora Dra. Fátima Aparecida Silva e desenvolvida pela estudante Thaíse Santana de Jesus. Esta pesquisa tem por objetivo principal: compreender como a prática docente contribuem para a construção da identidade de estudantes negros e negras dos anos iniciais do ensino fundamental do município de Mutuípe-BA. A finalidade deste trabalho é contribuir para a geração de conhecimento que fomente as discussões sobre: questão racial, identidade de estudantes negros e a prática docente. Sua participação na pesquisa constará em responder a distância um questionário criado na plataforma virtual “Google Formulários”. Para participar desta pesquisa você não terá nenhum custo nem será remunerada. Você será esclarecida/o sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Você poderá também retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma como é atendida pela pesquisadora. Os dados obtidos por meio desta pesquisa serão confidenciais e não serão divulgados, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora responsável Thaíse Santana de Jesus se comprometeu a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos de forma consolidada sem qualquer identificação de participantes. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Caso você concorde em participar desta pesquisa, assinale ao final deste documento. A pesquisadora Thaíse Santana de Jesus estará à disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Ao aceitar o Termo de Consentimento Livre Esclarecido reconheço que fui informado(a) dos objetivos da pesquisa e sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar. Declaro que concordo em participar desse estudo.

Você concorda com TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO?

- Aceito

APÊNDICE C – Roteiro do Questionário

Identificação Pessoal

- 1) Nome da/o professora/r (Informo que sua identidade será preservada pelo uso de um nome fictício, no trabalho escrito).
- 2) Qual o seu gênero?
 - Feminino.
 - Masculino.
 - Prefiro não dizer.
- 3) Assinale, qual seu pertencimento racial
 - Branca.
 - Negra.
 - Parda.
 - Indígena.
 - Outro: _____.
- 4) Qual sua faixa etária?
 - 20 a 30 anos.
 - 31 a 40 anos.
 - 41 a 50 anos.
 - 51 a 60 anos.
 - 60 anos ou mais.

Informação Profissional

- 5) Para qual turma/ano você leciona atualmente?
 - 1º ano.
 - 2º ano.
 - 3º ano.
 - 4º ano.
 - 5º ano.
 - 6º ano.
 - 7º ano.
 - 8º ano.
- 6) Rede da escola que leciona atualmente é?

- Pública Municipal.
 - Pública Estadual.
 - Privada.
- 7) Há quanto tempo você leciona?
- Menos de 5 anos.
 - Entre 5 e 10 anos.
 - Entre 10 e 20 anos.
 - Mais de 20 anos.
- 8) Qual a sua formação acadêmica?
- Ensino médio
 - Ensino Superior
 - Pós-Graduação
 - Especialização
 - Mestrado
 - Doutorado.

Educação/Docência e Identidade Étnico-Racial

- 9) Na sua formação acadêmica (graduação, pós-graduação) você teve alguma disciplina que tratou sobre a Educação das Relações Étnico-Raciais ou sobre Cultura Afro-Brasileira?
- Sim.
 - Não.
- 10) Você considera que a população negra é valorizada na sociedade brasileira?
- Sim.
 - Não.
- 11) Na turma que você trabalha há estudantes afrodescendentes?
- Sim.
 - Não.
- 12) Você percebe alguma diferença de comportamento das/os estudantes negros/as em relação aos demais alunos/as em determinadas situações em sala de aula?
- Nenhuma.
 - Isolamento.
 - Timidez.
 - Autoimagem positiva.

- Autoimagem negativa.
 - Agressividade.
 - Outros: _____.
- 13) Na sua turma já aconteceu conflitos entre os/as estudantes em razão da cor da pele, de cabelos afros (bem cacheados) e outras características físicas identificadas a população negra?
- Sim.
 - Não.
- 14) Em relação à pergunta anterior, se sim, como agiu?
- Ignorou o fato ocorrido.
 - Dialogou com a turma sobre o episódio.
 - Expulsou da sala o/a agressor.
- 15) Você trabalha com a temática de identidade racial negra na sua sala de aula?
- Sim.
 - Não.
- 16) Em relação à resposta anterior, se a resposta for “sim”:
- Na data do 13 de maio: Abolição da Escravatura.
 - No dia da Consciência Negra 20 de novembro.
 - Em forma de conteúdo, dentro das áreas que possibilitam tratar o assunto.
 - Em projetos elaborados pela Escola.
 - Não é estudada.
- 17) Você sente dificuldade em trabalhar a temática da identidade racial em sala de aula?
- Sim.
 - Não.
- 18) Você tem conhecimento da Lei 10.639/03 que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”?
- Sim.
 - Não.
- 19) Em relação à pergunta anterior, se a resposta for “não”, responda o motivo:
- Não teve acesso à Lei 0.639/03
 - Não foi informada/o sobre a Lei 10.639/03.
 - Não é relevante para a docência.
- 20) Já participou de alguma Formação sobre a História e Cultura Africana e Afro-brasileira?
- Sim.

- Não.
- 21) Você já leu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana?
- Sim.
 - Não.
- 22) Em relação à pergunta anterior, se a resposta for “não”, responda o motivo:
- Não teve acesso à Diretrizes.
 - Não foi informada/o sobre a Diretrizes
 - Não é relevante para a docência.
- 23) Você já participou de algum curso de formação dentro da temática étnico racial”?
- Sim.
 - Não.
- 24) Se sim, foi curso de:
- Extensão.
 - Aperfeiçoamento.
 - Pós-Graduação lato sensu.
 - Capacitação.
 - À distância.
- 25) No Projeto Político Pedagógico da Escola, foi discutida e considerada as ações voltadas para as relações étnico-raciais?
- Sim.
 - Não.
- 26) Você já recebeu orientações para trabalhar a questão étnico-racial na escola?
- Sim.
 - Não.
- 27) Os conteúdos das suas aulas abordam as questões raciais?
- Sim.
 - Não.
- 28) Você já participou na sua escola de algum/a projeto/atividade voltado para a discussão das relações étnico-raciais?
- Sim.
 - Não.
- 29) Nas suas aulas os materiais didáticos que são utilizados apresentam conteúdos referentes as questões étnico-racial”?

- Sim.
 - Não.
- 30) Se a resposta for “sim”, como isso acontece?
- Através do material de apoio do livro didático.
 - Utilização de literatura de origem Afro-Brasileira.
 - Projetos culturais (música, arte, dança teatro).
 - Debates.
 - Oficinas.
 - Outros: _____.
- 31) Na escola que você trabalha tem biblioteca?
- Sim.
 - Não.
- 32) Se a resposta anterior for sim, se sim, responda: quanto ao acervo da biblioteca da escola que você trabalha:
- Tem uma variedade suficiente de livros que tratam da questão racial.
 - Não verificamos se há livros que tratam da temática.
 - Temos alguns poucos livros que se referem à questão racial.
 - Não temos livros que tratem sobre a temática.

Nas afirmações abaixo marque somente uma resposta

- 33) De um modo geral, construir uma identidade negra positiva para as/os estudantes negros/as é um desafio.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 34) Construir uma identidade negra é uma tarefa difícil devido à valorização de ideias eurocêntricas pela nossa sociedade e constante comparação dos negros aos seus pares brancos.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.

- Discordo totalmente.
- 35) Diante de uma situação de discriminação racial deve-se:
- Não fazer nenhum comentário para evitar possíveis transtornos.
 - Reagir de maneira harmônica, para contornar a situação, dizendo que nem sempre as pessoas querem ofender os outros, por isso podemos pedir desculpas a quem foi ofendido.
 - Deixar claro que todos são diferentes uns dos outros e devemos conviver e respeitar as diferenças.
 - Agir de forma energética, punindo de forma severa quem ofender o outro por conta de ser diferente (cor/raça).
- 36) Há relação entre discriminação racial com a e dificuldade de aprendizagem das (os) alunas (os) negras (os).
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 37) Representatividade negra nos diversos setores da sociedade é importante para a construção de uma identidade negra positiva.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 38) A não aceitação do indivíduo como negro/a prejudica sua compreensão sobre suas origens e sua história.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 39) O racismo não pode ser considerado uma atitude individual, mas sim um fenômeno da sociedade.
- Concordo totalmente.

- Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 40) Os brancos reproduzem constantemente discursos de superioridade racial.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 41) Discutir a questão racial é importante apenas para a população negra.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 42) A construção da identidade racial perpassa pelos materiais usados em sala de aula.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 43) A ausência de questionamentos sobre o preconceito de raça por parte das(os) profissionais que trabalham na escola podem causar práticas prejudiciais aos estudantes negros.
- Concordo totalmente.
 - Concordo parcialmente.
 - Indiferente.
 - Discordo parcialmente.
 - Discordo totalmente.
- 44) Por favor, responda. O que você entende por identidade negra?
-
- 45) Dê alguns exemplos de atividades que você pensa ser importante para a valorização da identidade negra?

